



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª Audiência Pública do ano de 2017, 7ª audiência temática referente ao Orçamento de 2018.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br link *auditórios online*.

Foi dada publicidade no *Diário Oficial da cidade de São Paulo* dos dias 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31/10 de 2017; também dos dias 1º, 4, 7, 8 e 9/11 de 2017; publicação em jornais de grande circulação, *O Estado de S. Paulo*, 25 e 31/10 e 8/11/2017; *Folha de S. Paulo* 26/10 e 31/10 e 09/11/2017.

Informo que o projeto do Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência pública tem como objetivo debater os seguintes projetos: PL 686/2017 do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para 2018 Orçamento Municipal de 2018; e o PL 687 do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 – PPA.

Vou informar o calendário das próximas audiências no decorrer desta audiência pública.

Informo a criação do *site* do Orçamento, nós criamos para receber as sugestões *online* www.camara.sp.gov.br/orçamento2018.

Convidados: Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia, Daniel Annenberg, componha a mesa conosco; também o Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato; Secretário Municipal do Trabalho e Empreendedorismo, Vereadora desta Casa, Sra. Aline Cardoso; Secretária Municipal dos Direitos Humanos, Eloísa Arruda; Diretor Presidente da Prodam, Rogério Igreja Brecha Junior; Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, Sr. Sérgio Luiz de Moraes Pinto; Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Filipe Sabará.

Sempre solicito que o Vereador Ricardo Nunes, relator, fique meio por perto.

Chegando também os Vereadores, e quero anunciar também a Sra. Giulia Puttomatti, Secretária Adjunta da Fazenda; e a Secretária Adjunta de SMADS, Gitane Leão.

Repito que, no decorrer desta audiência pública, anunciarei as próximas audiências.

Primeiro, quero agradecer, todos os secretários estão presentes. Nós que aqui reclamamos a ausência de secretários, hoje todos estão presentes. De fato, no início das audiências foram muitas as ausências, mas na última que fizemos com SP Urbano, com a Secretaria de Serviços e Obras, todos os presidentes de empresa estiveram e também todos os secretários.

Tenho uma solicitação da Sra. Giulia, dois colegas precisam fazer suas exposições primeiro. Explico que estamos adotando a seguinte dinâmica: tratamos de tudo ao mesmo tempo porque não conseguimos convocar, vamos lá, Secretaria de Direitos Humanos, horário tal; Secretaria das Pessoas com Deficiência, horário tal. Então é o conjunto, são as secretarias, as empresas e fundações. Abrimos o tema e as pessoas vão se inscrevendo pra tratar de assunto qualquer uma das secretarias. Temos o entendimento de que hoje o tema Assistência deve dominar a nossa pauta.

Vereador Isac Félix presente, Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. Também registro a presença do Sr. Ahmed, que está sempre acompanhando os nossos trabalhos.

Tratamos tudo junto e, na medida em que começam as exposições dos secretários, já permitimos as inscrições para as falas de vocês. Considero abertas as inscrições para poder então ouvi-los.

A Sra. Giulia me fez solicitação de que dois colegas gostariam de fazer primeiro as suas exposições. Quem seriam os seus dois colegas?

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – O Secretário Daniel Annemberg, Secretaria de Modernização e Tecnologia; e o Dr. Rogério Brecha, Prodam.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos então começar com o Sr. Daniel Annenberg e depois falará o Sr. Rogério Brecha, Presidente da Prodam.

Aproveito para anunciar a presença do Vereador Toninho Vespoli, que irá compor a mesa.

Por favor, Secretário, fique à vontade. Os senhores podem ir anotando, as inscrições estão abertas para as perguntas.

O SR. DANIEL ANNEBERG – Bom dia a todos, Vereadores, Presidente. É um prazer estar aqui, amigos, secretários.

Vou fazer uma exposição sucinta sobre a nossa Secretaria, aliás, interessante porque é das duas secretarias que foram criadas nesta Gestão, e é importante reforçar porque a Secretaria de Inovação e Tecnologia não existia, até o começo deste ano, e mostra a importância que se dá ao tema Inovação e Tecnologia, algo que está acontecendo em várias prefeituras Brasil afora e também pelo mundo. A questão Inovação e Tecnologia são dois itens importantíssimos, que precisamos tratar com muito cuidado. Falo assim não só por ser uma das duas secretarias novas, mas porque a comparação com o Orçamento fica mais complexa, pra dizer o mínimo, porque no ano anterior parte das atividades da nossa Secretaria, parte estava em Gestão, parte em Serviços. Então é mais difícil a comparação. Mas vamos lá, rapidamente vamos falar dos principais itens dos quais a nossa Secretaria trata e depois ficamos à disposição para debates e discussões.

Então o primeiro item importante é deixar claro qual é o papel da nossa Secretaria, que é incentivar, prospectar, desenvolver e implantar métodos, instrumentos e técnicas que conduzam à melhoria e principalmente à inovação na organização e serviços prestados pela administração pública municipal. Pra isso nos utilizamos à tecnologia da informação e à comunicação de modo a ampliar a qualidade do atendimento ao cidadão, por um lado e, de outro, promover a sua participação no desenvolvimento de uma cidade mais inteligente.

A nossa Secretaria é transversal, trabalha integrada às demais secretarias

justamente pra que possamos, aos poucos, implantar uma cidade mais inteligente e, ao mesmo tempo, que seja mais humana a cidade de São Paulo.

Aqui estão os nossos grandes pilares. Primeiro: simplificação dos processos e redução da burocracia. É importante sempre destacar a importância da redução da burocracia, simplificar como temos feito e muita gente também tem feito na Prefeitura de São Paulo. Segundo pilar: descentralização dos serviços da administração municipal. A nossa Secretaria também propõe muitas ações e atividades justamente para uma cidade como São Paulo, com mais de 12 milhões de habitantes, que é fundamental que os serviços sejam descentralizados. É a integração de forma transversal dos diversos órgãos municipais e principalmente a promoção de serviços eletrônicos. Cada vez mais uma cidade como São Paulo precisa de serviços eletrônicos.

O Vereador não citou, mas eu fui Presidente do Detran por cinco anos, implantamos muitos serviços eletrônicos. Antes disso, coordenei o Poupa Tempo Estadual, também implantamos muitos serviços eletrônicos, e sempre com foco no cidadão e assim poder melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Aqui rapidamente o nosso organograma. Temos cinco coordenadorias. Sempre me confundo com os nomes. Acho que os títulos são sempre complicados, mas são elas: Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação, e vou explicar cada uma delas; Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão; Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital; Coordenadoria de Projetos de Inovação; e a Coordenadoria de Inovação em Serviços Públicos. Vou falar um pouco da cada uma.

A primeira é a Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Comunicação e da Informação, que é responsável por toda parte de governança de TI da Prefeitura de São Paulo. Estamos reformulando toda essa proposta. Um dos principais projetos dessa coordenadoria, um dos principais projetos da Prefeitura nessa área é a digitalização de toda parte em papel da Prefeitura. É muito interessante, é muito importante, aliás, é uma continuidade do que a gestão

passada vinha fazendo. A gente deu uma incentivada grande.

Para terem uma ideia, o Município de São Paulo abre em torno de 340 mil processos administrativos por ano, mais de mil processos por dia. Boa parte deles era em papel. O que nós estamos fazendo é que todos os novos processos, mais de 70% dos novos processos, já são digitais. O nosso objetivo é, até o final do ano que vem, que não entre mais papel na Prefeitura. Isso dará uma economia de recursos pra gente fazendo com que os processos agilizem, andem internamente muito mais rápido.

Estamos com algumas informações. Para terem ideia, foram 284 mil em papel economizados e, não só isso, o número estimado de folhas economizadas, mais de seis milhões de folhas foram economizadas. Esse sistema chama SEI – Sistema Eletrônico de Informação e não tem custo pra Prefeitura, aliás, foi implantado por um sistema doado pelo Tribunal Federal, e nós estamos implantando o São Paulo Digital.

Outro projeto muito importante é o Empreenda Fácil, que é a abertura de empresas muito mais rapidamente. Como vocês sabem, até meses atrás, para se abrir uma empresa na cidade de São Paulo levava mais de cem dias. Hoje, estamos conseguindo abrir em 7 dias e já reduzindo para 5 dias. E nesse período de maio até esse mês, já fizemos mais de 24 mil empresas abertas. E vamos continuar nesse processo.

Vamos também simplificar e fazer serviços eletrônicos para alteração e regularização de empresas, abertura de empresas de alto risco, e fechamento de empresas. Tudo isso de forma digital. Isso dentro dessa Coordenadoria de Gestão e Tecnologia de Informação e Comunicação.

E aí podemos ver, entrando na questão orçamentária que para esse projeto e outros dessa coordenadoria o nosso orçamento, deste ano, pouco mais de 16,3 milhões e a expectativa para o ano que vem 16,8 milhões, com um pequeno aumento de 3,22%. Então essa seria a primeira coordenadoria.

Uma segunda coordenadoria da nossa Secretaria é a Coordenadoria de

Atendimento ao Cidadão. Ela é responsável pelo SP 156. Todas as demandas que entram na Prefeitura são ou via portal ou via telefone ou via APP. E essa central 156 recebe mais de 25 mil ligações/dia. Um terço disso viram processos internos de solicitações dentro da Prefeitura. É o principal ponto de contato entre a Prefeitura e o cidadão com informações de mais de 750 serviços oferecidos pela Administração Municipal.

E aí também na próxima transparência nós estamos incorporando dez centrais de atendimento telefônico para economizar para a Prefeitura cerca de R\$ 10 milhões ao ano. Aliás, isso é uma tendência mundial. Se vocês pegarem a cidade de Nova Iorque e outras grandes cidades, centralizar todos os pedidos, entradas, numa central única. Lá em Nova Iorque, por exemplo, é 311. Aqui é o nosso 156. E nesse momento estamos incorporando centrais de telefone de Ilume, da Defesa Civil, da Anlurb, da SP Trans, até o final desse mês, serão 11 centrais telefônicas que estarão incorporadas no 156. E o orçamento do 156 para esse ano é o maior orçamento da nossa Secretaria: 77,654 milhões e a previsão para o ano que vem é reduzir esse orçamento. Estamos fazendo gestão dos contratos e vamos conseguir reduzir para 71 milhões, com uma redução de mais de 9% orçamentariamente, o que é muito importante para nós.

E uma próxima coordenadoria, que nós temos, é a Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital. Essa coordenadoria cuida dos Fab Labs, dos telecentros e do wi-fi público. Vou falar rapidamente dos três. O Fab Lab Livre que, aliás, também é um projeto da gestão passada e que nós demos continuidade, é a maior rede de laboratórios de fabricação digital da América Latina. É lá que as pessoas podem, de forma gratuita, aprender a fazer elas mesmas. Tem drones, robótica, impressão em 3D. São 12 Fab Labs na cidade de São Paulo, é a maior rede pública de Fab Labs no mundo e funciona muito bem. Aliás é um dos melhores equipamentos públicos que temos em São Paulo. Não tenho dúvida disso. E o Fab Lab está nessa coordenadoria.

Uma outra ação dessa coordenadoria são os telecentros. São 137 telecentros em

São Paulo, distribuídos pela cidade para inclusão social e digital, formação, exercício da cidadania. Acho que todo mundo conhece os telecentros. E, finalmente, um terceiro projeto, um terceiro programa importante é o wi-fi público que, hoje, são 120 pontos, principalmente em praças. Temos 7 milhões de acesso/mês.

Hoje, infelizmente, o wi-fi público tem um gasto para a Prefeitura e estamos trabalhando para ampliar o número de pontos – mais de 500 pontos para o ano que vem – vamos licitar isso, um financiamento totalmente privado para que possamos, com isso, não só ampliar, mas envolver a iniciativa privada para que tenhamos mais inclusão digital na Cidade.

Essa coordenadoria também temos o orçamento dela, esse ano 28,6 milhões. A previsão é uma redução para o ano que vem para 27,352 milhões, ou seja uma redução de 4,56% orçamentariamente.

E, finalmente, temos mais duas coordenadorias, uma de Inovação e Serviços Públicos e outra em Projetos de Inovações. Essas duas coordenadorias não existiam, foram criadas para apoiar a prospecção e identificação de parcerias; facilitar a jornada de inovação entre atores públicos e privados; e, principalmente fomentar o ecossistema de Start-Ups, que é algo que está desenvolvendo bastante na cidade de São Paulo. A previsão do orçamento para ano que vem, uma delas é 903 mil e a outra 953 mil.

Por fim, a Coordenadoria de Atendimento Presencial que não existe, estamos criando e estamos implantando o Descomplica São Paulo, que é o Poupa Tempo municipal. A nossa previsão para o ano que vem é já, até março, implantar a primeira unidade em São Miguel Paulista, reunindo os diversos serviços municipais, uma parte hoje está nas praças de atendimento, mas a ideia é envolver com mais serviços municipais e estaduais também, e federais, nos moldes do programa Poupa Tempo. Nosso objetivo é fazer isso com todas as praças de atendimento das Prefeituras Regionais. Nosso orçamento para o ano que vem para esse programa, que está no Plano de Metas, é de 14,6 milhões.

E, só para terminar, muito rapidamente, quero mostrar que a nossa Secretaria é

uma espécie de *hub* da inovação, junto com a Prodam, o Rogério, que é Presidente da Prodam, vai falar agora e vai contar um pouquinho da Prodam, que nós estamos modernizando a Prodam, mas só para dar uma ‘palha’ para vocês: a Prodam, junto conosco, tem trabalhado com as demais Secretarias para dar o suporte, por exemplo, para o Corujão da Saúde, para a Agenda Fácil na área da Saúde, para informatizar todo o licenciamento ambiental, industrial que, agora, já está sendo eletrônico, para o Citicâmeras, para o Empreenda Fácil e vários projetos, quase todos os grandes projetos da Prefeitura envolvem tecnologia, envolvem inovação e, por isso, a nossa Secretaria participa, dando todo esse suporte.

E aí, finalizando, só para dar uma visão geral nós temos os valores previstos que estamos solicitando aos Vereadores da Lei Orçamentária para o ano que vem, somando, para nossa Secretaria, 156,779 milhões para dar conta de vários desses projetos que envolvem sistemas, tecnologias, inovação e, principalmente, um trabalho muito em conjunto com todas as Secretarias e, fundamentalmente, para melhorar o atendimento ao cidadão. Este é o grande objetivo da nossa Secretaria.

Então, Vereador Jair Tatto, demos, rapidamente, uma visão geral da nossa Secretaria, os principais projetos, os valores que estão sendo envolvidos para o Orçamento do ano que vem e nós ficamos à disposição, se tiver perguntas para sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Secretário Daniel Annenberg, registrar que o Secretário é Vereador eleito da cidade de São Paulo. V.Exa. assumiu e, no dia seguinte, já virou Secretário, não permitiu nenhum convívio aqui com os Parlamentares, mas demonstra a sua competência.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Conviveremos mais para a frente, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A presença do Vereador, que é o Relator Geral do Orçamento, Vereador Ricardo Nunes, também presente o Vereador Eliseu Gabriel, Secretário até há pouco, de Empreendedorismo e Trabalho, que nos acompanha à Mesa, e

ainda o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Precisamos, aqui nos organizar, então, imediatamente, vamos ouvir a exposição da Prodam e, em seguida? (Pausa) É que a ordem fica por conta dos senhores aqui.

Quero registrar, nobre Vereador Isac Felix, também da Comissão de Finanças, que todos aqui convidados estão presentes, Secretários.

O SR. RICARDO NUNES – Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quase inédito isso. (Pausa) Muito bem, a Prodam, se vocês que vão fazer a exposição, conseguirem ser o mais objetivo possível, eu agradeço, porque temos seis exposições a serem apresentadas.

O Vereador relator Ricardo Nunes e o Vereador Ricardo Felix, meio dia e meio, terão de se retirar para acompanhar a CPI dos grandes devedores e da dívida ativa.

Presidente da Prodam, que é o Sr. Rogério Igreja Brecha Junior.

O SR. ROGÉRIO IGREJA BRECHA JUNIOR – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite, Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto. A ideia é fazer uma retrospectiva da Prodam deste ano, aproveitando este momento, e passando um pouco o que aconteceu nesses primeiros 11 meses.

A nova gestão quando assumiu a Prodam definiu três pilares de ação que seriam importantes ao longo deste ano. Um seria o posicionamento estratégico da Prodam, o segundo pilar seria o financeiro, uma atuação na estruturação financeira da companhia, e o terceiro pilar seria nas pessoas.

O posicionamento estratégico se baseou em quatro elementos importantes que basicamente definimos como atuação. Primeiro posicionar a Prodam em programas estratégicos e estruturantes dentro da Prefeitura. Acho que isso, ao longo desse ano, mais para frente vou colocar para vocês os projetos estruturantes que a Prodam participou nos últimos 11 meses. Uma reorganização dentro da Prodam no sentido de colocar focada na Secretaria e nos próprios projetos para o cidadão de São Paulo. Então, houve uma

reorganização interna nesse sentido.

Uma redução drástica no modelo de intermediação de venda de produtos e serviços da Prodam. Isso significa distribuir a capacidade de aquisição de bens e produtos diretamente das Secretarias. Então, tirar essa linha de intermediação, quando chegamos dentro da Prodam verificamos que havia um efeito de cascata muito grande e a ideia foi sair desse modelo de intermediação comercial de venda de produtos e serviços.

E um item muito importante foi a maximização do capital humano da Prodam, que tem uma história de capacitação técnica e conhecimento do negócio prefeitura e operação muito grande. Então, vocês imaginem hoje que é uma empresa que basicamente opera sistemas de missão crítica dentro da prefeitura, quase 80% dos sistemas da prefeitura rodam dentro da Prodam. Então, o conhecimento e o capital intelectual que os profissionais que lidam com esses sistemas são muito grandes. Então, como maximizar esse capital humano dentro da Prodam. Esses quatro itens foram extremamente importante para nós dentro da questão de posicionamento estratégico.

Outra coisa importante nesse posicionamento estratégico foi atuar nos projetos estruturantes estratégicos dentro da prefeitura. Como o Secretário Daniel já colocou projetos importantíssimos como o Corujão da Saúde, o Empreenda Fácil, todos esses projetos tiveram participação ativa dentro da estrutura da Prodam. Sem dúvida alguma, sem a participação da empresa, dificilmente esses projetos poderiam ser implementados num prazo que foi executado. Exatamente pelo conhecimento e pelo capital intelectual que tem dentro da Prodam.

Mais de 30 projetos foram executados ao longo desse ano, entre 150 a 200 pessoas da Prodam efetivamente participaram da execução desses projetos altamente estruturantes. Projetos que envolveram várias Secretarias e que tiveram um efeito direto com o cidadão. Isso é importante destacar. Eu não tenho o histórico dos últimos anos, mas acredito que a dinâmica desses anos, em função do processo de digitalização que o Secretário Daniel,

junto com o Prefeito João Doria vem fazendo dentro da prefeitura, acredito que essa dinâmica tenha sido algo ímpar dentro de uma gestão municipal. Sem dúvida alguma, foi um esforço tremendo não só das Secretarias, mas também do corpo técnico na Prodam.

Outra questão importante, que sempre foi colocada, é a estratégica de precificação do serviço da Prodam para a prefeitura. Outro assunto que logo a gestão vem atuando fortemente nessa discussão em estratégias importantes para reduzirmos os custos de atuação da Prodam dentro da prefeitura. E essas ações já estão sendo tomadas, basicamente o primeiro passo está sendo feito em tudo que é relativo à infraestrutura que a prefeitura consome dentro da Prodam. O próprio processo de desintermediação já está ajudando a buscar uma eficiência financeira dentro da prefeitura, mas várias ações estão sendo tomadas na questão de precificação: links com redução chegam a 15 a 20%, acesso à internet com reduções significativas. Tivemos uma série de ações que buscamos efetivamente a eficiência no custo gerado para a prefeitura. Isso é incansável, tem uma série de ações que estão sendo tomadas no sentido de desintermediar e buscar eficiência de custo de aquisição por parte da prefeitura.

Obviamente isso, ao longo dos 11 meses, tem gerado uma melhoria da imagem positiva dentro da Prodam. Então, você tem a própria Secretaria de Transportes, a Secretaria da Saúde, que são Secretarias que demanda forte tecnologia. Temos alguns depoimentos importantes que para nós que significa que o trabalho está sendo executado. Tem muita coisa para ser feita, é um trabalho incansável, mas é uma questão de execução e gestão dentro de uma empresa de tecnologia.

O segundo pilar importante foi a questão financeira. Obviamente, quando chegamos na empresa nos deparamos com uma situação financeira complexa, ou seja, a empresa tinha uma projeção de déficit em caixa de mais de 30 milhões de reais. Isso é grave. No início do ano olhamos essa situação. Vários compromissos tinham sido postergados de 2016 para 2017, e a projeção apresentada para nós de déficit de caixa de 30 milhões.

A boa notícia é que conseguimos inverter a situação de fluxo negativo financeiro. Então, a Prodam conseguiu gerar uma capacidade em termos de geração de caixa que vai ficar positiva no final de 2017. Essa é uma boa mensagem, houve um trabalho forte de redução de custos, de otimização de novo. O trabalho não acabou, é uma gestão que precisa continuar e tem várias ações que têm de ser feitas. Então, conseguimos pelo menos em 2017 gerar um equilíbrio de caixa. Também através de várias ações de redução de custos, conseguimos até agora gerar uma redução em termos de custeio da ordem de 65 milhões de reais para os próximos quatro anos. Isso no primeiro ano, buscamos incansavelmente otimizar a operação da Prodam.

O último e terceiro pilar tão importantes como os outros é o de pessoas. É uma questão importante dentro da estrutura da Prodam em função do modelo de atividade que depende fortemente de pessoas. O que foi feito fortemente nesses 11 meses. Uma reestruturação de todo processo de avaliação de desempenho da empresa, que não é só feito para os profissionais de carreira, mas também para os profissionais comissionados. Um plano novo de capacitação, um programa de PDV que foi implantado dentro da companhia, bem sucedido que conseguimos modelar de uma forma economicamente efetiva que permite a empresa remunerar esse plano, e uma redução de mais de 30% de comissionados ao longo desse ano. Em termos de pessoas esse foi basicamente o terceiro pilar importante que atuamos.

Em termos de orçamento para 2018 estamos falando algo da ordem de 348 milhões de custeio, quebrado em vários itens. Obviamente o custeio de pessoal é o custeio mais alto, porque é uma empresa de serviços de tecnologia que envolve pessoas.

E a receita efetiva para a empresa projetada para 2018 e as fontes de recursos, a receita projetada é da ordem de 400 milhões e basicamente a fonte de recursos dela vem da fonte municipal. Esse é o plano de orçamento para 2018.

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos apresentar a pedido do Vereador Isac Felix, da comissão e membro da CPI dos grandes devedores, um pequeno vídeo, que é uma reportagem da Rede Globo que entendemos ser pertinente apresentarmos. Em seguida, vamos assistir à exposição da Fundação Paulistana depois da Secretária Aline Cardoso.

A SRA, ALINE CARDOSO – Bom dia a todos, é um prazer estar de volta na casa do povo, mas também é um pouco minha casa, estar de volta como os colegas. Gostaria de saudar a todos. Vou tomar a liberdade de não só citar o Tatto e o Ricardo, mas o Eliseu Gabriel que é nosso companheiro de longa data, meu professor na Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo. Tem o Isac também que é um querido, o Eduardo estava aqui, o Toninho.

Vou falar rapidamente a pedido do Presidente sobre a Secretaria. O vídeo é antes?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, é coisa rápida.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu entendo a preocupação do relator. A tarefa do relator aqui é tentar ouvi-los e colocar dinheiro onde precisa. É fundamental colocarmos que está entrando dinheiro, às vezes, estamos contentes com notícias boas. Então, foi muito positiva a matéria, parabéns.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não com os vereadores da cidade de São Paulo necessariamente, mas com todos vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Porque a senhora está fazendo isso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A senhora pode se inscrever e falar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por que foi a Rede Globo?

- Manifestações fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estou tentando dizer o seguinte: a CPI da Câmara tirou dinheiro dos bancos, fez pagarem uma parte que estão devendo. Se não fosse o trabalho da CPI, dos vereadores, isso não teria acontecido nesse momento.

Vamos ouvir a apresentação da Secretária Aline Cardoso.

O SR. ISAC FELIX – Sr. Presidente, queria falar especialmente ao Presidente da Prodam, o Sr. Rogério Igreja ; Secretário Daniel, que como relator da CPI da dívida ativa do município, tivemos algumas audiências e sessões nesta Casa, com alguns Secretários, como o de Finanças, e tivemos muita dificuldade com a Procuradoria do Município. Vocês acompanharam via mídia, tv e jornais, a guerra que se criou, dizendo que os Vereadores estavam em perseguição contra os procuradores, mas nós não estávamos em perseguição, nós estávamos cobrando que os nossos procuradores municipais trabalhassem a favor da nossa cidade, do nosso município. Então a Globo, a CBN acompanhou a CPI da Dívida Ativa do Município, e a dificuldade nossa, e desta Casa, que já implantou esta CPI pela terceira vez, é a questão dos bancos. E nós deixamos os bancos por último. E sobre os muitos devedores do município, depois vamos anunciar – a Secretária está aqui para falar o quanto foi importante esse PPI para a cidade de São Paulo através do trabalho da CPI. E conversamos com o Prefeito sobre a importância de fazermos mais um PPI na cidade de São Paulo. Esse é um ponto. Mas a grande dificuldade, Igreja, e que nós vamos estar colocando no nosso relatório também, e creio que o Ricardo Nunes esteja fazendo alguma coisa em separado, é a reclamação das secretarias que estiveram conosco sobre o sistema que o (Ininteligível) e o suporte, que eles sentem a necessidade da Prodam. Então nós ouvimos muitas desculpas nas nossas reuniões de alguns secretários, dos procuradores, que eles não têm acesso, que eles têm dificuldade, e estavam jogando a bronca para cima da Prodam. Então que isso pudesse ser feito. Sugerimos uma integração entre as secretarias, porque até a listagem que mandaram para a CPI com alguns devedores ficou chato para nós, Vereadores, porque nós chamamos

alguns devedores, e eles chegaram aqui e falaram: “Nós não devemos nada. Ou nós quitamos ou nós já estamos no PPI de 2015-2014”. Então isso demonstrou para nós, e mostrou para nós, da CPI, uma questão de agilidade e de falta de organização e até de integração entre as secretarias. E a grande culpada nessa CPI nós tiramos essa imagem, mas a grande culpada foi a Prodam, porque eles passaram para nós, todos eles.

Igreja, gostaria até que você se sentasse com o Caio, e também com os procuradores, para que pudéssemos fazer um trabalho em conjunto para melhorar e acertar onde estamos errados. Eu sei que são coisas de muitos anos, mas que possam ser corrigidas agora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, quero, rapidamente, aproveitar esse vídeo que passou. E como o Vereador Isac e o Vereador Jair falaram, é muito importante, é uma coisa que nós, da Câmara, temos muito orgulho, porque é um resultado que a Câmara deu para a Cidade. O PPI aberto vai trazer para os cofres da Prefeitura 4 bilhões e 700 milhões...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – A senhora pode, por favor, deixar eu falar? A senhora vai ter a sua oportunidade de falar.

À vista, 1 bilhão e 200. Isso é muito importante, fruto de um trabalho conjunto que fizemos com a Secretaria da Fazenda. E deixo aqui registrado o nosso agradecimento ao Secretário Caio, que deu todo o suporte. Tem algumas coisas que a gente identificou que precisa realmente corrigir. Confiamos muito na capacidade do Igreja à frente da Prodam, com o histórico que tem da sua vida privada. É um gargalo mesmo, viu, Rogério, essa questão da dívida ativa. A Júlia sabe disso, o Ahmed. Identificamos várias questões. São 104 bilhões da dívida ativa, entre os quais identificamos um problema muito sério, que é a questão das prescrições. Ou seja, ações que a Prefeitura deveria mover contra o devedor, passou os cinco

anos e não ingressou com a ação.

Olhem que absurdo. Aí prescreveu. E com relação à prescrição intercorrente. A Prefeitura ajuizou a ação e, no decorrer do processo, ficou mais de 5 anos sem tomar nenhuma ação e o juiz usa do mecanismo da prescrição intercorrente para fazer o arquivamento. O Vereador Isac Felix é o Relator. Vamos precisar do Relatório. São milhões que a Prefeitura perdeu por conta disso.

Isso se dá muito por conta da falta de tecnologia. Se você tem um sistema com o qual você acompanha e ele dá um alerta para não deixar as prescrições, é onde nós Vereadores, que somos fiscalizadores do Executivo, podemos acompanhar isso, então reduziríamos bastante as perdas que o Município teve, e aí falta na Educação, falta na Saúde, falta na Secretaria do Trabalho, na Assistência Social, nos Direitos Humanos. Então é um trabalho importante e muito propício, aliás, oportuno citarmos isso aqui nessa audiência, que é a audiência do Orçamento, onde todas as Pastas precisam de mais recursos e a Cidade tem uma demanda enorme. Queria, portanto, deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado nobre Vereador, vamos então...
Eliseu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Exatamente. São dois orçamentos anuais é a dívida ativa da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Precisamos dar uma acelerada. Temos ainda quatro exposições. Secretária Aline Cardoso, em seguida. Não precisa nem acender a luz. Imediatamente depois o Sérgio Luis de Moraes Pinto, que é o Diretor Geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura.

Secretária, por favor à vontade.

A SRA. ALINE CARDOSO – Bom dia de novo. Já cumprimentei todos. Vou explicar um pouquinho sobre nosso Orçamento. Acho fundamental essa nossa audiência da LOA e

estamos à disposição. Quem está com a nossa apresentação, por favor? (Pausa)

Queria explicar um pouco que essa Secretaria é uma Secretaria que tem funções bastante abrangentes, inclusive, porque, na gestão passada, houve a fusão da Secretaria que era Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo com a Secretaria de Abastecimento. A Secretaria que cuidava do abastecimento e segurança alimentar do Município. Portanto, hoje, temos uma Secretaria com espectro de atuação bastante abrangente.

Temos como missão, vou adiantando mesmo sem a apresentação, uma série de desafios. Primeiro, lembrando que nós vivemos uma das maiores, a maior crise de desemprego do nosso País. E temos aqui, só no nosso Município, cerca de 2 milhões de desempregados. Essa Secretaria tem de lidar com essa realidade, tentar apoiar as políticas públicas para que esses cidadãos possam ter um amparo, um direcionamento, e um tipo de suporte para se reinserir e voltar a gerar renda.

Assim, temos na Secretaria essa visão de ajudar o cidadão a gerar renda, seja como trabalho, como empregado, seja como empreendedor. Então temos aqui algumas das nossas missões.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. ALINE CARDOSO – A geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, como eu disse; a capacitação para o trabalho; o apoio às locações econômicas de desenvolvimento local, portanto, uma Secretaria que pensa o desenvolvimento econômico de uma maneira ampla, estruturada, não só o trabalho e o empreendedorismo, mas como que o trabalho e o empreendedorismo se inserem no contexto de desenvolvimento econômico da Cidade; o fortalecimento da cultura empreendedora; e, como eu disse, as funções que vieram da Secretaria de Abastecimento de Segurança Alimentar e Nutricional.

Acho que um dos grandes desafios do nosso trabalho é termos de fazer todo nosso trabalho hoje, pensando no amanhã, e por que? Porque o mercado de trabalho está num desenvolvimento tão rápido, numa evolução tão constante, que as profissões estão mudando,

tem estudos que dizem que 50% das profissões que existem hoje não existirão amanhã. E os formatos de trabalho também estão mudando. Temos, por exemplo, MEI, Micro Empreendedor Individual, que é uma figura que foi criada relativamente há pouco tempo e que deu muito certo, que é um novo formato de trabalho.

Sabemos que o trabalho tradicional da carteira assinada passa por transformações e o cidadão não pode ficar esperando, ele tem de gerar sua renda. Então ele gera como? Como MEI – Micro Empreendedor Individual, como Empreendedor, e alguns no mercado informal. Nós queremos que cada vez mais venha para o mercado formal, principalmente com meio, e esses é um dos nossos desafios. Portanto uma Secretaria que se reinventa, para lidar com essa situação, inclusive com a capacitação profissional para as áreas onde realmente há demandas. Para isso, nós fazemos também, estamos iniciando uma grande rodada de parcerias com o setor privado para que possamos ter uma orientação da demanda. Na Cidade de São Paulo temos muitos desempregados, mas também temos alguns setores onde há demanda de mão de obra qualificada e não há pessoas qualificadas. Então a Secretaria também tem de ajudar, mostrar para o cidadão onde são os setores que tem mais oportunidade para que eles possam se direcionar para esses setores.

A estrutura da nossa Secretaria, conta com quatro coordenadorias, uma sendo de administração Finanças, e as outras três ligadas a esses setores que anunciamos. A COSAN, que é a Segurança Alimentar e Nutricional, antiga Secretaria de Abastecimento, a Coordenadoria do Trabalho e a Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico. Temos vários conselhos, Câmaras, agencia. ABSampa, irei falar sobre ela e a Fundação Paulistana que será apresentada pelo Presidente Sergio, na sequência. No plano de metas elaborado pela equipe do Sr. Prefeito João Doria, e na nossa Secretaria, na época, liderada pelo nobre Vereador Eliseu Gabriel, contemplou, principalmente três metas, diretamente, sob nossa responsabilidade. Sem contar metas com as quais nós compartilhamos responsabilidade com outras Secretarias. Uma ligada á Segurança alimentar e nutricional, uma ligada ao trabalho, - a

capacitação, inserção das pessoas no mercado de trabalho, que incluiu também um trabalho novo, que o trabalho para as pessoas em situação de rua e a terceira meta mais ligada ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico e em um dos setores que mais cresce no Brasil e no mundo que é a economia criativa.

Falando rapidamente aqui sobre algumas das ações da coordenadoria de desenvolvimento econômico, ligada, como eu disse aí, ao empreendedorismo e a economia criativa, e no orçamento dessa coordenadoria, temos aí quatro milhões e 800 mil reais divididos no apoio. As cadeias produtivas e aos projetos locais, as vocações de cada território, ao apoio aos micros empreendedores e aos polos de desenvolvimento econômico, que inclusive é uma figura prevista no Plano Diretor Estratégico, ou também discutido por essa Câmara Municipal de São Paulo e aprovado pelos Srs. Vereadores da gestão passada. Também um incentivo à economia solidária, e a alguns temas como o turismo que é um tema gerador de bastante emprego no nosso município. Na secretaria, nessa gestão que estou há três meses – definimos alguns pilares de atuação da Secretaria. A capacitação dos talentos, o desenvolvimento local, e as vocações do Território. Então esse Orçamento de 2018, foi previsto com esse olhar, o que significa que iremos prestigiar vocações que são segmentos onde temos mais chances de gerar oportunidade de trabalho e empreendedorismo por um tanto de renda para os paulistanos.

Aqui apenas um exemplo de alguns projetos que fazemos dos CATs e o apoio a projetos de outras Secretarias, como por exemplo, aqui os Fab labs, a título de exemplo, um dos setores onde a nossa Secretaria apoia outras secretarias. Através de alguns programas da Coordenadoria de Trabalho, nós disponibilizamos também a capacitação profissional e o trabalho para várias secretarias da nossa gestão.

Capacitação profissional com atendimento de milhares de jovens nos programas internos, como pontes, que é o programa para ação trabalho e o BT – Bolsa Trabalho, que são desenhados, tanto para atender necessidades do Município quanto, como eu já disse, as

vocações econômicas do Município que são os setores onde temos mais chances de gerar emprego. Nessa coordenadoria, um orçamento um pouco mais elevado que é basicamente 47 milhões de reais, basicamente, por conta dos CATs – Centro de Apoio ao Trabalho empreendedor que tem um orçamento de 22 milhões de reais para cerca de dois milhões de reais para cerca de dois milhões de atendimentos por ano. Temos nos CATs atendimentos, não só de intermediação de mão de obra, mas também a orientação para o mercado de trabalho, a emissão da carteira de trabalho, o encaminhamento para o seguro desemprego, oficinas de trabalho, orientação trabalhista previdenciária etc... Para essa linha que é a mais onerosa da nossa Secretaria, 22 milhões de reais, temos dois milhões de atendimentos por ano. É importante deixar isso registrado. Na linha de capacitação e formação onde temos os potes o orçamento de doze milhões, mas também com uma geração de muitas vagas e de muitos treinamentos para os paulistanos.

Por último. A Coordenadoria de Segurança Alimentar, antiga secretaria de Abastecimento, onde temos feiras livres, mercados, sacolões, centrais de abastecimento e as propriedades rurais especialmente no extremo sul da cidade na região de Parelheiros, onde quase 500 famílias estão catalogadas e de certa forma beneficiam dos nossos serviços de amparo ao trabalhador rural. Deixando registrado que embora não esteja aqui, está previsto no orçamento, uma grande política que está sendo elaborada agora, de apoio a hortas urbanas. Já tínhamos nas últimas gestões, mas isso está sendo ampliado. A nossa Secretaria faz a coordenação geral de programas como o de horta na Cidade de São Paulo, programa executado por quatro, cinco secretarias, mas a nossa tem o guarda – chuva. Nós devemos chegar a cerca de mil hortas urbanas na Cidade de São Paulo. Talvez nós sejamos a metrópole, do mundo, com a maior quantidade de hortas urbanas. E algumas com grandes produções, como, por exemplo, aqui no Centro da Cidade de São Paulo, na Av. São João, que faz seis mil pés de alface por mês. Só para dar um exemplo para vocês.

Aqui falando dos produtores rurais, são assistidos com vários programas e o

orçamento, dessa coordenadoria que é de cinco milhões de reais onde temos as ações de abastecimentos, mas também a educação alimentar e nutricional, e outros programas como um que nós iniciamos agora de combate aos desperdícios de alimentos, nós começamos pelos mercados. Iniciamos no dia 16 de outubro, dia mundial da alimentação e em 14 dias, como piloto, ainda com uma estrutura ainda precária, em 14 dias úteis coletamos duas toneladas e meia de frutas, legumes e verduras, que seriam desperdiçados e foram aproveitados. Somente, em uma das nossas unidades, sendo que temos cerca de 30, e somente em 14 dias, num piloto ainda com pouca estrutura, dois milhões e meio de frutas e verduras e legumes. Esse programa será ampliado para todas as regiões da Cidade de São Paulo, e imaginamos que com isso. Serão dezenas de toneladas de frutas, legumes e verduras todos os meses, que estão em boas condições para alimentação e que serão distribuídos para as famílias que mais precisam e que estão em condições de vulnerabilidade e muitas vezes com uma alimentação não tão adequada, não usando alimentos frescos e passarão a usar.

Falamos aqui sobre o quadro de recursos humanos. Chegamos aí a quase 300 pessoas, maior contingente na COSAN justamente nesses trinta e poucos equipamentos de abastecimentos que temos.

Nosso administrativo é da ordem de 23 milhões de reais O Orçamento total da secretaria para o ano que vem está previsto em 80 milhões de reais dividido portanto nessas quatro coordenadorias. Retomando: trabalho 40 milhões, ISCAFE 22, que é o administrativo, COSAN 5, e CDE 11.

Pode passar o último slide. Temos uma redução do orçamento previsto, do orçado de 2017, 115 milhões e para 2018, 80 milhões , que é mais ou menos, o Executado desse ano. portanto, já houve um corte significativo, aliás, parabênizo o nobre Vereador o Eliseu Gabriel, que durante os primeiros seis meses do ano fez um grande trabalho de reestruturação da Secretaria, colocando as contas em dia, organizando o administrativo, que estava bastante fora de ordem e também fez os cortes de pessoal, os congelamentos que eram necessários, para

sanear as contas da secretaria.

A título de informação apenas, 70% do nosso orçamento está diretamente ligado aquelas três metas que nós temos no plano de metas, e o restante em objetivos da nossa secretaria, que, embora não estejam necessariamente no plano de metas, estão ligados aos fins da nossa secretaria.

Era isso. Muito obrigada. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – Tem a palavra o diretor geral da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia e Cultura.

O SR. SÉRGIO LUIZ DE MORAES PINTO – Bom dia a todos. A Fundação Paulistana é um órgão da administração indireta. É uma fundação pública de direito público. Ela foi criada em 2004. Nós respondemos à Secretaria Municipal do Trabalho e Empreendedorismo. Em 2004, ela foi criada com os votos de 100% dos Vereadores desta Casa, sensibilizados quanto à questão da necessidade de formação da população mais necessitada. Entre as nossas atribuições, nós temos a principal, de cuidar da educação profissional dentro do município de São Paulo. Nós oferecemos cursos técnicos e cursos profissionalizantes de 160 e 200 horas, e nós atuamos essencialmente na periferia do município de São Paulo. Nós somos o único ofertante do Pronatec dentro do município. O sistema S não oferta mais cursos no Pronatec no município, só a Fundação Paulistana. Nós temos uma grande vantagem, que é poder contratar pessoas físicas para darem cursos, o que diminui muito o custo dos nossos cursos em relação à administração direta. Numa época de desemprego, a nossa visão está principalmente ligada a atender à população mais vulnerável. Hoje nós temos cursos na Cidade Tiradentes, Parelheiros, Pirituba, Taipas e Brasilândia. Nós estamos espalhados por toda a periferia de São Paulo.

Se a gente for falar rapidamente sobre o ensino técnico no mundo, nós vemos que os países mais desenvolvidos têm um número muito grande de pessoas formadas no ensino técnico, como Áustria, 77 e Alemanha, 50; enquanto o Brasil não chega a 8% de pessoas em

ensino técnico, o que dificulta sobremaneira o desenvolvimento do país. Nós temos que lembrar que ao Estado cabe, ao Governo do Estado cabe o ensino médio, que pode ser oferecido junto ao ensino técnico integrado, que é o que o Centro Paula Souza faz. Ao município, cabe o ensino técnico subsequente, que é para quem já está terminando o Ensino Médio ou para aquela pessoa que já fez o Ensino Médio e hoje tem 40 ou 45 anos, e perdeu seu emprego e está numa condição de vulnerabilidade. Ele pode voltar a vir a nossa fundação e participar de usamos dos cursos que nós fornecemos; e é exatamente o ensino técnico que vai propiciar que a pessoa seja colocada rapidamente de novo no mercado de trabalho. É um curso de três meses, um curso de seis meses ou até um curso de três semestres, que são os cursos técnicos.

Indo para o nosso centro de formação cultural, nós temos dois grandes equipamentos. Um é a Escola Makiguti de Saúde Pública na Cidade Tiradentes. O outro é o Centro de Formação Cultural, onde nós damos cursos diversos, além de ser um dos instrumentos, como o centro cultural, que trabalha junto. Nós temos a gestão compartilhada com a Secretaria Municipal de Cultura.

Neste ano, nós aumentamos em mais de onze vezes a frequência desse centro. Nós tínhamos uma média de 47 pessoas por dia. Neste ano, nós estamos com mais de 550 pessoas por dia. Vão passar pelo nosso centro, na Cidade Tiradentes, 3/4 da população da Cidade Tiradentes. A Cidade Tiradentes tem 250 mil habitantes. Vão passar por lá 200 mil pessoas durante este ano; e nós também somos lá um centro de economia criativa. Num dos cursos que nós damos, o *Designer* de Modas, as pessoas formadas estão participando agora de um trabalho com uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas e da SPM, para formação de cooperativa e formação, para que essas pessoas que se formaram nos nossos cursos de *designer*, costura criativa e tudo mais, possam se organizar e começarem a produzir dentro do esquema da economia criativa.

O outro instrumento nosso, a Escola Técnica de Saúde Pública Makiguti, neste ano,

conseguimos aumentar, em 12%, o número de vagas. Reduzimos em 38% a evasão escolar, sendo que 90% dos nossos alunos saem empregados, 70% deles na própria zona Leste. Além de ser a única escola técnica do Brasil a participar da Rede Universitária de Telemedicina, da Rute, nossos cursos são transmitidos EAD por essa rede universitária.

Então, hoje nós oferecemos 29 cursos com 137 turmas. Formamos 2.200 munícipes com cursos de hortas até cursos de manutenção de informática, passando por técnico em saúde bucal, técnico em análises clínicas, totalizando 234 mil horas-aulas/aluno no exercício de 2017, sendo então a nossa missão ser referência no ensino de qualificação profissionalizante técnico, catalisar o desenvolvimento num público que vai principalmente de 16 a 39 anos, na região mais carente dentro do município de São Paulo.

Para 2018, nós pretendemos treinar mais 3.500 pessoas. Vejam que se nós formos ver os custos que nós temos, eles são bastante baixos. Na escola Makiguti, cada aluno para nós custa por volta de 385 reais por mês. Se esse aluno fosse fazer o curso, em uma escola particular, os cursos que nós temos, técnico e saúde bucal, técnico em análise clínica, técnico em farmácia e técnico em gestão de saúde, ele estaria pagando 900 reais por mês para fazer esses cursos, além que nós temos também a abertura agora, a possibilidade, num termo que nós estamos fazendo junto com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para uma escola técnica de agroecologia, em Parelheiros. A gente pretende manter a mesma linha que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – Isso é muito importante, a criação de uma escola técnica de agroecologia?

R – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – É diferente daqueles projetos das hortas que já há hoje. É isso?

R – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – OK.

R – Quanto aos projetos de hortas, nós demos os cursos atualmente. São de 160 horas, mas a ideia é formar, no Parque Nascentes, em Parelheiros, uma escola técnica de agroecologia, com cursos de três semestres, com 1.200 horas, para a população ali daquela região. Nós temos quatro mil unidades produtoras agrícolas dentro do município de São Paulo. O que a gente quer é formar isso e junto ao prêmio que a Prefeitura recebeu da Fundação Bloomberg, unindo os pontos, nós iríamos treinar essas pessoas, tanto na parte de produção quanto fornecer uma logística para distribuição do que está sendo produzido. A gente vai trabalhar com agroecologia, semelhante à agricultura orgânica, e existe uma grande demanda disso dentro do Município de São Paulo.

Para dar uma ideia, estávamos em contato com o Hospital das Clínicas que serve sete mil refeições diárias, a ideia seria utilizar só produtos de agroecologia. O Município pode ser o grande fornecedor para o Hospital das Clínicas, fora feiras orgânicas e outros órgãos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SÉRGIO LUIZ DE MORAES PINTO - Também. Nós poderemos colocar isso dentro da merenda escolar, outro gasto grande da Prefeitura, tudo sendo produzido na região de Parelheiros, nas hortas comunitárias que a Secretária Aline falou e no trabalho que estamos integrados à Secretaria do Trabalho.

Quanto à previsão orçamentária, nas nossas três grandes unidades: na sede a previsão é de 3,9 milhões de reais; na Escola Makiguti faz a formação do pessoal técnico na área de saúde, vai ampliar a sua atuação, porque irá coordenar a escola técnica de agro agricultura, a previsão é de 7,5 milhões; no Centro de Formação Cultura 3,040 milhões.

O total que vamos ter, juntando todos os contratos e a parte de pessoal, seria de 21 milhões de reais. A LOA, do ano passado, previa para a Fundação 39 milhões de reais. Mas nós mudamos a política de pessoal, fizemos uma grande redução nos contratos que tínhamos

de limpeza, manutenção e conseguimos fechar este ano com um gasto de 17 milhões de reais, aproximadamente a metade.

Ainda temos uma previsão de receitas externas, fora a Prefeitura, de 4 milhões de reais, cursos do Pronatec, cursos ligados à Fundação Bloomberg para treinamento do pessoal de horas e viveiros, além de cursos de outras fontes.

Quanto ao Plano Plurianual, a expectativa é continuar seguindo as diretrizes do nosso plano de ação, participando das políticas da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, com esse trabalho que fazemos de formação profissional, a ideia é continuar nessa mesma linha.

Agradeço a todos pela oportunidade da apresentação e fico à disposição se houver alguma dúvida quanto ao trabalho, hoje, da Fundação Paulistana.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Sérgio.

Tem a palavra o Sr. Cid Torquato, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, em seguida Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a última exposição será do Secretário Felipe Sabará.

O SR. CID TORQUATO – Bom dia a todos. Muito obrigado pela presença, é muito importante esta audiência tanto para o contato com os Vereadores, que a gente tem um contato mais fluido, mas principalmente pela participação de vocês, da população, do cidadão de São Paulo.

Quero falar um pouco da agenda da Secretaria da Pessoa com Deficiência no sentido, inclusive, de aumentar o apoio dos Vereadores e que os munícipes tenham consciência dessa agenda e também nos apoiem.

Essa agenda foi historicamente tratada de forma secundária, a pessoa com deficiência se encontra, ainda, num estágio de exclusão muito grande na sociedade e nós precisamos do apoio de todos para eleva-la.

É verdade que o Prefeito João Doria e a atual equipe vêm dando um apoio

tremendo, mas de fato – peço a atenção de vocês – a nossa agenda precisa ser intensificada.

Vou passar rapidamente uma visão do que estamos fazendo agora e do que vamos fazer no futuro para vocês terem ideia da extensão da nossa pauta. Trata-se de pauta transversal, a Secretaria da Pessoa com Deficiência é uma secretaria meio, nós não temos praticamente nenhuma entrega direta para a população, tudo é feito por intermédio das outras secretarias, dos colegas secretários, por isso é muito importante, novamente, a conscientização de todos, da importância do papel transformador social que essa nossa agenda tem, de resgate social das pessoas que estão trancadas em suas casas, não saem, estão longe dos serviços públicos municipais. Esse é o principal papel. Não é nem tanto atender. É óbvio que a gente tem de atender melhor quem já está sendo atendido pelo sistema público, mas o nosso maior desafio é resgatar milhares de pessoas que não têm acesso nenhum aos serviços públicos municipais.

Vou passar rapidamente, sei que a agenda de hoje é longa, por isso passarei rapidamente.

Nossa Secretaria é muito enxuta, fizemos cortes de 30%. É uma secretaria que eminentemente, pelo seu processo de criação, tinha basicamente funcionários comissionados, o nosso corte de 30% foi no quadro de funcionários, então não impactou apenas os comissionados, tivemos um corte de 30% do quadro total. Pode passar.

Trabalhamos muito fortemente na eficiência da gestão e na economia de recursos. Por exemplo, antes de qualquer outra secretaria nós adotamos os táxis. Só essa medida de adoção e a não renovação do aluguel da frota, significou, numa secretaria pequena como a nossa, uma economia de 120 mil reais, por mês, ou seja, quase 1,5 milhão, por ano, só em automóveis. É muito importante essa visão e o trabalho que foi feito no sentido dessa migração de carros alugados, ou de frota própria para táxis, como foi feito por toda gestão.

É interessante que vocês saibam que nós começamos agora um trabalho muito importante, que é comunitário de base, principalmente junto às Cohabs, mas em geral às

comunidades carentes como um todo. É um trabalho que nunca tinha sido feito, que é de ausculta, de escuta da população mais carente. O mais interessante quando chegamos nas Cohabs e nas comunidades é o agradecimento da população com deficiência, dos cidadãos com deficiência, que nunca tinham sido ouvidos por outra gestão.

Nós vimos colhendo os “*inputs*”, as dificuldades, os problemas que essa população encontra e a gente vem encaminhando as questões junto às outras secretarias no intuito, obviamente, de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Há um trabalho muito forte em cultura, a gente escolheu a cultura como um dos grandes vetores de inclusão social da pessoa com deficiência, inclusive com trabalho de organização de grupos, junto com o Atende, trazendo esses grupos para os equipamentos culturais do Centro da Cidade, mas também da periferia, levando pessoas que mal saem de casa a conhecer um pouco do que São Paulo tem para oferecer de tão bacana na área de cultura.

Na cultura também a gente está fazendo uma programação ampla para o ano que vem de comunicação inclusiva. A partir de janeiro, segundo a LBI, que é a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, os espetáculos culturais em geral devem ter recursos de comunicação inclusiva, ou seja, libras, audiodescrição e legenda. Isso mais e mais a Prefeitura de São Paulo vai estar oferecendo essa agenda cultural com recursos de comunicação inclusiva.

As bibliotecas estão sendo equipadas para melhor atender o público com deficiência, principalmente aquele público com deficiência sensorial, que é o pessoal com deficiência auditiva e visual. Também há uma atenção muito grande ao paradesporto, tremendo vetor de inclusão da pessoa com deficiência. Nós estamos fazendo, para citar um dos vários trabalhos, estamos criando uma liga de futebol de amputados. Não seis se vocês têm a ideia de quantas amputações, principalmente, motoqueiros, São Paulo tem por dia. Os números que temos são de mais de 15 amputações todos os dias em São Paulo, em geral

provocadas por acidentes. É um número muito grande de pessoas na faixa produtiva de 15 a 30 anos, que tem as suas vidas interrompidas muitas vezes por um acidente que com uma reabilitação bem-feita e perspectivas para o futuro você reinsere essa pessoa muito facilmente.

Um dos caminhos que estamos escolhendo é esse, criando uma liga de futebol de amputados porque muitos desses jovens que perdem a perna não querem jogar basquete em cadeira de rodas, não querem jogar rúgbi, não querem jogar bocha, eles querem jogar futebol, então, isso vai ser não só do ponto de vista de vetor de inclusão dessas pessoas, mas também o aspecto educativo com relação ao que o trânsito ceifa de vidas e tolhe a vida de tantas outras pessoas que ficam com sequelas permanentes nas suas vidas. O trabalho é basicamente na periferia e vamos contar com o apoio de todas as secretarias, Vereadores e obviamente das comunidades. Parquinhos inclusivos, isso é lei. São Paulo não tem parquinhos inclusivos, estamos criando um modelo de parquinho inclusivo para ser levado a todos os parques de São Paulo. O que é um parque inclusivo? É um parque que permite que crianças com ou sem deficiência brinquem conjuntamente.

Espero que vocês vejam o caráter absolutamente transformador da nossa agenda. Por isso, mais uma vez eu peço ajuda, colaboração, atenção de todos. E qualificação do sistema de reabilitação da cidade de São Paulo. É basicamente os CERs, centro especializado de reabilitação. São cerca de trinta centros, precisamos ampliar isso e requalificar esses centros. Hoje eles não dão conta da demanda que São Paulo tem por reabilitação, que não são só os casos complexos como o meu, por exemplo, de alguém que quebrou o pescoço e precisa se reabilitar nível, mas as pessoas que quebram a perna, que quebram um braço e precisa de um atendimento rápido porque se elas forem atendidas, passar mais de seis meses, um ano, como muitas vezes acontece infelizmente esse legado, esse passivo que nós recebemos da falta de atenção a essa nossa rede de proteção, essas pessoas adquirem sequelas para o resto da vida. As vezes é um problema pequeno que pode ser resolvido rapidamente, mas hoje em dia a nossa rede de proteção à população, rede de reabilitação não está preparada para

atender a demanda da cidade. Vereadores, precisamos, e peço a atenção dos senhores em especial. Esse talvez seja o maior desafio da nossa gestão junto com saúde que é requalificar esses centros e para isso nós precisamos de equipamentos, mão de obra e de uma revisão total do que esses centros representam para a cidade.

Ontem participei de um evento internacional da OMS em São Paulo onde a mensagem foi que reabilitação é chave para a cidade inteligente e a cidade do futuro. Nossa população está ficando mais idosa, com menos mobilidade e a reabilitação tem um papel estratégico para uma cidade do tamanho e da complexidade da cidade de São Paulo. Atenção de todos, por favor, a essa questão.

Até o ano que vem vamos zerar as filas de ortas, prótese e cadeira de rodas. Isso é inédito no Brasil. Poucas cidades infelizmente conseguem fazer esse trabalho tão importante. Hoje em dia devido ao descaso passado temos filas de cinco mil cadeiras de rodas. Essa fila vai ser zerada até o ano que vem numa ação que também é uma ação transformadora muito importante. Estamos fazendo um trabalho grande com as prefeituras regionais para acessibilidade no pequeno comércio. Hoje as grandes lojas, os grandes estabelecimentos estão resolvidos. Não temos problema de acessibilidade, temos problema no pequeno comércio. Podem ver, não sei se vocês são dos bairros, ou mesmo aqui no centro, o comércio que não é o grande comércio, não tem acessibilidade. Isso vai mudar nessa gestão. Vamos transformar o comércio de São Paulo até pelo seu próprio bem do próprio comércio num comércio acessível.

A CPA, comissão permanente de acessibilidade, a joia da coroa da nossa Secretaria existe há 21 anos, como parte do programa de metas da Prefeitura está fazendo um trabalho para acessibilização de infelizmente é um passivo que recebemos de acessibilizar os prédios públicos, ainda 50% dos prédios da educação não são acessíveis, em vários casos da saúde, assistência social, os prédios ainda não são acessíveis, mais com a sensibilidade dos colegas secretários estamos caminhando para que tenhamos no futuro próximo uma prefeitura

100% acessível. Também nessa linha a acessibilidade digital e a gente encontrou a Prefeitura com níveis de acessibilidade digital nos sites na faixa de 50%, ou seja nota 5. Estamos com nota entre 9,5 e 10 hoje na grande maioria dos sites da Prefeitura.

Para quem não precisa de acessibilidade digital, vocês não imaginam a revolução que isso representa para as pessoas com deficiência sensorial, principalmente auditiva e visual. Nessa linha também hoje as redes sociais da Prefeitura também com recursos de acessibilidade e a gente tem tido um retorno positivo da população com deficiência em relação a isso.

Só reforçando o que o Daniel falou do 156. O 156 também, além de agregar todos os serviços já está se tornando totalmente acessível digitalmente. Próximo. Bom, a desenho universal na Educação. A Educação de São Paulo é um exemplo para a Educação do Brasil, apesar das carências nessa área. Seguinte, vamos, para terminar rápido.

Estamos fazendo um trabalho junto com a Assistência Social de identificação dos moradores de rua com deficiência. São hoje, no fluxo da Cracolândia, conseguimos contar 60 pessoas com deficiência. Hoje já acolhidos pela rede da Assistência Social são 500 pessoas com deficiência. Então estamos fazendo um trabalho de encaminhamento à Saúde para que, além de serem acolhidos, tenham também reabilitação e possam retomar a vida contando com o que eles precisam que é esse trabalho de reabilitação e saúde.

Próximo. São Paulo deveria ter 10% dos seus estagiários da Prefeitura deveriam ser estagiários com deficiência. Hoje são 36, deveriam ser 300. Vamos corrigir isso até o final do ano que vem. Vamos lá. Isso é muito transformador. É tão difícil com deficiência ingressar no mercado de trabalho que essa oportunidade de estágio é de um nível de transformação tremendo. É importante que você saibam.

O Pric é um programa junto com a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, de inclusão econômica da pessoa com deficiência. Os índices de inclusão ainda econômicos são muito baixos e a Prefeitura vai encaminhar a passos largos nesse sentido nos próximos

anos.

Na área de Transporte temos caminhado, até pedi para o Vereador Jair Tatto uma força nesse sentido do apoio – e o Secretário Avelleda está conectado e sensível a isso, mas precisamos do apoio de todo mundo para aquilo que está sendo feito em prol da pessoa com deficiência seja melhorado. Infelizmente, historicamente, a nossa agenda é a última. Somos os esquecidos. É o último segmento, o segmento mais vulnerável da sociedade e tem sido o menos atendido e nós vamos mudar esse quadro, já estamos mudando. É isso aí.

Para finalizar, os projetos de 2018 estamos criando a CPA digital, que é a Comissão Permanente de Acessibilidade para a área digital, e isso tem sido muito bem recebido pela comunidade de empresas de tecnologia porque isso não existe no momento no Brasil inteiro, então, vamos garantir maior acessibilidade nos sites, aplicativos e tudo o mais, a partir desse trabalho.

Seguinte, por favor. Ah, bem, o observatório, mas aí são detalhes, são consequências do que já falei anteriormente.

Próximo. Vou terminar por aqui até porque sei que a agenda é complexa. Só mais uma coisa, dando viés ao Orçamento. Nosso Orçamento para este ano previsto é de 20 milhões. Vamos realizar. O que foi liberado foi 11. Foi suficiente para fazermos nosso trabalho. Nosso trabalho é de articulação, é fazer com que as outras secretarias trabalhem. Para o ano que vem, em função das economias que temos e dos projetos que temos de induzir, pois, por exemplo, patrocínio. É possível conseguir patrocínio para quase tudo. Na área da deficiência é muito difícil conseguir patrocínio para eventos, para ações e tudo o mais.

Então o que essa gestão tem conseguido de patrocínio para outras áreas, nós não conseguimos. Então, dos 11 milhões deste ano, nós conseguimos aumentar o nosso orçamento para 13 milhões. Esperamos que seja liberado para que, com esse excedente, induzir na sociedade e nas outras Secretarias, projetos muito importantes que precisam de um empurrãozinho, porque eles não vão acontecer sem isso.

Eu acho que eu cumpri aqui o meu papel de falar rapidamente da nossa agenda de forma ampla; é uma agenda transversal que diz respeito a todas as Secretarias, mas principalmente à sociedade. Nós precisamos da participação de todos e da indignação da sociedade para fazer com que a nossa agenda se amplie.

Vou repetir: nós representamos o segmento mais vulnerável da sociedade; quando ele se encontra com a pobreza, com a miséria, então, o nível de vulnerabilidade é absoluto. Tenho ido à periferia, tenho visitado as pessoas em suas casas, gente que não sai de casa, gente que está em condições precaríssimas de vida, e precisamos resgatar essas pessoas, e nós vamos resgatar juntos, com vocês, com os Vereadores desta Casa, com os Secretários, com o Prefeito João Doria e, principalmente, com a atuação e com a indignação da população de São Paulo.

Peço o apoio irrestrito de todos vocês. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE(Jair Tatto) – Obrigado, Cid.

Agora, Direitos Humanos e, em seguida, SMADS.

(NÃO IDENTIFICADO) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente Vereador Jair Tatto, na figura de quem cumprimento os demais componentes desta Mesa.

Inicialmente eu gostaria de justificar a ausência da nossa Secretária, Dra. Eloisa Arruda, que, a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento, está em Washington, no honrando num evento sobre diálogo regional para políticas de inclusão étnico-raciais. Trago a esta ilustre Casa de Leis a saudação da Secretária e sua escusa por não poder estar hoje presente, destacando a relevância desta audiência como um magnífico instrumento do exercício da plena democracia.

Tentarei ser breve para dar tempo de responder aos questionamentos do público, apresentando, de forma objetiva, o orçamento previsto para 2018.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania deriva de duas Secretarias por um decreto de 2013: Secretaria Municipal de Participação e Parceria e da

Comissão Municipal de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Agora, em 2017, recebemos a Secretaria Municipal de Igualdade Racial, bem como a de Política para Mulheres.

A missão da nossa Pasta é aprimorar a articulação e a gestão transversal das políticas de direitos humanos e participação social da Prefeitura de São Paulo a partir de dois eixos principais: afirmação de direitos pela desconstrução da cultura da violência e violações e participação social como método de gestão.

As nossas ações temáticas se desenvolvem por meio de 11 coordenações. Citando brevemente, temos a Coordenação da Infância e Juventude; Idosos; Drogas; Igualdade Racial; Pop Rua, LGBT; Imigrantes, e Promoção de Direitos Humanos.

Gostaria de destacar algumas das principais ações realizadas em 2017, para que todos tenham consciência de como temos investido nossos recursos e que saibam a seriedade da nossa gestão.

Programa Bolsa Trabalho – Juventude, Trabalho e Fabricação Digital, noventa jovens formados. Centro de Referência e Apoio ao Imigrante: 4.078 atendimentos realizados. Curso de português para imigrantes: 17 turmas e 360 inscritos. Centro de Atendimento à Mulher, Centro de Referência, Centro de Cidadania, Casa de Acolhimento e Casa Abrigo: foram 7.723 atendimentos. Outubro Rosa: 101 eventos. O mês de outubro, em todos os dias, tivemos eventos. Transcidadania: 175 pessoas atendidas. Centro de Referência LGBT: 3.508 atendimentos. Virada na Maturidade: 360 pessoas participando. Mães da Luz: quase 2.100 atendimentos. E assim vai.

Gostaria que já viesse o gráfico com a evolução do nosso orçamento nos últimos 4 anos. Houve uma elevação, por conta das duas secretarias que foram incorporadas à nossa pasta – Mulher e Racial. A proposta nossa é 85.412.915.

Para, também, facilitar a visualização de todos, dividimos a apresentação em 4 eixos compostos por Políticas, Programas e Ações Temáticas, Operação e Manutenção de Equipamentos, Implementação de Projetos do Programa de Metas e Manutenção Geral da

Unidade.

Então, já entrando no Programa de Metas, partimos já para a meta 8, que é o Projeto 14, que é a Universidade Aberta da Pessoa Idosa. O orçamento previsto, para 2018, é de 1.272.208,00, com ações previstas de ampliação da capacidade de atendimento e implantação de novas unidades. O Projeto 10, na meta 21 – Direitos Humanos da Cidade -, as principais ações previstas são a implantação de balcões de cidadania regionalizados, com orçamento previsto de 1.644.600,00. O Projeto 31, ainda na meta 21, que é a relativa aos Centros de Cidadania, as principais ações previstas são novos centros de promoção de igualdade racial e de cidadania LGBT, ampliação da capacidade de atendimento e qualidade do serviço, capacitação e aperfeiçoamento das equipes de atendimento, o orçamento previsto para 2018 é de 20.598.058. E o Projeto 32, que é relativo ao selo de Direitos Humanos e Diversidade, principais ações previstas: reconhecer empresas que promovam boas práticas inclusivas, com orçamento de 278.000.

Já entrando em ações temáticas: a Coordenação de LGBT tem o total previsto de fonte municipal, 9.399.488,00 reais; de fonte federal, 790.512. Isso para fazer frente à manutenção de centros de cidadania LGBT, implantação de um novo centro de cidadania, o programa transcidadania e ações afirmativas para a visibilidade da população negra e LGBT.

Já entrando na Coordenação das Mulheres, o total previsto é de fonte municipal, 10.318.207,00; e fonte federal, 8.661.808,00, para as ações de manutenção dos centros de referência da mulher, centros de cidadania da mulher, casa abrigo, casa de acolhimento provisório Rosângela Riggo, implantação e manutenção da casa da mulher paulistana, manutenção da casa da mulher brasileira - isso após a entrega pelo Governo Federal -, formação e capacitação dos servidores sobre a temática, produção de pesquisas diagnósticas, dentre outros.

Na promoção da igualdade racial, a fonte municipal é de 5.232.200,00; fonte federal, 755.600,00. As ações previstas são a manutenção dos centros de referência e promoção da igualdade racial, implantação e manutenção de três novos centros e implantação e manutenção de um centro de referência indígena e reativação do programa juventude viva, dentre outros, também o programa afro empreendedor.

Para a temática do imigrante e promoção do trabalho descente, o orçamento previsto, de fonte municipal, 3.472.707,00 reais, fonte federal, 500 mil. As ações previstas: manutenção do centro de referência e atendimento ao imigrante, expansão do curso de

português para imigrantes, campanhas contra xenofobia e trabalho escravo, cooperação técnica para política migratória e de promoção no trabalho descente, conferência municipal dos imigrantes.

Já para a população em situação de rua, a fonte prevista municipal é de 493.973,00 reais, para ações direcionadas à campanha de promoção de direitos, conscientização e combate à discriminação da população em situação de rua, promoção do acesso à cultura, lazer, educação da pop rua, apoio ao comitê pop rua, produção de pesquisas e diagnósticos sobre a temática, prêmio de boas práticas aos serviços sócio-assistenciais que atendam a população em situação de rua.

Para a infância e juventude previmos um orçamento de fonte municipal de 1.166.680,00 reais, de fonte federal de 2 milhões para as ações do núcleo de atendimento integrado à criança e adolescente e vítimas de violência, prevenção à gravidez na adolescência e redução de danos, plataforma de centros urbanos no Município, adesão ao programa prefeito amigo da criança no Município, apoio ao programa do bolsa trabalho, programa reparação psicossocial, programa estação da juventude e aprendizagem, estágio e primeiro emprego.

Com relação aos idosos, o total previsto é de 2.354.366,00 reais, para ações de manutenção do polo cultural do idoso, dos jogos municipais da pessoa idosa, apoio às atividades do grande conselho municipal do idoso, campanha de combate à violência contra a pessoa idosa e conferência municipal dos direitos da pessoa idosa.

Na política sobre drogas, o orçamento previsto é de 700 mil reais, visando a ampliação do programa mães da Luz, projeto reeducação familiar, projeto tempo de viver, projeto cuidando de quem cuida e o seminário internacional de política sobre drogas.

Na educação em direitos humanos e promoção do direito à memória e verdade, o orçamento estimado é de 1.772.927, para as ações do centro de educação e formação de direitos humanos, circuito de intervenções urbanas, cidadania nas ruas, edital redes e ruas para a cidadania e cultura digital, festival de direitos humanos, cidadania nas ruas, apoio ao grupo de trabalho e identificação das ossadas de Perus, instalação de marcos da memória, revisão dos assentos de óbito de mortes de desaparecidos políticos durante a ditadura.

Na promoção da participação social o total previsto é de 187.700. Apoio à realização das eleições dos conselhos de órgãos colegiados e apoio ao funcionamento dos órgãos colegiados vinculados à nossa pasta.

Para a manutenção da nossa Secretaria, a fonte municipal é de 33.938.335, isso

prevendo ações com pessoal, administração, sistemas de informação e comunicação, manutenção do centro público de economia solidária e direitos humanos e eventos.

Agora, chegando ao nosso fundo municipal da criança e adolescente, a fonte municipal é de 2.257.600,00 reais; outras fontes, 116.673.984,00 reais, isso para que possamos implementar o sistema informatizado de gestão dos projetos, as atividades e manutenção do CMDCA, bem como dos projetos Funcad.

Por fim, o fundo municipal do idoso, recém regulamentado, a fonte de subvenções, inicialmente, é de 35 mil. Vai ganhar fôlego a partir do próximo ano.

Por fim, queria agradecer à Câmara, por esta oportunidade e a todos presentes e, principalmente, à nossa valorosa equipe, que se debruçou por longo tempo para conseguir formatar essa proposta, bem como aos queridos colegas da Secretaria da Fazenda, que também nos dão toda assessoria e apoio.

Muito obrigado a todos e ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou pedir a todos os Secretários que deixem cópia da exposição.

Registro a presença do nobre Vereador Zé Turin, sub-relator para a pasta da Cultura.

Tem a palavra o Sr. Felipe Sabará.

O SR. FELIPE SABARÁ – Boa tarde a todas e a todos.

Agradeço a todas e a todos pela presença. Este nosso plano orçamentário para 2018 passou por uma revisão daquilo que foi feito em 2017 e foi construído totalmente de forma colaborativa dentro de nossa Secretaria, com todos os times técnicos, coordenadorias, e também já foi apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social, que fez os seus devidos comentários. Todos foram levados em consideração. E outros fóruns e movimentos sociais que participam diariamente da militância social.

Também está presente comigo a Gidane Leão, minha Secretária Adjunta. Temos, por definição, que a Secretaria trabalhe de forma horizontal. Eu represento uma Secretaria, embora como Secretário tenha a responsabilidade e respondo por isso, inclusive ao Prefeito. Mas temos uma política de modernização de nossa Secretaria, para que nosso trabalho seja cada vez mais horizontal.

Então, trouxe, aqui, a Gidane, que vai me ajudar também na apresentação, e outros membros de nossa Secretaria, que também participam desse processo. E também estou à

disposição, no final da apresentação, para responder quaisquer perguntas, embora entenda que a nossa apresentação esteja bastante completa e passe por todos os assuntos, inclusive ações de 2017, para que 2018 também seja balizado em cima daquilo que iniciamos em 2017.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FELIPE SABARÁ – É sempre bom repassarmos qual a competência de nossa Secretaria: formulação, coordenação, implementação, execução, monitoramento, avaliação da política de assistência social e do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Hoje, possuímos, ali, uma ampla rede sócio-assistencial que atende a população em vulnerabilidade, enfim, especialmente as famílias. E, aí, temos priorizado, por causa da situação crítica social e econômica, a pessoa em situação de rua, que é um tema bastante importante que vem sendo olhado pelas últimas gestões, principalmente a nossa, as crianças em situação de risco, situação de abandono, idosos, com diferentes necessidades. Então, são as parcerias com as demais secretarias. Aqui foram apresentadas as de direitos humanos, trabalho, e também a pessoa com deficiência que têm parcerias importantes conosco: imigrantes, mulheres vítimas de violência e jovens que cumprem medidas socioeducativas, liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade. Esses são os principais serviços, lembrando que atuamos com todas as faixas etárias, desde a mãe gestante até o idoso em fase final de vida.

Dentro da nossa rede direta de atuação não conveniada nós temos 54 CRAS, que são os Centros de Referência de Assistência Social da proteção básica e 30 CREAS, que são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Temos seis centros POP, que são justamente os Centros de Referência Especializados, especificamente para atender a população em situação de rua.

Em termos de serviço, hoje a SMADS tem 1.284 serviços prestados por parceiros conveniados e são, no total, 379 organizações sociais parceiras. O total de vagas que temos na rede hoje socioassistencial da SMADS é de 223.738 vagas.

Aqui tem um mapa. Não dá para ver direito, mas isso está na internet no *site* da SMADS e da Prefeitura também. Os territórios onde atuamos, tanto na proteção básica quanto na proteção especial e nos serviços de atendimento direto são bastante completos. Os

serviços, porém, demandam maiores expansões e implementações, de acordo com as demandas da sociedade e também obviamente novos serviços devem ser abertos pelas demandas.

Antes de passar para a Gitane, que vai fazer uma apresentação aqui também, somente falando brevemente sobre a questão orçamentária, um resumão, esse ano de 2018, a nossa proposta é um orçamento de um bilhão, 299 milhões de reais, contrapondo o orçamento de 2017, menor. Estamos aumentando o orçamento para um bilhão, 299 versus orçamento de um bilhão, 178 milhões de reais de 2017.

Então, conseguimos diversos ganhos de eficiência nesses últimos meses, em parceria também com a Secretaria de Gestão, a Secretaria da Fazenda, muita ajuda do Secretário Caio e também da Giulia e diversos outros membros da equipe para a gente conseguir... O nosso corte foi focado bastante na questão dos excessos que tínhamos no gabinete, os excessos da própria Secretaria como um todo, não fechamos nenhum serviço da assistência social.

Não foi fácil, todo mundo sabe da luta que foi de todos nós para conseguirmos manter a assistência social com um orçamento mesmo nesse ano de crise e aqui a vitória de conseguirmos através da eficiência aumentarmos a proposta do orçamento para o ano que vem. Vamos implementar em serviços algo em torno de 50 milhões de reais a mais no ano de 2018, aqui divididos nos serviços, principalmente para a população em situação de rua, para crianças e adolescentes, para idosos e para mulheres. Esses são os grandes grupos de temas que vamos atuar e incrementar para 2018.

Então, vou passar para a Gitane e a gente vai trocando aqui, enfim, de acordo com o que for necessário na apresentação. Muito obrigado a todos. Gitane.

A SRA. GITANE LEÃO – Boa tarde a todos. Vou falar um pouquinho para vocês, então, dos números.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. GITANE LEÃO – Então, aqui a gente traz as nossas unidades orçamentárias. Então, quando a gente fala da unidade orçamentária SMADS, temos um previsto para 2017 de 102 milhões e o nosso orçado de 2018 é de 135, um crescimento de 32% aproximadamente.

Quando a gente fala da nossa unidade orçamentária Femas, a gente tem uma previsão de gasto, em 2017, de 1,76 bilhão e o nosso orçamento, para 2018, é 1,163 bilhão. Então um crescimento aproximado de 8%, que dá um total, como o Felipe falou, para 2018, de 1,299 bilhão. Para frente vamos falar o que estamos fazendo, quais as nossas principais ações.

Lembrando que essa unidade orçamentária SMADS, nós temos toda a parte administrativa dela e também a ampliação ou programa de renda mínima. Basicamente parte desse crescimento está em função da nomeação de 50 assistentes sociais, para 2018, e ampliação do programa de renda mínima.

Falando um pouquinho de população em situação de rua nossas principais ações são ampliação da rede, aproximadamente 2.200 vagas, alinhamento e estamos fazendo uma série de ações em relação à população de rua visando ganhar eficiência e atender melhor a nossa população.

Então temos feito algumas ações relacionadas a esse público que são alinhamento das ações táticas de melhoria de abordagem com gerentes e orientadores do CEAS e confecção de manual e orientações de melhores práticas. Isso tudo visando que sejamos mais efetivos na abordagem.

Capacitação técnica de toda equipe do CEAS; padronização de metodologia de trabalho sócio educativo visando aprimorar resultados qualitativos; reorganização do processo de recâmbio respeitando a especificidade de cada território; implantação de bases móveis do CEAS em local de maior concentração de pessoas em situação de rua.

Também estamos fazendo uma organização para o senso de população de rua para 2018. Isso porque o último senso que temos é de 2015. E nesse senso de 2015 nossa estimativa era de que a população de rua, na cidade de São Paulo, fosse por volta de 15.905 pessoas. Hoje não temos esse dado, não tivemos orçamento este ano para fazer, mas temos uma estimativa de que esse número esteja por volta de 20 mil pessoas. Isso justifica o nosso

foco porque temos uma rede que precisa ser ampliada para atender esse público.

O Filipe agora vai falar um pouquinho das principais mudanças que fizemos dentro da abordagem social.

O SR. FILIPE TOMAZELLI SABARÁ – Obrigado. Dentro do que a Gitane falou, uma das principais mudanças, ou seja, ganho de eficiência que propusemos e começamos a implementar já em 2017, é a questão das capacitações e qualificações nas abordagens sociais para as pessoas em situação de rua, o CEAS e CAPE, que é o emergencial noturno e durante a madrugada também.

Então montamos uma equipe de capacitação com oficinas multidisciplinares com a participação de diversos secretários e suas equipes, tanto na área da pessoa com deficiência, porque sabemos que na rua há pessoas com deficiência que precisam de uma abordagem especializada. A área das mulheres com Direitos Humanos e também na área do trabalho já encaminhando a questão de documentação e diversas necessidades que a população de rua apresenta durante a própria abordagem.

E uma questão também de humanização dessa abordagem com a contratação de pessoas em situação de rua ou pessoas que estavam em situação de rua, que passaram também a ser contratadas para trabalhar abordando outras pessoas em situação de rua e tem sido muito interessante. Traz um ganho de humanização também trabalhando isso em parceria com as prefeituras regionais, para que o trabalho da zeladoria tenha um cunho muito mais humanizado.

E também junto à Secretaria de Segurança Pública para que a GCM também participe dessas qualificações e entenda muito mais as necessidades das pessoas em situação de rua durante a abordagem que fazem.

Aqui algumas fotos, inclusive, estamos melhorando o uniforme com algumas doações feitas, padronização dos coletes, das documentações das pessoas, das nossas equipes do CEAS.

Aqui também um pouco do que fizemos, são mais de duas mil e quinhentas vagas já abertas em 2017 para a população em situação de rua. Essa era uma demanda grande que herdamos, a população em situação de rua cresceu e as vagas não cresciam na mesma proporção.

Já abrimos oito centros de acolhida em 2017 e temos a previsão de mais 10 centros de acolhida até o final de 2017. Esse é um ganho muito expressivo para a população em

situação de rua. Vamos demonstrar no orçamento para 2018 como isso vai se dar, mas é uma demanda e muitas audiências públicas que fizemos aqui, a própria população de rua, os usuários que nos demandavam melhoria no acolhimento. Mais de 15 centros de acolhida já existentes foram reformados e oito foram abertos.

Agora temos a novidade de que todos esses centros têm canil e veterinário para a população em situação de rua que tem os seus cães, também área para estacionamento de carroças, outra demanda bastante importante. E a melhoria na alimentação e dormitórios com beliches, camas e colchões muito mais adequados e com acessibilidade seguindo a demanda do nosso querido Cid Torquato, Secretário da Pessoa com Deficiência, que tem revisado todos os centros de acolhida, não só os novos como também os anteriores, para que sejam adequados para pessoas com deficiência.

Foram criados tanto os núcleos de convivência quanto os centros de acolhida nas cenas de uso aberto bem próximos. No caso do Atende 2, que é um centro de acolhida com o núcleo de convivência no próprio território, vizinho à cena de uso. Isso tem dado um resultado muito grande. Foi feito em 2017 e já são quatro centros de acolhida com núcleo de convivência chamado de Atende nas cenas de uso aberto de drogas e um quinto sendo aberto agora, na Vila Leopoldina.

Para o ano que vem a expectativa é atendermos mais proximamente também as pessoas com dependência química, totalmente humanizado, em parceria principalmente com a Secretaria de Saúde, Direitos Humanos e Secretaria do Trabalho, o programa trabalho novo.

Antes de falar do trabalho novo, sobre as vagas, 2.076 vagas já abertas para a população em situação de rua, em 2017. Um número bastante expressivo de pessoas que estavam nas ruas e agora estão acolhidas além das vagas que já existiam e aqui vocês podem ver nas fotos, com quadra poliesportiva; lavanderia – antigamente eram tanques apenas – com máquina de lavar e secar; ali a foto dos canis. Nesse caso, mais de 18 baias de canis com veterinário, castração, toda a ajuda necessária também para os animais das pessoas em situação de rua. Um serviço humanizado de acolhimento.

Aqui o trabalho novo, que é uma parceria com as Secretárias Aline Cardoso e Juliana Ribeiro, do Trabalho, que já empregou em 2017 o número expressivo de 1.459 pessoas em situação de rua. Apenas para comparação, na última gestão, em quatro anos foram empregadas 53 pessoas em quatro anos com índice de retenção de 2%. E dessas 53 pessoas empregadas na última gestão, apenas 16 pessoas com carteira assinada. A maior parte era

frente de trabalho temporário, que não garante, justamente, os benefícios do emprego. E aqui na gestão João Doria, em parceria com a Secretária Aline Cardoso, 1.459 pessoas em situação de rua agora com sua carteira assinada, com seus benefícios, garantia de direitos na prática, como deve ser e, como preconiza o SUAS, com autonomia e renda; lembrando que, desses 1.459 pessoas empregadas, 93 delas já saíram dos serviços de acolhimento por conta própria. Isso demonstra, como preconiza o SUAS, justamente a saída qualificada dos serviços; pessoas que já locaram seus próprios quartos ou apartamentos. Hoje temos entrevistas inclusive registradas de pessoas em situação de rua empregadas, entre esses 1.459, que agora já estão dando entrada na casa própria. Isso demonstra que estamos seguindo exatamente a política...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ - ... de assistência social, que preconiza a autonomia e renda. Ou seja, serviços qualificados...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, vamos ouvir.

O SR. FILIPE SABARÁ - ... de entrada e também serviços qualificados de saída para a população em situação de rua.

- Orador passa a referir-se a imagens projetadas em tela.

O SR. FILIPE SABARÁ – Aqui, em termos de vagas,... Gitane, quer falar? (Pausa).

A SRA. GITANE LEÃO – Vou falar um pouquinho do nosso grupo de crianças, adolescentes e jovens. Como principais ações, a gente teve a Lei Municipal, o PL 27/2017. Também temos, como principal ação, a política da primeira infância. Então, pela primeira vez, estamos integrando os orçamentos de outras Secretarias num trabalho intersecretarial, contando com a participação da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, voltado à primeira infância.

Tivemos o programa Criança Feliz, que conseguimos iniciar em 2017 a manutenção da rede atual. A reorganização dos CJ e dos Cedesp de acordo com a demanda do território é também um trabalho que a gente está fazendo com o objetivo de atender às especificidades de cada território. E ampliação de Saica, Casa Lar, República Jovem e SPVV.

Aqui, estamos falando de um número de vagas...

- Manifestações no recinto.

A SRA. GITANE LEÃO - ... de 94 mil para esse grupo.

O SR. ZÉ TURIN – Pessoal, por favor. Assim fica difícil. Se vocês não colaborarem, fica difícil. Todos nós, assim como vocês, estamos aqui dedicando o nosso tempo. Então, peço, por gentileza...

- Manifestações no recinto.

O SR. ZÉ TURIN – O que é isso? Falta de respeito... Por favor, por favor. Ordem, pessoal. Vamos respeitar, aqui, o espaço da fala de cada um. Por favor.

O SR. FILIPE SABARÁ – Vereador Zé Turin, vamos continuar apresentando. As pessoas que respeitam vão ouvir; as que não respeitam, a gente já está acostumado.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GITANE LEÃO – Falando do nosso grupo de idosos, a gente está falando de uma rede, hoje, de 14.450 vagas. Em 2018, nossa previsão é de 14.690 vagas para esse público, com orçamento aproximado de 73 milhões de reais.

As principais ações: ampliação de vagas nos serviços de convivência e de acolhimento para idosos – NCIs e ILPIs. Ampliação e atendimento em serviços intergeracionais, CCInter's. Ampliação de atendimento diário dos centros dia para 8 horas. Criação do Fundo Municipal do Idoso. Qualificação dos técnicos voltados a esse público.

Dentro do Grupo Família e Intergeracional, estamos falando de uma rede atual de 76 mil vagas e uma previsão para 2018 de 76.460 vagas. As principais ações que temos são: Plano Municipal de Política para a Primeira Infância; Programa Feliz, afeta a esse grupo, porque tratamos as gestantes; ampliação do atendimento em serviços intergeracionais - CCInter's; qualificação dos técnicos e capacitação da implantação do programa Criança Feliz, que iniciamos nesta semana.

Aqui, praticamente terminamos nossa apresentação. Aqui é só para demonstrar um pouco da nossa rede. Quando abrimos em proteção básica e proteção especial, cada uma

representa por volta de 40% do nosso Orçamento. Aqui é para mostrar que quando olhamos 2017 versus 2018, a gente praticamente mantém as duas proteções, mantendo o percentual de 40%.

É isso, gente. Eu queria agradecer a presença e estamos abertos para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Aqui nós estamos vendo algumas demandas. Felizmente, todas elas já estão sendo contempladas no Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós vamos entrar... Nas falas, provavelmente, será tratado disso. Obrigado, Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Fico feliz que já contempla, inclusive... As demandas que estão sendo feitas já estão no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Podem acender as luzes, por favor. Vou anunciar rapidamente. Se houver prejuízo hoje de alguém não conseguir sair a contento, teremos sábado, agora, às 10 horas, na Subprefeitura de Freguesia do Ó, a quarta audiência regional, Norte-Noroeste, que trata de todos os temas. O endereço é Rua João Marcelino Branco, 95, Cachoeirinha.

No dia 22, quarta-feira, teremos a 16ª e a segunda audiência pública geral, neste Salão. Pode-se voltar aqui e tratar de qualquer pasta. É a última audiência de todas e a segunda audiência pública geral. Então, quem se sentir prejudicado terá essa oportunidade.

Há aqui vários conselheiros inscritos. Repito: o tema hoje não é Conselho Tutelar.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Posso terminar?

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que hoje tem CMDCA. Eu sei disso. Então,

vamos ter audiência pública temática das prefeituras regionais, onde vocês estão agora submetidos, no dia 21/11. Eu considero também que as exposições demoraram muito, então vocês terão de ter uma paciência enorme de ficar aqui.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu fico aqui até as 20 horas, não tenho problema nenhum com isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês vão dialogar. Tudo bem.

- Aplausos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou considerar... O Secretário Annenberg colocou que tem um compromisso e vai deixar o Secretário Adjunto. Não há problema. O relator Ricardo Nunes teve que ir à CPI para dar quórum, mas a assessoria dele está aqui anotando as reivindicações.

A primeira inscrita é Simone Rezende. Depois, Fábio Siqueira. Depois, Sônia Regina.

Fiz essa consideração tendo em vista que se houver uma organização em que outro possa fazer a fala, ganharemos tempo.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Simone, por 3 minutos.

A SRA. SIMONE REZENDE – Sou de uma ONG de Parelheiros, Vivenda da Criança. Temos parceria com SMADS. Eu queria solicitar um aditamento do nosso Cedesp. Hoje atendemos 160 jovens e já enviamos essa solicitação para a Secretaria. Como ele falou em reorganização dos Cedesp's, eu adorei; porque, se for de acordo com a demanda, hoje temos mais de 1,7 mil jovens na fila de espera. Então, eu gostaria de solicitar esse aditamento assim como uma atenção especial a todos os programas de atenção básica com os quais temos parcerias, como o SASF, em que atendemos algumas regiões aonde nem o transporte

público chega. Então, eu gostaria de solicitar uma atenção especial para os SASF's. Em Parelheiros, por exemplo, que é uma região rural, muitas vezes os orientadores não conseguem chegar até aquela região. Então, que fosse previsto também um atendimento de qualidade para essa equipe – de repente, um motorista -, para que a gente chegue a esses lugares aonde ninguém chega. Realmente, é necessária uma atenção para os programas da atenção básica para não chegarmos nesse número exorbitante da proteção especial. Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Simone. Anuncio a presença da Vereadora Juliana Cardoso, a quem convido a compor a mesa. O Vereador Aurélio Nomura, Líder do Governo, também esteve conosco. Presente, o Secretário Jorge Damião. Obrigado pela presença, Secretário, mais uma vez, pois já esteve conosco na audiência pública da pasta de Esportes.

Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos da municipalidade paulista. Bom dia, Srs. Vereadores. Não vou nominar todos. Peço uma reinscrição; e, se me for concedida, falarei o nome de todos bem como os nomes dos Secretários e Presidentes de empresas presentes.

Vou começar pela Secretaria de Inovação Tecnológica, pois, ao que parece, o Secretário terá que ir embora. São duas perguntas muito rápidas. Primeiro, se existe uma lei de criação dessa Secretaria; se essa lei já foi aprovada. Porque parece incrível que se criam Secretarias, mas não se criam as leis para regular essas secretarias. Na minha visão, decreto é completamente absurdo. Decreto não passa por esta Casa de leis para documentar a existência de órgão tão importante quanto é uma Secretaria Municipal, que inclusive tem tópico específico na peça orçamentária como na LDO e no PPA e citação no Plano de Metas.

A segunda pergunta também diz respeito à execução orçamentária dos telecentros para 2017. A verba aprovada era de 9 milhões e 200 mil reais, e foram executados até setembro apenas 4,1 milhões de reais. Infelizmente, não parece que o Vereador Daniel

Annenberg está dando destaque aos telecentros, Fab Lab's e outros assuntos que o senhor comentou, porque a execução, até setembro, não chega nem à metade dessa rubrica orçamentária.

Então, as perguntas para V.Exas. são essas.

Passo para a pasta da Vereadora e Secretária Aline Cardoso. Causa espanto e tristeza que mesmo no princípio, na administração do Vereador Eliseu Gabriel, que também está presente, nesses 9 meses, nada – e nada mesmo – foi feito em relação à segurança alimentar e nutricional. Da dotação 1131, Projetos de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada em dezembro do ano passado para o exercício de 2017, 11,5 milhões de reais, nada foi empenhado, nada foi executado. Por conseguinte, esse assunto, o Comusan, nada avançou nesse particular. É uma pena, pois são temas tão recorrentes segurança alimentar, fome zero.

Reforma de equipamentos importantes. O Mercado da Lapa, que foi criado nos anos 50 – ou seja, um patrimônio da cidade de São Paulo -, como o Mercado de Santo Amaro, e outros equipamentos da área de abastecimento não estão em boas condições. Aproveito para repudiar proposta de venda desse importante e histórico patrimônio público da cidade de São Paulo, relacionado à pasta do Abastecimento, bem como o Mercado Municipal da Cantareira, mercado centenário e patrimônio da Prefeitura. Vender isso é um ato lesivo à história à administração pública desta cidade e deste país.

Gostaria de citar, ainda na pasta da Vereadora Aline como fica o projeto Começar de Novo. Muita gente falou do Bolsa Trabalho, do Renda Mínima, Começar de Novo é uma lei municipal. Será que vocês sabem o que é? É um projeto importantíssimo para requalificação profissional para pessoas maiores de 40 anos. E esse projeto parece que desapareceu do mapa da administração pública, o que é um absurdo. As leis não estão sendo cumpridas na nossa municipalidade. Como também a verba do incentivo da Economia Popular Solidária que não chegou nem a 2 milhões que foi executada, de 4 milhões previsto. Não vejo priorização

nessa área, bem como na questão de fomento a cadeias produtivas e projetos locais, verba de 1,2 milhões, só executou 920 reais, não chegou nesse ano a verba para esse importante projeto de cadeias produtivas. Também queria lamentar a reforma das unidades como mercadões, sacolões e varejões, nada foi executado nesse ano. Vaitec, execução pequena, somente de 600 mil reais perante o orçamento aprovado; microempreendedores individuais, nada executado e também Parque Tecnológico da zona Leste que é em Itaquera, de 16 milhões, nada foi executado. Mais uma vez a zona Leste prejudicada pela não realização do projeto do Parque Tecnológico da região Leste de São Paulo.

Eu queria saber qual é o recurso para o Comusan, um conselho municipal histórico para esta cidade de segurança alimentar nutricional. Infelizmente o Comusan está com sérios problemas até no seu funcionamento. A conselheira Socorro acompanha historicamente, a conselheira Terezinha acompanha esse setor e está praticamente inviabilizado.

São essas questões, Solicito a minha reinscrição para falar de direitos humanos e assistência social. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sônia, depois Robson Mendonça. Eu sempre permito porque o Fábio faz pergunta sobre todas as pastas, e como acoplamos as pastas, damos uma tolerância, mas peço que não se acostumem com a ideia.

A SRA. SÔNIA – Vim falar em nome da deficiência, pela Secretaria do Deficiente. Faço parte de um grupo de mães que se reúne há sete anos na Casa de Cultura Tendal, onde desenvolvemos um trabalho com jovens de 17 a 60 anos. Então, já pegamos a terceira idade. Quando chega nos 17 anos 11 meses e alguns dias, eles são mandados embora das instituições para não caracterizar 18 anos.

E ali, por meio da arte e cultura, temos feito um trabalho muito bacana. Uma coisa que tenho observado é que minha filha tem 40 anos, ela é PC e eu lido hoje com todos os tipos de deficiências, porque nesse grupo não fazemos seleção. Seja a deficiência que for, a gente agrega.

Se você quer ver um deficiente ter cura, ir para frente, coloca ele para fazer uma apresentação. Por meio da alegria, a salva de palmas cura a alma e aproxima os pais que muitas vezes os rejeitam. Onde começa a exclusão normalmente é dentro de casa, o preconceito é dentro de casa que acontece.

Desenvolvemos esse trabalho com a garra das mães porque não cobramos mensalidade, vivemos de doação de materiais, de lanche, de uniforme. E vendo esse trabalho das apresentações, o quanto revigora os jovens, desenvolvemos esse projeto aqui, o Pipec, Projeto Inclusão Primavera de Eventos Culturais. O nosso grupo chama grupos que atuam como o nosso no Estado todo para fazer um dia inteiro de apresentações, seja dança, apresentação de magia, é um bem inclusivo, um dia inteiro.

Eu agradeço a oportunidade. A gente realmente necessita de verba, porque como sempre trabalhamos com voluntários, se esta crise pegou todos, imaginem nós, que vivemos simplesmente de voluntários. Perdemos muitos voluntários. Desenvolvemos arte, cultura, reciclagem, dança contemporânea; somos um grupo que agrega todas as deficiências por meio da dança contemporânea. Também fomos os primeiro grupo a desenvolver libras com todos os tipos.

Por isso, pedimos que nos apoiem nos mandando um instrutor de libras.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos. Algumas Pastas que falaram, não gravei muito. Quero fazer uma crítica, sim, apesar de, infelizmente, este Governo não aceitar críticas. Sabará, não me queira como inimigo, sou seu amigo, mas sou contra algumas posições, pois realmente não vejo inclusão. Digo o mesmo ao Secretário de Direitos Humanos: não me tenha como inimigo, principalmente porque V.Exa. é dos direitos humanos. Vamos trabalhar juntos.

Fico realmente constrangido e revoltado com o fato de aqui realmente ser

apresentada muita coisa, há meios para muita coisa, mas nada é feito, gente. É só falácia, falácia e falácia, números apresentados e não executados. Desculpem, mas isso me revolta.

Srs. Vereadores, vamos botar a mão na consciência e vamos criar uma rubrica própria para a população de rua; essa rubrica genérica não dá mais. Nós precisamos de 240 milhões para a população de rua, porque esse genérico se propõe a atender tudo, mas acaba não atendendo nada. É vergonhoso o que a Secretaria de Assistência Social gasta com aluguéis. É vergonhoso. O orçamento aumenta, mas não tem verba para isso, não tem verba para aquilo.

Pasta da Deficiência, vamos olhar para a questão dos deficientes que estão nas ruas. Ontem a Zeladoria tomou muleta de um deficiente, e a Guarda Municipal obrigou o cara que estava filmando ir para a delegacia como testemunha da Guarda. Isso não pode acontecer, gente.

— Não estão mais deixando os carroceiros trabalharem. Isso é vergonhoso. Dizem que as carroças sujam a Cidade e atrapalha transeunte. O que é isso, gente? A Prefeitura não tem condições para colher o reciclável da Cidade.

Está faltando abrigos para as mulheres na Cidade; não tem abrigo. Quanto a essas duas mil e não sei quantas vagas, ótimo, parabéns, mas vamos abrir mais, pois tem muitas que dormem para fora do albergue e não conseguem uma pousada, uma cama.

Alimentação, tem muitos que não conseguem. O que é que está havendo? Aumenta vaga, aumenta verba e não tem alimentação, não tem dignidade. Tomam os papelões, jogam latas de água em cima deles. O que é isso, gente? Vamos botar a mão na consciência e vamos fazer o trabalho. É preciso que esse Poit dê mais trabalho para o pessoal. É isso que precisa.

Para concluir, eu queria dizer para os Srs. Vereadores que eu quero me orgulhar deles, mas só no momento em que alguém sentar e disser que vai criar uma rubrica para a população de rua, porque está vergonhoso do jeito que está.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou Presidente da Com São Paulo Trabalho e Empreendedorismo e o que vou falar aqui é o seguinte: São Paulo tem um PIB de 674 bilhões por ano, mas é uma Cidade insustentável. Temos hoje dois milhões, 250 mil pessoas desempregadas e temos 3,5 milhões de pessoas morando em favelas, cortiços e em conjuntos e áreas irregulares. Isso é um verdadeiro absurdo para uma metrópole cosmopolita como a cidade de São Paulo. Além disso, hoje temos 850 mil pessoas sem documentos aqui na Cidade e cerca de três milhões e 850 mil pessoas que sequer têm um real para pegar uma condução para se deslocar de um bairro para outro.

O PIB da Cidade vem sendo assaltado. Só esse bandoleiro, ladrão e vagabundo do Michel Temer, dos 160 bilhões que ele está roubando até o final do seu mandato, 30 bilhões de reais são aqui da cidade de São Paulo. O seu comparsa de gatunagem, o Geraldo Alckmin, dos 40% que vão para o Estado de São Paulo, do PIB da cidade de São Paulo, está roubando 20 bilhões numa marcha que ele montou aqui na cidade de São Paulo.

- Manifestação no recinto.

O SR. LAERTE BRASIL – Calminha! Não levante os panos, não, que eu estou falando. Não levante os panos que eu estou com a palavra. Calminha, baixe os panos, baixe os panos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor!

(NÃO IDENTIFICADO) – Brasil, vamos direto ao assunto da pauta.

O SR. LAERTE BRASIL – Mas ele está levantando os panos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim.

O SR. LAERTE BRASIL – Calminha. Depois o senhor me processa, tá? Você me processe, mas baixe os panos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL – Só para concluir, então, é isto: hoje daria para fazer um orçamento só com o dinheiro roubado em cem bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k.

O SR. LAERTE BRASIL – Mas, para encerrar, vou instigar duas perguntas. Uma para a Secretária do Trabalho e outro para o Secretário de Ciência e Tecnologia. Secretária, eu participei de cem audiências públicas do PDE e da Lei de Uso e Ocupação de Solo, além das audiências públicas do Governo Haddad e do Governo Doria, e defendo neste Orçamento sempre um aporte, porque eu apresentei de isenção de tributos para as empresas a fim de levar as empresas para os bairros; não com uma visão equivocada para colocar trabalho junto com residência, mas para transformar os bairros da cidade de São Paulo em verdadeiras cidades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Calma!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma, não, tem tempo!

O SR. LAERTE BRASIL – Mas para instalar as empresas nos bairro precisa de dinheiro. Eu defendo um orçamento da sua Secretaria em 500 milhões. Agora, a minha pergunta: o Governo Doria já tem um ano aqui na cidade de São Paulo e não foi criado nenhum posto de trabalho. Quando ele entrou no governo, São Paulo tinha 900 milhões e hoje tem dois milhões e 250 mil. Qual é o projeto que a senhora tem na Secretaria para recuperar a empregabilidade na cidade de São Paulo.

E a outra pergunta, para finalizar, é para o Secretário de Ciências e Tecnologia. Secretário, eu apresentei a tese do Wi-Fi livre na cidade de São Paulo, que é a segunda a desenvolver essas ações; a primeira foi Curitiba, porque apresentei lá e em todos os locais, além da minha rede de Fab Lab em 32 subprefeituras. Eu queria saber de V.Exa. se esse desenvolvimento de políticas públicas de conhecimento do Wi-Fi livre é feito com a iniciativa privada ou é uma ação da Secretaria e se V.Exa. tem um projeto...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k. Obrigado, Laerte Brasil.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sra. Lilian Fernandes Silva. Depois, Sra. Maria Mota.

O SR. LAERTE BRASIL – É o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu peço que o senhor encaminhe à Corregedoria da Câmara as acusações com os nomes, já que o senhor disse que é ladrão, e com os valores descritos, porque tudo aqui está sendo gravado e, evidentemente será respondido.

A SRA. LILIAN – Bom dia a todos e a todas.

Minha primeira questão. Sr. Felipe Sabará, a proposta orçamentária para 2017 não foi efetivada como previsto. Foi dito que será destinado para a assistência social em 2018 valor superior a 2017. Porém, não foi executado, sequer, o orçamento previsto para 2017. O que nos garante que isso será efetivado? (Palmas)

Outra questão. A proposta orçamentária para 2018 prevê redução de investimento em algumas áreas e aumento em outras. Com base em que isso se justifica? Qual é o diagnóstico e no que ele se apoia?

E, para encerrar, como será feito o controle social dos gastos públicos relacionados à nova fonte de recursos, a chamada fonte 10? Qual será a participação da sociedade civil nesse controle? (Palmas)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maria Mota.

A SRA. MARIA MOTA – Bom dia a todos e a todas.

Primeiro eu queria dizer que o orçamento não foi amplamente discutido, tanto é que ele não está disponível, não temos grande compreensão dele e esse aumento que foi apontado não sabemos de onde virá. Será que são das privatizações?

A outra coisa que também não fica muito clara é a questão das vagas. Fala-se em vagas. Vagas onde? Consideram-se os vazios sócio-assistenciais? Os documentos e os diagnósticos que nós já temos?

A outra questão ainda: vários aposentados já saíra, estão saindo, e também os comissionados. Chamar 50 novos profissionais não faz a cobertura desses que estão saindo. (Palmas)

Como é que vamos dar conta de uma rede sócio-assistencial nesta cidade que, mesmo com o montante que temos, não faz a cobertura?

A outra questão é que se falou bastante da capacitação em CEAS. Mas e os outros profissionais? E a produção básica? Quando pensamos na política de assistência social o que estamos pensando na prevenção e na proteção, porque é ali que temos de trabalhar para não expandirmos a proteção especial.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – João Gabriel.

O SR. JOÃO GABRIEL – Bom dia a todas e a todos.

Na pessoa do Vereador Jair Tatto cumprimento a Mesa.

Primeira constatação é que parece que notícia boa hoje aqui é para os banqueiros, né, que receberam um desconto amigão nas dívidas com o orçamento. (Palmas)

Então, a primeira constatação é: as apresentações genéricas feitas, aqui, para a população e para os Vereadores, o que dificulta a nossa capacidade de entendimento, o que seja, talvez, proposital.

Então, observamos que teremos um aumento de arrecadação de 4,8% e, depois, de constatar a boa notícia para os amigões banqueiros, o que vemos é um corte de 9,2% na política de assistência social; um corte de 22% na política de direitos humanos, que é fundamental para a cidade de São Paulo. E observamos que, na apresentação da Secretaria Municipal de Assistência, que eles têm a pretensão de fazer a contratação de 50 assistentes sociais em uma Secretaria que tem previsão, em 2019, de acabar, porque os profissionais terão se aposentado. Então, teremos um número absolutamente reduzido de profissionais da Assistência para tocar uma política que é fundamental para a Cidade. Então, a questão é: esses 50 não estão nem declarados no orçamento! Quiçá os AGPPs que são necessários e os demais profissionais que precisam sem contratados. Temos 300 aprovados no concurso e somente 93 foram convocados. O que está acontecendo?

Tivemos demissões maciças nos convênios ao longo deste ano. O que está previsto para o ano que vem se você tem corte no orçamento? São mais demissões?

Para concluir. O Secretário colocou que ele prioriza a formação. Secretário, tem

uma inconsistência na tua fala, porque constatamos que há 66% de corte na política de formação e no ano de 2017 vocês não chegaram a investir nem 30%. Então, nos ajude a entender isso.

E, por último, quero aproveitar a oportunidade para fazer, aqui, um registro de repúdio à declaração, através do Diário Oficial, de parcelamento do salário dos servidores municipais. (Palmas) Então, registramos o nosso repúdio e dizemos que entendemos que isso é uma ameaça e não vamos aceitá-la. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – José França.

O SR. JOSÉ FRANÇA – Bom dia a todos. Meu nome é José França, morador de rua da região Central.

O Presidente falou que ia colocar dinheiro aonde precisa. Eu queria falar sobre a Secretaria do Trabalho, em que se falou sobre os cursos de capacitação. Há diversos cursos.

Da Secretaria de Tecnologia, um morador de rua me falou que ele frequenta a Fab Lab e é muito interessante.

Secretaria de Direitos Humanos me deu nojo. Estou com vontade de vomitar. É inacreditável que para imigrantes tenha um valor de 3 milhões 472 mil e para a população de rua só 496. Eu acho que eu vou ter de ser estrangeiro. Tenho de pegar um documento falso, ali na Sé, para eu ser estrangeiro, para ver se eu consigo ter uma dignidade neste país, porque eu não estou tendo dignidade no meu país. Isso, até no artigo 5º da Constituição, diz que todos nós somos iguais perante a lei. Acho que nem a Secretaria sabe desse artigo 5º.

Queria também falar de SMADS. Secretário Felipe Sabará, é a primeira vez que vejo o seu rosto. Não vou lhe xingar, porque não vou perder tempo. O senhor nunca me xingou, nunca me desrespeitou. Não vou fazer isso, não. Vamos trocar uma ideia aqui.

Eu sou representante da população de rua no núcleo Brás. Quase 500 pessoas frequentam esse local. Eu consegui levar um curso na Defensoria, Educação e Direitos. Mas o que eu vejo é que nessas Secretarias parece que não tem uma ligação. O Prefeito demonstra que ele age sozinho. Eu acho que vocês, Secretários, tinham de ter alguma atitude conjunta de fazer algo pela população de rua. O que eu vejo aqui é que vocês têm uma prestação de serviço. Algumas pessoas são beneficiadas. A diferença da sociedade para a população de rua é que tem esse tipo de serviço aqui, da Fab Lab, curso de capacitação da Secretaria de Trabalho, SMADS. Eles têm de estar inclusos no local onde a população de rua está. A dificuldade da população de rua se locomover até esses locais, é muito difícil.

Então se os senhores se juntarem e pensarem, em 2018, numa forma de a população de rua estar inclusa nesses projetos vai ser muito bom. Eu não participo de nenhum projeto.

Eu queria falar, Sr. Secretário Sabará, sobre o Fundo Municipal de Assistência Social. Entrei com um pedido de protocolo para ver a transparência desse Fundo, porque a União faz repasse e a SMAD tem que apresentar projetos. Eu vivo na rua, vivo no albergue, vivo no núcleo, eu não estou incluso em nenhum projeto da SMAD.

O SR. PRESIDENTE (Zé Turin) – Conclua, por favor.

O SR. JOSÉ FRANÇA - Eu queria que o senhor falasse sobre o Fundo Municipal de Assistência Social.

Eu quero desejar boa sorte para todos nós.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Zé Turin) – A próxima oradora inscrita é a Sra. Edmar Matoso.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero anunciar a presença – você anunciou o Fabio Riva aqui? - do Vereador Fabio Riva e da Vereadora do Psol Sâmia Bomfim que também está conosco.

A SRA. EDMAR MATOSO – Boa tarde a todos. Meu nome é Edmar Matoso. Ouvi o Secretário Felipe Sabará, falando em respeito. É muito bom falar, o difícil é agir. O senhor fala em respeito, mas a população em situação de rua não é respeitada nem pela Prefeitura. Se fosse respeitada pela Prefeitura vocês não teriam jogado água na Sé, não tinham tomado os cobertores, sendo que o Doria tinha falado que não era para tirar os cobertores. Estou com o vídeo no *Facebook*. Em junho e julho foram levados os cobertores. Eu estava na Rua Apa,

onde tem um fluxo de dependentes químicos, onde foram levados todos os cobertores, inclusive os meus e das minhas crianças. Tive pouco tempo para gravar, porque a gente sofre a opressão pela Polícia, que deveria servir e proteger o cidadão.

Outra coisa, Sabará, vocês falam em fazer albergues, tem uma lei, está na Constituição: todo cidadão tem direito à moradia digna. Eu estou na rua, não quero ir para albergue, quero ter minha moradia. Sou cidadã. (Palmas) Não quero ir para albergue dormir no meio de 30-40 mulheres neuróticas, cheias de problemas, descontando em mim e em outra pessoa. Quero ter a minha moradia.

Coisas que vocês estão fazendo contra a (Ininteligível) porque estão tirando todos os movimentos. Não sou de movimento. Estão tirando os movimentos e jogando as pessoas na rua, mas tiram do movimento e do prédio que está abandonado há 30-40 anos, joga na rua, mas não dão o direito de a pessoa morar? Vocês não têm uma locação?

Eu vi aí, lindo! Um monte de dinheiro, da ora! Mas vai sair do bolso de quem? Não é do nosso? Porque eu pago meu imposto, sou carroceira. Pago meu imposto. Até o cigarro que eu fumo é imposto, a bala que eu chupo é imposto.

Então vamos conscientizar não em albergue, mas na moradia, porque é lei. Vocês têm que cumprir.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Edmar.

Tem a palavra a Sra. Solange Peralta, em seguida o Sr. Ricardo de Lima.

A SRA. SOLANGE PERALTA – Bom dia a todos. Sou Solange Peralta e vim falar da situação das mulheres que sofrem violência doméstica. Esta gestão cortou verbas importantíssimas no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Eu tenho um projeto social que chama Projeto Princess Solidária que presta assistência a mulheres e crianças em situação de tratamento de câncer. Eu queria fazer um alerta a todos que as mulheres em tratamento de câncer também apanham dos maridos. Mais

do que apanhar, elas são abandonadas assim que descobrem o diagnóstico.

Mesmo os maridos dizem: “Tchau querida.” e vão embora. A mulher fica com as crianças, com o tratamento e totalmente vulnerável.

Se a mulher vai procurar os CRMs, os CCMs, os centros de atendimentos que temos na Capital, são acolhidas, são ouvidas. Isso são, elas desabafam, mas a situação não muda, porque depois do desabafo se ela não tiver dinheiro para voltar para casa, tem de voltar a pé. Ela está preocupada com as crianças em casa, porque o marido foi embora. Eles vão. Aí dão os endereços que ela deve procurar uma advogada aqui, outra pessoa ali, mas o dinheiro para ela procurar até lá, não tem. Se falarem para registrar um boletim de ocorrência, vão dizer para ela registrar o boletim de ocorrência no DP mais próximo da casa dela, por exemplo. Quando ela chegar nesse DP, para ela chegar lá às vezes também precisa de um ônibus, ela também não tem.

Nós temos aqui conosco o Vereador Eduardo Suplicy, autor do projeto Renda Básica Cidadania, que eu queria que todos se conscientizassem dessa situação. Toda mulher apanha, infelizmente; uma hora na vida ela apanha. Todas, que eu digo, é a grande maioria, porque o Brasil é um país campeão, infelizmente, é o quarto país no mundo que mais tem mulheres em situação de violência. É uma vergonha. Nós temos aqui na Capital o nosso Vereador, autor desse projeto que, se pelo menos pudesse essa gestão inovadora inovar implantando a renda básica de cidadania para mulheres em situação de violência doméstica vai dar um grande exemplo para este país que é o quarto do mundo em violência contra a mulher.

Então um pouco de sensibilidade, um pouco de olhar para as mulheres, porque nós, mulheres, geramos a vida de todos vocês, homens, ninguém nasceu sem o ventre de uma mulher. Essa mulher põe os filhos no mundo, apanha depois desses filhos, apanha do marido e, na hora de pedir acolhimento, não tem nada, gente.

Alguém tem que lutar. Eu luto, sim. Eu já apanhei também, eu sei o que é apanha

de marido, eu sei o que é violência doméstica; eu sou da elite e a elite também apanha. Quando precisei buscar assistência, que meu marido congelou meus bens, congelou minha conta corrente, congelou tudo, se eu tivesse renda básica cidadania eu não teria ficado tão vulnerável como eu fiquei.

Só um pouquinho que eu peço: sensibilidade, por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Solange.

Ricardo Lima, depois nós vamos ouvir os vereadores inscritos.

O SR. RICARDO LIMA – Bom dia. Meu nome é Ricardo Lima, estou conselheiro municipal de assistência social.

O que nós vemos aqui desde a primeira apresentação do orçamento... Na audiência geral do orçamento, nós protocolamos a Resolução 1.247 e 1.127 do Comas, para que a relatoria e a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento prestasse atenção que o que é apresentado pela SMADS, Secretaria de Finanças, no que se refere à assistência social primeiramente é um orçamento que desrespeita as deliberações de um órgão deliberativo que é o Conselho Municipal de Assistência Social. Os valores que estão inseridos na Resolução 1.127, que seriam os parâmetros mínimos para construção da peça orçamentária, não foram acatados pela gestão Doria e Sabará e Secretaria da Fazenda.

Esses valores, só dessa resolução, geram um déficit de 14i milhões no orçamento da Assistência Social. Nós vemos uma diminuição no orçamento da proteção social básica, que é a proteção social que vai agir para proteger a sociedade dos descaminhos que os jovens das periferias sofrem. Mas, como é uma gestão que desconhece o papel da Assistência Social, deixa de lado a proteção básica.

Se a gente analisasse tal situação, a gente compararia com a situação que aconteceu na Cantareira. A Saúde está, na região norte de São Paulo, vacinando contra febre amarela, para que as pessoas não sofram com a febre amarela. Se a gestão de SMADS, se a gestão Doria e Sabará tivesse a percepção de que a proteção social básica é uma atenção

social para proteger a sociedade dos descaminhos que ela tem, ela investiria no crescimento da proteção básica e não no reordenamento de serviço, diminuição de serviços, e, sim, ela ampliaria em locais onde não tem, nos extremos da Cidade.

Mas a gente vê que a denúncia é limpar o grande Centro, é tirar a população em situação de rua do Centro e levar para algum lugar e deixar ela escondidinha. Essa é a proposta da gestão. Quando a gente vê a apresentação pífia do Secretário, a gente fica sem saber se a gente está discutindo o orçamento ou se a gente está discutindo uma propaganda de SMADS. Eu não entendi. Eu vim aqui para discutir o orçamento e não discutir propaganda de SMADS. Então eu acho importante, muito mais do que fazer propaganda para rede social, é construir uma política que caiba para a Cidade, que a Cidade merece; é construir uma política para a cidade de São Paulo que a cidade de São Paulo merece.

Nós estamos em momento de crise e, em momentos de crise, o número de pessoas que buscam a Assistência Social é muito grande, então diminuir o orçamento da Assistência Social representa, por parte dos secretários e do Prefeito, um grande desrespeito, uma situação de desumanidade.

E a gente fica muito feliz porque o Secretário nos olha e nos admira com olhar de riso, como se a gente contasse piada. (Palmas) Mas é assim, me lembra basicamente a fala de *Alice no País das Maravilhas*, quando o Gato de Botas pergunta para onde ela vai e ela responde: “Não sei”, e o Gato diz: “Para quem não sabe aonde vai, qualquer lugar serve”. Na Assistência Social qualquer lugar não serve. Nós temos que proteger a sociedade, temos que proteger as periferias, temos que investir sobretudo na proteção social especial e na proteção social básica.

Acima de tudo, uma gestão que respeite a deliberação do Conselho que é instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social, uma lei federal, leis municipais e decretos municipais. O orçamento que foi aprovado no conselho não foi trabalhado, não foi acatado por SMADS. Então, se os vereadores têm compromisso com a sociedade que votou neles, vão recompor o

orçamento da Assistência Social, porque daqui a três anos vão às periferias pedir votos. Então é a hora que nós vamos ver se esta Casa tem compromisso também com a Cidade, já que a gestão Doria não apresenta esse compromisso e esse respeito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Vereador Toninho Vespoli.

Quero anunciar a presença do Vereador David Soares; Vereador Fábio Riva vai se inscrever para falar; Vereador Zé Turin.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde. Na pessoa do Vereador Tatto, quero cumprimentar todos que estão na Mesa.

Queria comentar o burburinho que teve um pouco antes sobre a questão da dívida ativa, da CPI. Acho que a sociedade entende que os vereadores que estão na CPI – eu não estou – estão fazendo grande esforço para tentar retomar um dinheiro que é nosso. Mas acho que o burburinho que deu não foi por causa disso, mas porque é muito engraçado: muitas empresas que estão com os cofres abarrotados de dinheiro, igual aos bancos, ficarem devendo dinheiro para a Prefeitura, ficar esperando para entrar numa PPI. Acho que por isso foi o burburinho, então eu quero que os vereadores que estão na CPI não se sintam desprestigiados.

O que não dá para aceitar é isso, inclusive grande parte dessas empresas agora querendo dar de boazinhas e fazendo *marketing* dizendo que estão doando dinheiro para a Prefeitura. Se elas fizessem a sua parte como qualquer cidadão faz, pagando seus impostos, já estariam fazendo um serviço relevante para a sociedade e para os paulistanos.

Uma coisa que eu acho relevante: a gente não pode comparar o orçamento do ano passado com este sem levar em conta a inflação, então nós fizemos uns cálculos aqui. Pegamos o empenho, o que já foi gasto pela Secretaria até setembro, pegamos a projeção da própria Secretaria nos últimos três meses, ainda quando nós fizemos o levantamento, aí deu um valor de R\$1.309.923.000; então maior do que o que está previsto para 2018; dá um

decréscimo de 0,8%, isso para manter os serviços que tem, não estou falando de abrir novos serviços.

No momento de crise social que estamos vivendo, em que as pessoas não têm condições de pagar plano de saúde e vão usar o SUS, onera mais a Saúde; e é neste momento, com 14 milhões de desempregados, que tem que ter um Estado muito mais forte para conseguir dar uma assistência às pessoas. Aí eu queria entender como que a gente vai manter os mesmos serviços diminuindo o valor da Assistência Social. É a primeira pergunta.

Outra pergunta. Aqui no pessoal a gente fez também atualizado, nós vamos gastar R\$89.656.000,00 diante 85 milhões, então vai ter uma variação de menos 5%. Eu queria entender, porque o dissídio dos funcionários foi de 2,8%, se não me engano, e vai ter que pagar inclusive retroativo de junho até dezembro. Como as entidades vão manter o serviço, se têm que pagar o aumento para os servidores e ainda teve uma diminuição no repasse para pessoal?

Em 2014, no governo anterior, teve um reajuste para os convênios de 8,5% e, para os funcionários, 9,5%. No ano seguinte, 2015, foi pior ainda. Aí o que o governo fez? Flexibilizou 25% do valor de repasse dos convênios, pegou a verba de humanização e utilizou para os reajustes do déficit, repassando 50% para verba para equilibrar a questão dos convênios. Esse ano já não teve verba para humanização, então eu quero entender como a SMADS vai conseguir resolver esse problema.

A impressão que me dá, como a maioria das entidades paga acima do piso da categoria, o que vocês podem ter como solução é fazer de tudo para que alguns convênios interrompam o atendimento e devolvam o convênio para vocês, porque aí vai poder pegar outras entidades novas que não têm conveniamento para poder pagar o piso salarial abaixando o salário do... Essa pode ser uma solução. Péssima solução, mas é uma solução que eu vejo, pelo quadro que vocês estão desenhando. Eu queria entender se é isso que vocês pretendem fazer.

De básico, da SMADS, acho que é isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Eduardo Suplicy. Vereador Suplicy, o Secretário Annenberg já avisou, chegou às 10h, solicitou sair ao meio-dia; nós evidentemente concordamos, ele está aqui até 13h20, mas porque houve três questionamentos. Permitiria dar cinco minutos para ele?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele vai deixar aqui o Secretário Adjunto para outras dúvidas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Primeiro era colega vereador; depois, é uma pessoa com a qual tenho tido sempre uma relação de muito respeito. Até quando estourei minhas multas e fui entregar minha carta ao diretor do Detran, ele estava lá, me recebeu, eu cumpri um mês de suspensão, agora estou precisando cumprir mais um de suspensão. (Risos) O Vereador e Secretário Annenberg tem um mérito muito especial, porque todos aqui conhecem o sistema de pronto atendimento, o Poupa Tempo, e ele foi o criador do Poupa Tempo que faz com que a vida de todos nós seja muito facilitada na hora em que perdemos a carteira de identidade ou a carteira de motorista; vai lá, em poucos minutos... E ele foi o criador, então eu cumprimento.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Obrigado, Vereador Suplicy. Aliás, foi meu professor na GV. Obrigado pelas palavras.

São três perguntas, eu vou responder muito rápido.

A primeira é sobre os telecentros. Acho que deve ter alguma informação equivocada. São oito milhões, já com suplementação, previstos para esse ano. E nós vamos gastar todos os recursos até o final do ano, fique tranquilo. A prestação de contas é trimestral e, portanto, deve ter agora alguma informação que vai chegar. E vamos gastar esses oito milhões, não tenha dúvida disso.

Em relação à criação da Secretaria: na verdade foi uma transformação da

Secretaria de Serviços que já existia, não houve criação de cargos, não houve criação de novas despesas. Isso pode ser feito por decreto. A gente herdou a estrutura administrativa da Secretaria anterior.

O terceiro item é sobre o *wi-fi* livre, que aliás é muito importante a gente esclarecer. Nós recebemos um sistema já montado da administração passada, em que houve uma licitação. A Prefeitura gasta em torno de dez milhões por ano para manter o *wi-fi* livre em 120 praças. Nós fizemos uma consulta pública recentemente para ouvir a sociedade civil, e justamente estamos na análise de soltar uma nova licitação com o objetivo de não gastar recursos públicos, fazer parcerias com a iniciativa privada e levar o *wi-fi* público para mais de 500 lugares. A ideia é ampliar o acesso, para que mais gente possa ter acesso ao *wi-fi* público, mas a um custo muito menor para o poder público.

E deixando muito claro a ideia de que há privacidade dos dados. Saíram algumas matérias por aí. Nunca imaginamos e nunca faremos, não vamos afrontar de forma nenhuma a privacidade dos dados. O grande objetivo é a gente seguir estritamente o que existe na legislação, mostrando que os dados são privativos, mas ao mesmo tempo levar cada vez mais *wi-fi* para toda a população.

Vereador Jair Tatto, obrigado pela possibilidade de esclarecimentos. De todo jeito, vamos ter pessoas que vão estar aqui trabalhando conosco ao longo da audiência. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário Annemberg.

Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Presidente Jair Tatto, senhoras e senhores secretários, vereadores, público presente, cumprimento-os todos por estarem aqui em grande número para conversar sobre o orçamento do Município.

Quero primeiro transmitir uma preocupação. Ainda hoje cedo, o próprio Secretário Filipe Sabará me ligou de volta, que eu estava preocupado uma vez que volta e meia, sejam os

membros da GCM, do IOP e às vezes com a Polícia Militar, estão desrespeitando a Portaria nº 1 Intersecretarial que manda que se respeitem bem os moradores em situação de rua, não lhes tomando os pertences, os bens, os materiais de trabalho, às vezes até a carroça.

Ainda hoje de manhã, outra vez, ali embaixo do Viaduto Jaceguai... Eu pedi ao Anderson Lopes Miranda - que conhece muito bem toda a história dos moradores em situação de rua, porque já foi Coordenador Nacional do Movimento de População de Rua -, ele esteve lá hoje de manhã e viu outra vez o que tinha acontecido anteontem, e também acho que no sábado pela manhã.

O Prefeito até estava na China, eu falei com o Milton Leite, que estava no exercício da Prefeitura: “O senhor sabe o que está ocorrendo aqui?”. Ele nem sabia. Na segunda-feira seguinte o Secretário Júlio Semeghini reuniu a Secretária Luísa Arruda, o Secretário Filipe Sabará e, diante das mães que, com crianças, tinham sido... “A senhora quer sair daqui” e tal, e os seus barracos foram levados pela motoescavadeira, com cachorros, Guarda Civil e tudo, desrespeitaram inteiramente aquela portaria, que eu havia elogiado e tantos outros, até o Padre Júlio Lancelotti disse: agora sim vai haver respeito aos moradores de rua. E hoje, de manhã, mais uma vez, houve desrespeito. E ontem, de manhã, acabo de ver um vídeo, um morador em situação de rua que, com a sua bengala, tinha um carrinho, de repente, levaram seu carrinho pra cima do caminhão. Ele até subiu no caminhão e, com a sua bengala, conseguiu subir. Eis que os policiais, os GCMs, começaram a retirá-lo de cima do caminhão, prenderam e o levaram para o distrito.

Então quero dizer que aquela portaria, infelizmente, não está sendo devidamente cumprida. Falei com o Secretário Julio Semeghini que me disse: eu não sabia disso, vou averiguar. Peço que seja feita a devida averiguação porque quando há episódio de se retirar de algum lugar morador em situação de rua, será importante que SMADS, que a Secretaria de Direitos Humanos e Direito do Trabalho possam encaminhar uma solução.

Gostaria até – com respeito à Secretaria de Assistência – que num momento de

agravamento da situação econômica, de desemprego, e conforme o próprio Secretário mencionou que havia 16 mil moradores de rua quando foi feito o censo FIPE, no primeiro semestre de 2015, e que possivelmente agora seja cerca de 20 mil devido ao desemprego e à recessão. E justamente numa época como essa, como é que se explica o corte de 9,2% no orçamento direto da Secretaria, eram 149 milhões e passou para 135 milhões? Em que medida o Fundo de Assistência Social efetivamente vai garantir a transferência de 10 milhões do Tesouro e o aumento de 10,9 milhões em transferências federais e sete milhões de alienação de bens? Que garantia tem de que o Governo Federal, de fato, vai fazer essa transferência?

No que diz respeito à Secretaria de Direitos Humanos, gostaria de perguntar ao Dr. Eduardo Alex Barbin: a Gestão Doria extinguiu as secretarias de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, transferindo tais funções para a Secretaria de Direitos Humanos. Como explicar que o orçamento dessas três áreas tenha caído de 110 milhões, em 2017, para 85 milhões em 2018? Será que não tem o mesmo grau de prioridade?

Com respeito ao Centro de Direitos Humanos e Economia Solidária, gostaria de perguntar a querida Vereadora e Secretária de Trabalho e Empreendedorismo, Aline Cardoso, porque estive presente quando o Prefeito Fernando Haddad, o Secretário de Economia Solidária, havia cerca de mil pessoas no Cambuci, quando foi fundado o Centro de Direitos Humanos e Economia Solidária. Eu próprio era o Secretário dos Direitos Humanos e vi tudo aquilo com muito otimismo. Até com o apoio de algumas instituições de economia solidária, começou-se a realizar alguns cursos de estímulo à formação de cooperativas, inclusive para possibilitar a retirada da população em situação de rua para funções de trabalho, de auto-sobrevivência. Por exemplo, na zona Norte de São Paulo foi formado uma cooperativa de artesanato que possibilitou a um grupo de ex-moradores em situação de rua estar sobrevivendo.

Isso se relaciona, e quero perguntar ao Sergio Luiz de Moraes, meu colega professor na Fundação Getúlio Vargas que, como estudante, fez uma tese sobre a instituição

de projeto de capital básico, algo que se relaciona ao conceito de renda básica.

Quero agradecer a Solange que falou aqui da renda básica pensando nas mulheres que possam ter sido vítimas de violência. Ela pensou em renda básica pra essas mulheres, mas eu queria, tenho conversado com o Secretário Filipe Sabará sobre o conceito da renda básica simplesmente para todas, todas as pessoas, não importando origem, sexo, idade, condição civil, socioeconômica.

Quero até ressaltar, o Prefeito Fernando Haddad encaminhou projeto para à Câmara Municipal de São Paulo no dia 30 de dezembro, último ato do seu governo, para que São Paulo possa, em etapas, instituir a renda básica de cidadania. Quem sabe possam até as mulheres vítimas de violência serem das primeiras beneficiárias. É uma boa sugestão que a senhora nos traz.

Mas eu pergunto ao Sergio Luiz de Moraes, que explicou como a Fundação Paulista de Educação e Cultura está realizando cursos de ensino profissional para um número significativo de pessoas, mencionou haver mais de 200 mil pessoas. Em que medida a Fundação colabora com a economia solidária? Quem sabe possa haver coordenação de esforços da Fundação Paulista com o Centro de Economia Solidária.

Querida Aline, fica aqui a sugestão porque eu não sabia que essa iniciativa - que se iniciou no Governo da Marta Suplicy, em 2004, e no Governo Fernando Haddad foi até aprimorado, aumentado – que agora tem você na presidência, quem sabe você possa pensar nos cursos de formação profissional também para a população em situação de rua, inclusive para formar cooperativas.

Finalmente, gostaria de perguntar ao Presidente da Prodam, Rogério Igreja.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele pediu para se retirar, mas o vice-presidente está, responderá.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – É que ouvi falar que o Prefeito João Doria queria, de alguma forma, privatizar a Prodam. Mas pelo que entendi da exposição do

Presidente, não é bem isso que vai ocorrer. Aliás, o Presidente da Prodam nos mostrou como a Prodam está se esmerando ao procurar ser uma empresa muito eficiente. E tendo uma gestão muito eficiente, não há propriamente o argumento: ah, precisa ser privatizada para... Então em que pé está a questão da privatização?

Finalmente, quero cumprimentar o Secretário Cid Torquato pelo empenho em assegurar a todas as pessoas que tenham deficiência que, efetivamente, tenham seus direitos assegurados e possam estar em São Paulo vivendo com muita dignidade.

Muito obrigado a todos.

Tem a palavra a Vereadora Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Cumprimento a Mesa em nome do Presidente Jair Tatto e a todas as entidades e população aqui presente. Vários temas nos chamam a atenção e vou elencar alguns deles porque boa parte também já foram contemplados pelos demais Vereadores e também para os oradores que vieram aqui. Primeiro é com relação a uma queda do orçamento destinado a política de mulheres, uma queda de cerca de 40%. Os senhores devem ter acompanhado recentemente que saíram os dados acerca do tema de violência contra as mulheres. São Paulo infelizmente é uma das cidades de todo o mundo com os maiores índices de violência contra as mulheres. Só está junto com mais uma cidade que é Nova Deli. Significa que a nossa cidade nos envergonha em absoluto porque o tema da desigualdade entre os gêneros se reflete de diversas formas e a violência contra as mulheres e principalmente o feminicídio como a sua expressão máxima é uma realidade cotidiana para todas nós. No entanto tivemos uma queda de 14% do orçamento e eu gostaria de saber se para atual gestão esse tema não deveria ser prioritário, se a gente não deveria dar um pouco mais de atenção para essa pasta. E também dando uma observada percebi que tem verba destinadas para o CRM, CCMs e finalmente para a Casa da Mulher Brasileira, que todas nós sabemos que está a mais de um ano paralisada, sem funcionamento. Pelo visto há uma previsão de que ela volte a funcionar, mas não há verba prevista para programas de

capacitação e de prevenção que também é papel da coordenadoria de mulheres, que era a Secretaria de Mulheres e que foi extinta e diminuída. São esses programas de capacitação e prevenção que fazem a gente evitar que aconteça a violência, o feminicídio e a agressão então porque não há verba prevista tendo em vista o agravamento do tema da violência contra as mulheres em São Paulo.

Outra dúvida é que dentro também dos direitos humanos teve uma redução de 75% de verba para a população em situação de rua. A minha dúvida é se isso vai ser feito através de outra Secretaria, no caso pela de assistência social, ou se essa verba está distribuída em outras pastas, ou se ela simplesmente foi reduzida mesmo. Também a respeito do fim da capacitação de professores para aplicabilidade das leis 10.639 e 11.645. A primeira diz respeito ao estudo de cultura e história africana nas escolas e de cultura indígena. Inclusive faz questionar o papel do legislativo porque são duas leis que foram votadas, sancionadas e precisa de verba para que sejam de fato executadas. É fundamental esse tema para o combate ao racismo, para o respeito às diferentes etnias e não tem prevista verba para que tenha capacitação dos professores. Eu gostaria de saber porque e se isso não poderia de algum modo ser revisto.

O Secretário de Assistência Social disse que vai ter a contratação para a Smads. A minha pergunta é qual o déficit real porque temos notícias que tem uma série de CRAS que só tem um assistente social sendo que o SUAS indica que tem de ter no mínimo quatro. Alguns têm só uma. Se essas 50 contratações vão ser o suficiente para cobrir o déficit e qual é o déficit real. Inclusive fixemos esse questionamento muitas vezes através de diversas comissões aqui da câmara e nunca tivemos essa resposta. Gostaria que o Secretário respondesse publicamente qual o déficit real e se essas 50 contratações vão ser suficientes.

O último diz respeito ao tema da segurança alimentar e nutricional. Todos sabem que nos últimos dias a Prefeitura do Município de São Paulo – me desculpe o termo – mas passou um papelão com tema da ração. Inclusive o Secretário Sabará nos fez um favor de

provar aquela razão e mostrar para todo mundo que aquilo é terrível, que aquilo não é alimento, não deve ser distribuído. Essa semana a Prefeitura do Município de São Paulo retrocedeu, disse que finalmente não vai aplicar para Pop rua e também nas escolas que seria um absurdo, que seria um absurdo. Mas enfim, existe uma dotação para isso que começou ser implementado em 2017, existe uma redução da pasta de segurança alimentar nutricional de 94%. Isso na prática significa que o plano que foi formulado por especialistas, nutricionistas, por pessoas que entendem de alimentação e segurança alimentar: Não, vai ser aplicado pela gestão Doria? Isso é uma pergunta também. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –Com a palavra o Sr. Alan Carvalho.

O SR. ALAN CARVALHO – Bom dia a todos. Autoridades da mesa, e demais autoridades presentes, cada um, cada um por exercido sua cidadania, autoridade igualmente constituída nessa audiência publica. Inicialmente quero ponderar a todos os presentes, Vereadores, Secretários, e demais membros da mesa, que é preciso que superemos a visão míope e conservadora de que a democracia participativa ela é concorrente com qualquer um dos poderes existentes,. Na verdade ela é principio constitucional, ela complementar, e essencial, ao equilíbrio desses poderes, os poderes da Republica e mais do isso, ela é eixo estruturante do sistema único da Assistência Social. Existe um desrespeito e uma afronta constante dessa gestão ao conselho municipal de assistência social. A começar detrás para frente pelo orçamento que ora tramita nessa Casa que tem vícios de origem, vícios de gêneros e conforme foi apontado aqui, porque existe regramento federal do marco legal do SUS que garante atribuição do conselho reconhecido inclusive pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo na sua cartilha, é passível de ser consultado, que cabe ao conselho municipal aprovação da proposta orçamentária a ser encaminhada a essa Casa, para que aí sim, essa Casa possa fazer aquilo que é também de sua atribuição precisa. Então, portanto, as resoluções do conselho que montam, elenca as diretrizes para composição de um orçamento de todos os orçamentos e também a resolução desse orçamento não foi acatada, foi ignorada

na proposta que a Secretaria apresentou a essa Casa e daí, portanto se constata o vício de gênese. As deliberações dos processos conferenciais temos 32 conferencias de Assistência Social, na Cidade de São Paulo, não estão contempladas em sua totalidade, nem no PPA e ne, na Lei Orçamentária que é apresentada nesta Casa. Já foi apontado aqui também, desequilíbrio entre as duas proteções básicas e especiais na composição da Peça Orçamentária que ora é apresentada com prejuízo para proteção básica lembrando que uma, a básica que faz a prevenção, falando de um modo bem sintético e a proteção especial, já aquela situação de vulnerabilidade já consolidada para restituição dos direitos e uma ameaça de retirar até 26 milhões da proteção básica para proteção especial. Projetos e serviços que são apresentados como baluarte dessa gestão e não foram submetidos, não foram analisados, não foram aprovados pelo conselho e o fundo municipal está sendo onerado sem autorização do referido conselho que é quem deve deliberar pelos seus recursos. Pedimos o respeito, a deliberação 1127, e deliberação 1249, todo apoio necessário, a todas as politicas públicas, todas as áreas tem de ter suas necessidades atendidas. A politica da Assistência Social, ela é inter setorial. Então sem saúde, sem habitação, sem moradia não temos condições de cumprir os pressupostos da politica de assistência social. e aí nossa saudação também aos conselhos tutelares aqui presentes, porque sem politicas publicas em todas as áreas não há condições de garantia do direito da Criança e Adolescente, ser garantido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a Sra. Regina Paixão.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Boa tarde a todos. Sugiro que as audiências temáticas precisam ser separadas. Não tem como. É um desgaste para todos. Não conseguimos mais raciocinar, e não vamos conseguir ouvir todas as respostas adequações, enfim. Na primeira audiência tem uma previsão de queda de 9.2 na pasta da assistência social. Isso não está claro, precisa aprofundar esse tema, não podemos deixar que isso aconteça. É precarizar ainda mais o que temos aí em vista na Cidade de São Paulo.

Reforçamos o que o Alan disse, para quem acabou ainda não entendendo muito.

Na resolução do COMAS tem uma proposta de investimento na proteção social básica. E lá tem ampliação do Plano Plurianual, de um percentual de 10% em 2018, 20% em 2019, 20% em 2020 e 20% em 2021 na proteção social básica. Porque estamos insistindo? Porque entendemos que investir na básica é reduzir danos. Precisamos de CCA, CJ, NCI. A gente precisa de todos os novos serviços também nos nossos bolsões de vulnerabilidade na Cidade de São Paulo. Além de manter o que já tem ainda precisamos abrir mais, nos conhecemos onde precisamos ai. Outro fator que está na resolução 1127 que são as verbas de humanização para todos os serviços: para reforma, para acessibilidade que foi colocado ai pela Secretaria. Precisamos disso. Trabalhar ou criando essa rede, a gente facilita o trabalho de vocês conselheiros tutelares que estão aqui conosco hoje nessa luta que a gente não dá vazão para a demanda dos senhores, fica uma loucura. Com essa verba de humanização também contempla todo o desenrolar dentro dos nossos serviços. GRAs, CREs, Centro POPs, não tenho o que dizer, precisa atender à população e precisa ser criado mais com RH suficiente, porque os nossos servidores estão adoecidos, com excesso de trabalho, com excesso de demanda que tem na base. Reajustes anuais para os convênios conforme NBC para valorizar os nossos trabalhadores na base com aumentos dignos, para que todos possam repassar. E um pedido para os Srs. Vereadores, tenham vontade política, sensibilidade para ampliar os valores das rubricas das políticas publicas todas, em geral, para Cidade de São Paulo.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Egídio.

O SR. EGÍDIO – Boa noite a todos. Parabéns aqueles que resistem aqui é de que fato estão preocupados com o Orçamento e da luta, porque nessa Cidade de São Paulo, só é possível lutar e brigar por políticas publicas por resistir ao enfrentamento de um desmonte das políticas públicas da Cidade de São Paulo. O tema, aqui prioritário não é o porquê foi colocado aqui hoje, são todos os outros demais que antecedeu a essa audiência. É Saúde, Educação, Habitação. O nosso recado aqui para os Srs. Vereadores, para essa comissão, é que temos de

colocar recurso público para política pública. Não é possível a gente estar aqui na Cidade de São Paulo que aumenta agora para 56, 5 bilhões do orçamento, e diminuindo o investimento na política pública básica preventiva. Reduzir em 9,2, ou seja, quase 10% essa mesma assistência é uma vergonha para a Cidade de São Paulo e em todo País. Reduzir assistência da cultura, esporte, lazer, sobretudo na periferia é uma vergonha para essa Cidade. Temos aqui os nossos amigos conselho tutelares, que a abordagem de rua noturna, não existe. Vai até às 21 horas e temos aqui na região da Av, Do Estado com Santos Dumont, no farol, pode ir lá conferir, vinte crianças no farol, à noite. É importante aumentar esse recurso. Temos a notícia que os serviços SPDV, está com a lista fechada na Cidade de São Paulo, regiões: São Mateus Itaquera, Aricanduva, Penha, São Miguel, Sé e e o SAS de Guaianazes, aliás, o SAS de Guaianazes está na linha dos SAS de Iguatemi, São Rafael que fechou esse ano, e tem 4 mil famílias sem atendimento. Portanto tem recurso previsto até dezembro, onde está o recurso? Cadê o dinheiro? O Fórum de São Mateus vem aqui para dizer, mais uma vez, nessa audiência, que conforme o Estatuto da Criança, Adolescente, é e deve ser prioridade absoluta. Nem um direito a menos. Chega da população pobre ser pisada, chega. A PEG 55, Educação e Saúde e São Paulo repete isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Natanael de Jesus.

O SR. NATANAEL DE JESUS – Boa tarde a todos. Sou do Fórum da Assistência Social e conselheiro do Conceias. A principio, é mais uma pergunta para o Sr. Felipe Sabará, da Assistência Social, porque as Smads não atendeu a portaria que aprovou ano passado a questão da verba adicional que tinha o prazo até maio desse ano para estar sendo pago. Se a portaria não for revogada na época, a Smads ainda continua devendo para a entidade assistencial essa verba de manutenção dos serviços. a segunda coisa a questão do orçamento do conselho municipal da Assistência Social. Eu participei da plenária que aconteceu na UNINOVE e a proposta orçamentaria que está na Câmara Municipal de São Paulo não é a proposta orçamentária apresentada pelo Conselho Municipal da Assistência Social. A proposta

não consta nem o anexo, que tinha de ter o anexo na proposta do conselho e não consta. Então a princípio tem a questão dos reajustes que não estão contemplados na proposta orçamentária que está em andamento aqui na Câmara Municipal de São Paulo. Outra coisa que estou vendo no debate aqui, o que acontece? O pessoal está debatendo a proposta orçamentária de 2018. Não é a proposta orçamentária de 2018, mas o PPA de 2018 a 2021. A partir do momento que se aprova a proposta orçamentária de 2018, estão aprovando os próximos quatro anos: a redução da Assistência, na Educação, na Saúde, e assim por diante. Então é a proposta orçamentária de 2018. Mas é o PPA de 2018 a 2021. Então tem de tomar muito cuidado com o que está sendo aprovado na Câmara Municipal.

A proposta não está adequada, a AMADS não seguiu do conselho e de apresentar tudo que está na resolução 1127, ter uma orientação do conselho, ter alguns serviços que não estão aprovados no conselho, se não for aprovado tem de ser retirado da proposta orçamentária e assim por diante. Uma sugestão para a Câmara Municipal de São Paulo, o Conselho Estadual, junto com a Secretaria Estadual de Assistência Social, estão criando o SUAS Estadual. E no SUAS Estadual, já está limitando, 5% para Assistência Social no nível estadual. Aqui na Câmara Municipal de São Paulo deveria ter a gestão do SUAS Municipal também, com 5% para Assistência Social. O SUAS resiste. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Wilson Contrin.

O SR. WILSON CONTRIN – Boa tarde a todos! Estou no Conselho Tutelar da Mooca. Presidente da mesa, gostaria apenas dar um recado importante da importância que tem os conselheiros estarem participando hoje aqui. claro que a motivação maior vai estar, quando estiver aqui o Secretário das Subprefeituras. Muitas das nossas questões como estrutura, infraestrutura, isso vai estar ligado, claro, com as subprefeituras. Mas muitos dos serviços que existem aqui, os Secretários estão presentes e seria interessante se eles pudessem ouvir os conselheiros tutelares. Porque eles estão em situações ali na ponta, juntamente, com serviços que executam as tarefas e envolve ali as situações mais extremas da

nossa cidade no tocante as questões sociais, e lembrando que nós área federal, muitos recursos estão sendo cortados das áreas sociais, e cabe aqui o Município começar a tomar pé dessa situação, e nós que estamos atuando na defesa dos direitos e garantias das crianças e adolescentes, cabe nós imbuirmos de toda essa realidade que está aqui presente para que possamos efetuar nossas funções, nossas atribuições. O Secretário de Smads, queremos lembrar que muitos dos serviços precisam ser aplicados de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente. Peço que façamos uma boa reflexão no Art. 87 do Estatuto. Há necessidade dos serviços, mas parece que quando a gente fala em serviços, as verbas nessas áreas sociais elas vão sempre diminuindo cada vez mais, e há necessidade de completar esse estatuto para que os conselhos também possam estar junto com os serviços aplicando essa medida que é importante. Então o ponto básico que gostaria de colocar aqui, também para direitos humanos, eu não vi uma rubrica sobre formação dos conselheiros tutelares. Existe essa rubrica na Secretaria de Direitos Humanos? A pergunta que faço. A formação é importantíssima, para que também conselheiros e demais agentes dos serviços área social estejam bem imbuídos para que possam fazer essa articulação em defesa da criança, adolescente, em defesa da garantia dos direitos de criança e adolescente, criança adolescente sendo respeitada em seus direitos, fatalmente vamos ter uma sociedade muito melhor amanhã. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a Sra. Maria Aparecida.

A SRA. MARIA APARECIDA – Boa tarde a todos. A minha pergunta vai para o nobre Vereador Ricardo Nunes, apesar de que não está aqui na mesa, mas é o relator. Sr. Secretário de Assistência Social, estou no momento no Conselho Municipal do Idoso, na executiva do conselho e venho pedir em nome do conselho também que seja revista a questão dos centros de acolhidas em todas as regiões. E que esses centros de acolhida para pessoas idosas tenham o atendimento reduzido. Não é possível um centro de acolhida e ter 210 idosos como a São João, com um RH reduzido que não dá conta. Então, temos de repensar a situação os centros de acolhida em todas as regiões.

Outra coisa é que necessitamos uma rubrica específica para o idoso em situação de rua. A nossa situação, todas as situações são delicadas, mas para nós, idosos, tem de ser aqui, agora. Precisamos de atendimento mais rápido, um acolhimento mais rápido.

Outra questão, Secretário, são as ILPIs. Hoje em dia não precisamos de uma simples ILPI, mas de Smads e Saúde trabalhando juntos, precisamos de ILPI grau 2 e 3, a pareceria da saúde com a assistência social juntas.

Gostaria que repensasse nessa possibilidade. Precisamos resolver urgentemente a questão do CAE. Srs. Vereadores, CAE Morada São João, 210 idosos em atendimento. Se riscar um fósforo aquilo vai pelos ares. Não é culpa dos profissionais, nem dos trabalhadores, um RH reduzido para dar conta de 210 idosos. Se o senhor, Secretário, quiser ir conosco, com o conselho no CAE, vamos sentar, conversar e resolver a situação do CAE da São João. E precisamos dividir lá dentro idosos que estão precisando de cuidados paliativos, que precisam de instituição de longa permanência e aqui na região não tem instituição de longa permanência e em outras regiões também não têm instituições que necessitam do cuidado do idoso em situação vulnerável. E aqui também, em todas as regiões, temos uma demanda significativa de idosos que vivem sozinhos, estão à mercê e precisam de uma atenção especial.

Agradeço por me ouvirem, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zé Turin)- Quero registrar a presença da Vereadora Rute Costa. A próxima oradora é a Sra. Maria do Socorro. Depois ouviremos a nossa colega Juliana Cardoso.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde, não vou falar nome por nome. Eu sou Maria do Socorro, todos me conhecem, sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, Itaquera, da Saúde, e moradora há 38 anos no conjunto habitacional Águia de Haia.

Espero que vocês ao menos tenham um olhar carinhoso porque talvez vocês não se achem idosos, mas quero a expansão do NCI, o ILPI, o centro dia e o PAI, porque não tem nada em Itaquera. Ninguém quer olhar e escutar Itaquera, porque foi curral eleitoral?

Agora, também com carinho peço que olhem para o Comusan e Cresan, que era um trabalho digno respeitoso e as organizações faziam parte como nosso sonho, eu, Maria do Socorro, nosso sonho, Itaquera. Uma coisa que quero respeito e dignidade porque cheguei na Câmara, não tem um assento para nós, ficamos no corredor rodando. Simplesmente me convidaram para entrar no gabinete. Eu não entro em gabinete algum, eu tenho as pessoas que respeito e considero como ser humano, não como sigla. Tem muitos que tiro o chapéu, mas outros que dou as costas.

Então, nós estamos em 48,6% de idosos. Meu filho chegou na Águia de Haia era jovem, hoje em dia ele é avô. Será que vocês não envelhecem, só nós da periferia? Olhem com carinho, é esse o meu recado. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Zé Turim) – Obrigado, pode ter certeza que levarei a solicitação ao Presidente da Casa. Nossa próxima oradora é a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde a todos. É muito difícil a Aline ter tantas pastas e ter de dividir entre os oradores que vêm para a audiência pública, nós que precisamos falar e não tem como responder num tempo curto. Eu já falei para o Jair e Ricardo que não dá, são pastas. Tem de compreender que são pastas que movimentam a Cidade. A pasta de assistência social com as políticas públicas pulsantes da Cidade, direitos humanos que é a política pulsante da Cidade, deficiente, e o trabalho. É muito difícil, vou pedir para vocês terem um pouco de paciência porque eu preciso pontuar umas coisas.

É ruim falarmos muito e vocês pouco. Três minutos para falar e nós com cinco, dez. infelizmente eu preciso.

A primeira coisa é que nessa relação do orçamento da Cidade estamos com redução em todas as pastas. E sempre digo, em toda audiência, que os Secretários estão vindo para falar sobre as suas pastas. O que foi apresentado aqui? Duas horas e meia de apresentação, de propaganda da gestão, mas não focaram muitas coisas que são do orçamento. Claro que eles estão aqui e precisam falar o que estão fazendo, mas isso podemos

fazer nas audiências públicas das suas pastas.

A principal atuação é da Secretaria de Finanças, porque hoje é de verdade o prefeito da Cidade, porque o nosso prefeito não está aqui. A gestão de finanças impõe para cada um dos Secretários, e diz: você se vira porque vai ter um corte de tantos por cento na sua pasta. Só que o recurso que entra para o caixa do município não tem o mesmo corte. Este ano, foi um debate muito grande, aqui e a própria Secretária Aline, quando estava aqui nesta Câmara, fazia esse debate junto com a Bancada do PT, mas, de fato, os números não mentem. Entrou um recurso maior que o ano passado e esse recurso não foi investido nas devidas pastas que precisavam. Isso é um fato, não é uma jogada de números, é fato. Então eu queria – não vou conseguir falar de todas as pastas – me organizar na primeira, que é da Assistência Social, com o Secretário Felipe Sabará.

A primeira coisa é constatar que a gente teve neste ano os cortes realizados pelo Prefeito nessa gestão, a Secretaria liquidou até setembro, quer dizer, 77,5 milhões, que corresponde a 51,8 do valor do orçamento. Pois bem, nós estamos em setembro, temos dois meses para terminar ainda essa gestão, claro que isso é também RH, mas a gente ainda tem para poder falar dos valores significativos, os valores destinados a investimentos, infelizmente, não saíram do papel e as despesas de custeio estão em 48,2 orçado. Portanto, uma diferença de 31 milhões. E as despesas pessoais de encargos sociais correspondem a 54,6% do orçamento. Quer dizer, uma diferença de 40 milhões. Então esse orçamento de 40 milhões ainda está nessa pasta, 40 milhões, e foi pensado no orçamento e vocês que são da assistência tendo um sofrimento e só conseguiram descongelar o recurso que estava nessa pasta porque foi uma das pastas mais mobilizadoras, que fizeram o enfrentamento com esse Governo, porque, se não, nem isso. Portanto, é uma situação complicada. Isso é desse ano.

Agora vamos falar do orçamento que está previsto aqui. Nós temos uma redução de 9,2 dos valores orçados em 2007 e que dá uma redução de 3,6 milhões de reais do Tesouro Municipal. Assistência, escute, porque aqui nós temos no Tesouro Municipal uma redução de

3,6 milhões de reais. Se com todo recurso que tem isso já é uma redução, o que isso vai significar para vocês na ponta. Quando a gente tem um corte de 4,5 milhões de despesa pessoal e de 9,9 milhões com despesa de custeio, que dá esse montante de 9,2, o aumento de investimentos exclusivos em aquisição de materiais e equipamentos de serviços de informação e comunicação. Quer dizer, a gente investe em outros atores, mas não naquele na ponta que a gente precisa.

Aí eu queria falar do fundo, porque o fundo é um do orçamento principal da área da assistência social. Claro, teve um aumento que fala de 0,6 nos recursos orçados. Escutem bem, ele esconde um corte de dez milhões dos recursos do Tesouro Municipal, então ele tem um aumento aqui, mas, de fato, você tem dez milhões do Tesouro Municipal. Aí eu vou ficar esperando recurso do Governo Federal? Que está embutido aqui, por isso que tem esse crescimento, sendo que a gente sabe que o Governo Temer foram 20 anos de corte nas principais pastas que também cabe à Assistência Social? Então esses valores federais... E tem uma outra parte que eles falam de alienação de bens ativos, quer dizer, toda essa venda que está sendo feita aqui, de baciada, na Câmara Municipal para a iniciativa privada é um recurso que eles já estão contando. Porém, nem na Câmara Municipal eles conseguiram trazer dados técnicos de quanto que vai voltar para os cofres públicos municipais. Então como vamos falar de orçamento e tirar do recurso do Tesouro, do que já tem?

Bom, aqui eu vou dizer para vocês onde estão os cortes. Por que será que ali está falando que vai ter só 50 agentes de assistência social, IAPT, para poder vir para trabalhar em campo. Porque está aqui, o corte de traz, por exemplo, é 5,6 milhões, os espaços de conveniência para criança e adolescente é de 4,6 milhões, o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes é de 2,3 milhões de corte. Porque a gente tem que detalhar o orçamento. Infelizmente não foi detalhado aqui o orçamento. (Palmas)

Agora tem, isso que são de transferências federais. Agora, Dona Socorro, cadê ela, o pessoal do Grande Conselho do Idoso está aqui? O.k. Eles falam que vão tem um aumento

na questão da terceira idade e do idoso. Mas de onde vem esse orçamento? De transferência do Governo Federal. Então aqui é o que tem os dados. Então a gente tem uma relação desse fundo, Fundo de Assistência, que é o principal, os aumentos estão sendo para ampliação de grandes equipamentos. Então eu saio da relação do atendimento da assistência, que é o principal ator, que é lá na ponta, que faz atuação lá na ponta, onde o Estado não chega, e eu faço a transferência de grandes valores para grandes equipamentos e amontoar um monte de gente sem ter nenhum tipo de humanização nesse atendimento.

Portanto, Secretário e Secretaria de Finanças, essa política que vocês estão querendo colocar para nós, querendo impor para nós, é uma política de desmonte social da política pública de São Paulo. (Palmas)

Por fim, falar da Secretaria de Direitos Humanos. A Secretária eu não conheço. Infelizmente, só tive um debate caloroso com ela no telefone. A Secretaria de Direitos Humanos...

Só um minuto, porque esqueci uma coisa bastante importante na questão da assistência ainda. Por que é que a gente não consegue compreender o papel do COMAS? Por que é que esse Governo não consegue compreender e respeitar um conselho que foi eleito pelo povo? (Palmas) Um conselho que foi pensado Federal,...

O Presidente disse que meu tempo está concluído, mas eu disse que precisava de um tempo para falar. Desculpe.

O detalhe do orçamento, é o que não foi falado aqui, nós estamos discutindo o orçamento, estou falando de detalhes, porque é nos detalhes que está o pulo do gato, porque falar em grandes números é fácil, eu quero saber detalhar cada um dos programas e principalmente os cortes que vão ter.

Então, por que é que a gente não consegue compreender a resolução do COMAS? Ele é um conselho eleito pelo povo, é um conselho que ele não é só para você falar para inglês ver, ele é deliberativo, ele faz a discussão do orçamento, inclusive compõe na sua legislação

para poder ter um orçamento definitivo. Então, já que vocês não estão pensando que é só uma atuação política, então respeitem pelo menos a lei, a lei federal, a lei municipal, que aqui os cabe fazer.

Direitos Humanos, eu tenho falado o seguinte: que a gente aumentou, tem uma queda de 24%, não é isso, que vocês colocam um aumento, mas é uma queda de 24% do orçamento. O senhor apresentou, na hora que foi apresentado, que eu estava vendo, um aumento, mas isso não está embutido, por exemplo, as secretarias que foram destituídas. Por que é que vocês não estão conseguindo fazer o investimento na política para as mulheres? É gravíssimo. No momento que nós estamos vivendo na sociedade brasileira, isso é pauta para tudo. Você tem uma redução significativa nessa pauta, de 20%, é para poder fechar os serviços que pouco tem, e que foi muito difícil a comunidade, as mulheres, ter esse tipo de serviço. Aliás, é uma ponta, infelizmente, de urgência, porque não faz exatamente a prevenção disso; mais 20% é muito significativo. Então é uma pasta que, por mais que essa gestão não tenha uma efetivação de entender o que significa a pasta de direitos humanos, mas é uma pasta principal hoje da cidade de São Paulo, porque ela dialoga com os movimentos mais pulsantes e que fazem a discussão de política pública. E reforço com a questão de finanças, que não se pode fazer esse desastre de fechar um orçamento desse tamanho. Não tem condição. Agora, Aline, eu não sei como você vai fazer da sua vida, porque a sua redução de orçamento é um desastre. E é uma política também que faz isso que você estava falando aqui: de fato, busca atuações específicas para poder ter uma relação com o empreendedorismo e com o trabalho. Agora, falar também da sua secretaria, de ter uma redução bem específica na questão da segurança alimentar, seria interessante, porque aqui ela fala que é uma redução bastante significativa – 29%. Então é uma política que está em pauta. Vamos combinar que o Doria fez um papelão de verdade em falar dessa farinada. E aí você tem uma redução de 29%. É muito.

Bom, enfim, a gente precisa pedir, de fato, Jair e Ricardo Nunes, que não está aqui,

uma só audiência só para a assistência social. (Palmas) Eu sei que a gente está muito curtinho nas coisas, mas como vocês vão repicar uma da cultura, eu contrato que vale a pena a gente pensar, porque ainda tem 20 e tantos inscritos, e esses 20 e tantos inscritos são pessoas que vão falar da área da assistência bem detalhadamente.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Juliana. Deixa eu só organizar.

O Fábio fez um questionamento, e o pessoal da Cosam (?) coloca que é um verdadeiro desmonte com relação a esse programa. Então queria só incrementar aqui: parecia que tinha uma verba de 11 milhões e meio em 2017, e foi reduzida a 651 mil e 370 no PL apresentado pelo Governo. Então eles pediram que eu reforçasse esta pergunta, sobre o que está acontecendo com esse programa. Parece que também é um conselho eleito, e foi feita uma prorrogação até agosto, considerando que não vai haver mais.

(NÃO IDENTIFICADO) – Está na lei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está na lei, mas aí é um desmonte. É essa a dúvida.

Eu queria, de maneira especial, que respondessem a esse coletivo.

Eu vou fazer um esforço para terminar às 15h, e considerar, no final, a possibilidade de fazermos uma só de assistência. (Palmas) Mas o Relator tem que estar aqui comigo porque é ele que vai ter todo o trabalho de compilação de tudo que vem aqui.

O www.camara.sp.gov/orcamento2018. São só 7 itens: nome, entidade que representa e reivindicação. Isso é para valer, gente; tudo isso será organizado. Por exemplo, cultura. Tenho certeza que as duas audiências... que nós vamos fazer mais uma de cultura. O Zé Turim, que é o sub-relator... ele vai ficar exposto ali. São sete campos ali. Eu devia ter colocado desde o início. Então, ali, é para valer o que vocês vão colocar. Por exemplo, cultura deve mandar um monte de coisa, você vai ter um trabalho enorme aí. Então, para os que não conseguiram se manifestar aqui, é para valer essa reivindicação online.

Tem a palavra a Secretária Aline.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Antes de a Vereadora Aline falar, deixa eu só corrigir uma questão sobre a política de segurança alimentar.

O valor reduzido é de 29 milhões, e o corte seria de -83.

A SRA. ALINE CARDOSO – Agradeço a todas as pessoas que citaram a nossa pasta. Às vezes, acho que é importante mesmo termos esses questionamentos para termos a oportunidade de esclarecer as dúvidas das pessoas.

Como as senhoras e os senhores devem saber, nós assumimos essa Secretaria há cerca de três meses; havia outra pessoa à frente da Secretaria. Portanto, eu posso responder sobre todas as decisões que eu tomei, alinhadas com o plano de metas, alinhadas com as visões da gestão, mas também alinhadas com a minha experiência, o meu conhecimento e a minha visão, porque, quando um prefeito convida alguém para assumir uma pasta, ele assume que essa pessoa tem conhecimento e capacidade de tomar decisões. Portanto, eu vou falar sobre as decisões que eu tomei.

No que tange à segurança alimentar, uma primeira colocação que eu gostaria de fazer é que nós reunimos recentemente a Caisan – Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional. É uma instância que une sete secretarias, porque o tema da segurança alimentar é um tema horizontal. Quando você fala de segurança alimentar, embora a nossa secretaria tenha essa responsabilidade no decreto, no plano de metas e tal, é um tema horizontal. Isso significa que o tema da segurança alimentar é tratado pela educação, é tratado pelos Direitos Humanos, é tratado pela Assistência, é tratado pelo Verde e Meio Ambiente e assim sucessivamente. Então cada secretaria tem atribuições nesse tema; nós temos a coordenação.

De fato, reunimos a Caisan para conversar sobre essa integração e já temos alguns resultados positivos dessa integração, tanto no sentido de otimizar esforços para gerar mais resultado quanto no sentido de maximizar ações. Aquela tese, né: às vezes, um mais um é

mais que dois; quando a gente se une, a gente consegue dar mais força. Esse é o caso, por exemplo, do tema das hortas, que eu já falei aqui; do tema da agricultura em Parelheiros, com o apoio da SMU, por exemplo, com o Programa Ligue os Pontos, com o Verde e o Meio Ambiente, etc.

Primeiro, dizer que posso dizer que, da minha parte, desde que nós chegamos, nós temos dado uma atenção muito especial à segurança alimentar, inclusive com o tema de orgânicos, de agricultura familiar, que eu sei que é um tema que você gosta bastante. Então temos dado mais ênfase, pelo menos nesses últimos meses, a esse tema de uma maneira mais estruturada. Com isso, eu posso dizer também alguns resultados que nós temos.

Estamos agora iniciando uma grande reforma do Banco de Alimentos. Infelizmente, nos últimos anos, o Banco de Alimentos ficou um pouco sucateado. Faltou investimento, faltou organização dos serviços, faltou uma melhor relação com as entidades, faltou a captação de alimentos – no ano passado foi muito baixa, no começo desse ano também. Então o Banco de Alimentos, por exemplo, é um equipamento que, nos últimos anos, estava bastante sucateado. A gente tem retomado, reorganizado, e agora vamos fazer um investimento de 500 mil reais na reforça do Banco de Alimentos. É bastante significativo para contribuir com a segurança alimentar da Cidade.

Já falei aqui por exemplo sobre a política de redução de desperdício de alimentos. Estamos fazendo uma grande ação nos mercados, e vamos trazer mais alimentos frescos para a população.

Na agricultura familiar em Parelheiros, a gente conseguiu um grande feito: aumentamos 30% do atendimento aos agricultores nesse ano. Por que eu estou dizendo isso: porque, às vezes, a importância da política pública, a maneira como a política pública é feita, a prioridade que a gente dá, às vezes é mais importante, em determinados segmentos, do que o orçamento. Nesse caso, por exemplo, a gente demorou o atendimento em 30% sem ter aumentado o orçamento em 30%. Então, se a gente quer discutir política pública e resultado

para a sociedade, a gente precisa olhar para isso também.

A Patrulha, por exemplo, que são os equipamentos: no ano passado eram atendidas 70 famílias de agricultores. Nós, esse ano, atendemos 100. É um aumento de quase 50% sem ter aumentado o orçamento em 50%. Os Cresans que foram citados aqui já capacitaram duas mil pessoas. Podemos aumentar? Podemos. Vamos aumentar? Vamos. Isso é uma prioridade minha. Eu estou fazendo trocas, inclusive, na equipe, porque tínhamos pessoas ali que não estavam produzindo, infelizmente. Vamos, portanto, aumentar. E tenho aqui algumas outras questões em relação à segurança alimentar.

Quanto a essa questão do orçamento de segurança alimentar, a gente precisa tomar cuidado. O que foi cortado no orçamento de segurança alimentar? Não foi o custeio desses programas. Eu acabei de falar: os programas estão gerando mais resultado do que geravam na gestão passada. Então quando há uma crítica de “ah, um corte de 90%”, vamos olhar para os programas. Os programas foram cortados dessa forma? Não, não foram. Esse recurso, a maioria desse recurso que foi cortado, porque infelizmente houve cortes em toda a Secretaria, porque não tinha dinheiro no caixa, era equivalente a investimentos em novos mercados ou a manutenção dos mercados, eram investimentos em obras físicas. Essas, realmente, não foram realizadas; e não há condições de serem realizadas nesse momento. Então o importante que eu vejo aqui é a gente ter certeza que as famílias de agricultores, por exemplo – estou vendo um pessoal nosso de Parelheiros – continuem tendo o amparo, que vai continuar e vai ser ampliada. Nós temos essa preocupação social também na nossa política de trabalho. Então, em relação à manutenção dos equipamentos, algumas coisas têm sido feitas, nem todas, porque há uma escassez de recursos para a manutenção dos mercados, e vamos buscar outras saídas para esse caso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO – Não, não está fechando, isso não é verdade. Isso não é verdade, assim como não é verdade que nós vamos desmontar o Comusan. Não é verdade.

Eu sou a Secretária...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALINE CARDOSO – Pode me ouvir? Posso falar?

O que está havendo é uma troca da equipe. A pessoa que saiu, eu pedi para ela continuar, mas infelizmente houve uma troca de cargo e ela não quis continuar. A Casa da Agricultura não está sendo fechada. Eu voltei de Brasília onde, aonde eu fui buscar mais recurso para melhorar a Casa da Agricultura. Então por isso que eu digo: que bom que vocês estão fazendo a pergunta, porque eu posso esclarecer, porque boato destrói muita coisa e muita gente de maneira injusta. A Casa de Agricultura de Parelheiros não será fechada, houve somente uma troca na equipe, e a nova equipe já está assumindo. Nós estamos buscando mais recursos..

Sobre o Comusan. O Comusan não vai ser extinto, não vai ser fechado. O que há no Comusan hoje, porque o procurador, baseado na lei, anunciou isso, é o seguinte: como realmente venceu a eleição, foi prorrogada e não foi feita uma nova eleição, a direção, a diretoria, a maneira que o Comusan está montando hoje legalmente não é válida. Não é a Secretaria, eu não tenho nada contra ninguém que está lá, pelo contrário, eu dialogo com todo mundo. Agora, é necessário legalmente ser feita uma nova eleição, ser constituído um novo conselho e estamos tratando com cuidado para que isso seja feito breve para que continue o Comusan a funcionar. Estou esclarecendo essas duas informações equivocadas, finalizando, portanto, com a questão da segurança alimentar.

Falando rapidamente sobre outros temas. Economia Solidária. O nosso Senador falou sobre o Centro do Cambuci. Economia Solidária, Senador, é uma prioridade para nós, o senhor já me conhece e sabe o quanto eu me preocupo. Nós temos também, por exemplo, MEIs, artesãos que vendem em feiras, a capacitação, quer dizer, não é nem só o Centro do Cambuci que é a política de economia solidária. Tem muitas outras coisas sendo feitas. No Centro do Cambuci havia um convênio com uma entidade e percebemos, quando chegamos,

que a eficiência do resultado gerado nesse convênio não estava sendo boa. Eu não mandei cortar o convênio, eu mandei melhorar os resultados. Então, nós vamos agora até o final de dezembro, se tudo correr bem, ter resultados melhores. Portanto, é um tema que estamos olhando com bastante atenção.

Queria deixar registrado também, porque eu acho importante até para os movimentos sociais que trabalham com geração de renda, que estamos trabalhando com muita ênfase numa política de apoio ao artesanato e a realização de feiras de artesanato e a oportunidade para esses cidadãos que geram renda através do seu talento, possam ter mais espaço para comercialização na cidade. Já conversei sobre isso com o Prefeito e com o Secretário de prefeituras regionais.

Hoje é um tema complexo, porque envolve a questão das TPUs, mas estamos olhando para esse tema com atenção. Eu puxei esse assunto para mim, porque eu acho que é uma responsabilidade nossa na Secretaria. Esse tema não pode ser gerido somente sob a ótica da TPU e do uso do espaço público. Ele também tem um coeficiente social e a geração de renda. Precisa ter a TPU, precisa ter uma regulamentação do uso do espaço público? Precisa, porque senão vira o samba do crioulo doido. Tem de ter uma regulamentação? Tem, só que essa regulamentação tem de ser pensada sob uma ótica social para que as pessoas tenham a oportunidade de gerar renda e vender os seus produtos.

Sobre a população de rua. Nós temos na Secretaria a responsabilidade compartilhada com o Secretário Sabará do trabalho novo. Temos uma divisão... Vocês querem fazer alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, pode prosseguir.

A SRA. ALINE CARDOSO – Está bem. Então, eu queria dizer que há uma divisão de responsabilidade e a nossa parte na Secretaria é captar novas vagas e também trabalhar com a capacitação dessas pessoas em situação de rua. De fato, alguém aqui comentou que precisaria de mais capacitação. Hoje a ênfase principal é dada à capacitação socioemocional,

que é muito importante e é o segredo do sucesso para que essas pessoas fiquem estáveis no seu trabalho.

Porém, estamos estudando a possibilidade de também trazer a capacitação técnica para essas pessoas. Que ele receba um curso de elétrica, hidráulica, algo assim. Então, além da capacitação socioemocional, ampliar a capacitação dessa pessoa em situação de rua para que tenha mais chance de se inserir economicamente.

E, para finalizar, há mais duas questões. Uma é que foi falado sobre idosos e oportunidades econômicas para idosos. Criamos nesse pouco tempo, também uma iniciativa, de inserção econômica para as pessoas mais vulneráveis, para o público mais vulnerável. O que a gente fez? A gente pegou uma análise de quem tinha mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Por exemplo: pessoas com deficiência e idosos, mulheres em determinadas condições e jovens. Criamos uma iniciativa chamada Pric - Programa de Inclusão Econômica - com foco nesses públicos e estamos gradualmente criando as políticas para esse público.

Começamos com a pessoa com deficiência. O próximo deverá ser idosos ou jovens, ainda não sei exatamente. Qual é a ideia? Que dentro dos programas que temos na Secretaria possamos privilegiar esses públicos para ajudá-los na sua inserção econômica, seja como empreendedor, MEI ou no mercado de trabalho. Então, teremos sim cursos de capacitação e apoio para o acesso à renda de idosos debaixo dessa bandeira do Pric.

E o último tema que eu queria esclarecer, para o Senador também, é o seguinte: a Fundação Paulistana, só houve um pequeno equívoco no número. Ele falou em 200 mil pessoas. Não são 200 mil pessoas, são duzentas mil hora/aula. Hoje a Fundação Paulistana atende com cursos na Makiguti 2.000 pessoas. São 2.000 pessoas fora os outros equipamentos da Makiguti.

Então, Senador, o que estamos fazendo com essas 2.000 pessoas? Estamos sim trazendo para eles a capacitação para o empreendedorismo e um apoio para a geração de

renda. Ele não recebe só o curso, recebe também o apoio para inserção no mercado de trabalho. Com isso, a gente começa a colocar em prática uma política que eu trouxe para a Secretaria de ter uma trilha de acompanhamento do cidadão, seja ele um empregado, seja ele um empreendedor. Eu não posso dar a ele só caixinhas, porque senão fica desestruturado para seguir a sua autonomia financeira.

Então, por exemplo, um cidadão que vai para um POT – Programa Operação Trabalho – e fica um ano recebendo aquele apoio, se não fizermos uma estrutura para que tenha uma musculatura, no dia em que acabar o POT ficará desesperado e não terá como gerar renda. O que eu quero nesses programas sócio ocupacionais? Eu vou auxiliá-lo durante um ano com a bolsa? Vou. Só que nesse um ano eu tenho de dar a ele condições de que no dia em que acabar a bolsa, ele possa caminhar sozinho para a sua autonomia financeira e ir para o mercado de trabalho como um cidadão normal. Então, o POT, assim como o trabalho novo, assim como a bolsa trabalho, assim como outras iniciativas que tenho na Secretaria, têm de ser um trampolim para que no momento seguinte esse cidadão - não importa de onde veio, se veio da rua, se veio de uma condição vulnerável, se veio da escola – possa ter autonomia e ir para o mercado de trabalho, tocar a sua vida com a dignidade que todos nós queremos ter, que se chama trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Aline. Tem a palavra o Sr. Eduardo Alex, chefe de gabinete da Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. EDUARDO ALEX – Boa tarde. quero ratificar o meu respeito a todos e pela perseverança e o auxílio na melhoria do serviço público e do nosso Município.

Tentando abordar todos os questionamentos que foram direcionados à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, desde já deixo eventuais outras dúvidas. Se quiserem que sejam melhores esclarecidas nos encaminhem, mas tentarei abordar o que foi questionado.

Inicialmente acho que a de maior clamor é a questão da mulher. É importante salientar que não houve uma redução nos serviços prestados. Houve sim uma redução em

termos numéricos de valor, até em virtude da concentração de duas Secretarias, porque exige uma estrutura grande de pessoal e de material e tudo mais de infraestrutura para uma coordenação. Mas, se for analisar valor analítico, a gente vê que para as mulheres o orçamento de 2017 ficou em 9 milhões e 400 e a proposta nossa é de 10 milhões e 300.

Para os Centros de Referência e Capacitação e Formação e atendimento da mulher, de três milhões quatrocentos e cinquenta e sete foi para oito milhões quatrocentos e noventa.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não sei, gente, vocês estão mostrando as coisas aqui, estou ouvindo atentamente e o que vocês estão dizendo efetivamente não consta no orçamento que está nesta Casa.

O SR. _____ - Vereadora, nós disponibilizamos o material que estamos utilizando.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pode disponibilizar, mas o que vale é o que vou votar.

O SR. _____ - Concordo, mas são os mesmos valores...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - Administrativo, questão administrativa de infraestrutura. Isso.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então explique no microfone, porque dentro da proposta orçamentária que está na Casa não está.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Não querida, o sistema que você tem aí é o mesmo que o nosso. Não temos mudanças de números. Então dentro da planilha do orçamento a questão da política pública...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom, eu sou Vereadora. A Vereadora Sâmia também está aqui e outras Vereadoras mulheres, com certeza, também vão dialogar sobre essa pauta que precisa ser enxergada, porque hoje, do que vocês estão falando não está.

A SRA._____ - Na estrutura em que o orçamento foi apresentado temos uma dotação específica para manutenção e operação de equipamentos públicos voltados para as mulheres, cujo valor é de oito milhões quatrocentos e noventa e dois quatrocentos e sete, e tem uma específica também para políticas, programas e ações para as mulheres, cujo valor total para 2018 é de dois milhões trezentos e trinta oito setecentos e oitenta e seis.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas o que estou dizendo é uma política para o todo. Esse valor que você falou detalhadamente é de um tipo de política. Então aí você tem administração de unidade, questão de comunicação, a política da mulher... Estou falando no montante total, não estou dizendo em uma política só.

Então no montante total que é a política para as mulheres é um valor reduzido de 20%. É isso.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Dá 14%. Desculpa gente, de verdade precisamos detalhar essas coisas aqui. Sei que todo mundo está numa angústia para falar e tem que falar, mas precisamos enxergar. E enxergando, aí vamos esclarecer o que ela me falou no ouvido, mesmo que não tendo a Secretaria que estava vinculada na gestão passada nós fomos para a Secretaria de Direitos Humanos, mesmo assim saímos do 20, mas temos uma redução de 14%. E aonde é essa redução?

O SR._____ - Então, acho que é uma questão estrutural, Vereadora...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estrutural, mas a Secretaria de Mulheres, além da questão do RH, há uma relação específica dos equipamentos públicos, que aqui não

conseguimos enxergar porque fica maior. Aí tem de ser mais detalhado.

Não consigo ainda ver esses 14% estão sendo aonde? É de RH, é de equipamento de serviços que são vinculados as casas que são de abrigo, o que está vinculado nisso, esses 14% são de onde?

O SR. _____ - Posso me comprometer a apurar melhor e te passar, trazer aqui.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. _____ - Isso foi falado, questão estrutural. Posso passar Vereadora, me comprometo a passar de forma mais detalhada,...

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Mas a lei ainda não foi votada. Então,...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, só para fazer uma intervenção rápida aqui, para deixar as pessoas mais tranquilas. A gente faz as audiências públicas para isso mesmo, para identificar qual é o problema, qual é o problema da sociedade, para tirar daqui e colocar ali. É para isso mesmo. Não podemos considerar a peça orçamentária como esta que chegou; senão, não precisaria de audiência pública. Temos a audiência para isso.

Tudo aqui está sendo anotado, discutido. As demandas serão colocadas pelos Vereadores e pela sociedade, e vamos fazer as alterações demandas pela sociedade dentro da capacidade orçamentária. Se fosse para acolher a peça e não mudar, não teria que se fazer a audiência pública, que é para isso mesmo. Então, é importante a contribuição que está sendo dada, e a gente vai fazer essas análises, depois sentando com a Secretaria, remanejando, ou com o nosso Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto, para poder fazer essas adequações. Então, é natural mesmo que tenha que ter adequação. Para isso é a audiência pública.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Agradeço o esclarecimento, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluiu, Eduardo?

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Não, acho que tem outros aspectos com relação...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pessoal, por favor.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Acho que as mulheres, talvez... A gente encaminha um maior detalhe.

Tem a questão dos conselheiros tutelares, que foi levantada, que em alguns aspectos nos é pertinente. Há uma previsão no Orçamento de formação aos conselheiros de 78 mil, 118 reais.

- Manifestações e risos no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Além disso, estão previstas formações periódicas voltadas aos trabalhadores que atuam em políticas públicas para crianças e adolescentes.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem ele colocar.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Há também a questão da Sipia, que é o registro de atendimento dos conselheiros tutelares.

- Manifestações no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Tem a previsão.

- Manifestações no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Eu preciso verificar.

O SR. RICARDO NUNES – Eduardo, se você não falar, você não vai terminar.

- Manifestações no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Eu passo para vocês

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já solicitei que o Secretário conclua.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eduardo... Vocês podem sentar, por favor, para a gente terminar? Por favor. Pode concluir, Eduardo.

- Manifestações no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Bom, com relação ao imigrante,...

- Manifestações no recinto.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Eu vou passar. Eu te passo isso. Eu pego a informação precisa e te passo.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Às 15 horas eu termino esta audiência pública. Vocês podem ter certeza disso. Às 15 horas eu encerro esta audiência pública.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu sei muito bem quanto eu começo e quando eu termino. Às 15 horas eu termino esta audiência pública.

- Manifestações de protestos no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então permitam que ele termine. Quem sabe ele esclarece.

- Manifestações no recinto.

O SR. RICARDO NUNES – Gente, a audiência pública vai acabar daqui a 15 minutos, e ele não vai poder responder. Por favor!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Serão prejudicadas. Você está com a fala, Eduardo. Eu já disse umas dez vezes aqui.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – O valor que eu tenho definido... Sistema de Registro de Atendimento aos Conselhos Tutelares, Sipia, 74 mil, 118 reais. Plano de Prefeito Amigo da Criança, 50 mil. Debates, seminários e fóruns sobre proteção integral aos

direitos das crianças e adolescentes, 60 mil reais. Isso, dentro da rubrica de infância e juventude, de 1 milhão, 166 mil reais.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, Eduardo.

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Ele quer com relação ao ano passado, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluiu?

O SR EDUARDO BARBIN BARBOSA – Sim, sim. Quem mais tem...?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu posso passar para o Filipe Sabará, ele vai...
Filipe. Assistência Social.

O SR. FILIPE SABARÁ – Bom, eu queria primeiro agradecer a todos os que permaneceram. Infelizmente, a maior parte das pessoas que fizeram perguntas foi embora.
Infelizmente.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Infelizmente, também, os membros do Comas... Tem poucos representantes. Agradeço, inclusive, aos que estão aqui. Tem uns que não são do Comas, mas sempre militam na área social. Eu queria começar falando sobre o Comas. Infelizmente, as minhas últimas visitas ao Comas, apenas um representante da sociedade civil esteve presente; isso está publicado no site da SMADS. No Facebook a gente sempre publica todas as nossas ações. Então, existe um desinteresse também em relação às nossas ações; infelizmente.

Nós apresentamos... A Gitane inclusive esteve lá apresentando este orçamento no Conselho Municipal de Assistência Social. Nós temos priorizado essa gestão colaborativa. E a demonstração de o Comas não estar aqui prova justamente esse desinteresse, principalmente da sociedade civil, de participar.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Eles não estão aqui...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eles não estão, Secretário, mas eu estou, como Vereadora, e estou querendo ouvir a relação que tem com o Comas.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, Juliana, posso falar? O.k.. Então, somente dois conselheiros do Conselho Municipal estão aqui, mas é só para registrar, porque foi falado que a gente não conversa com o Comas. Isso não é verdade. Eu tenho ido uma vez por mês ao Comas. Infelizmente, os conselheiros não comparecem, mas eu estou lá.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Está registrado. As atas estão registradas. Vocês sabem. Aliás, eu queria lembrar: o grupinho do barulho, que está sempre nas audiências, a gente já conhece bem. Inclusive a maior parte veio aqui, falou e foi embora. É o caso do Ricardo, por exemplo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Secretário, mas alguns Secretários também foram embora.

- Aplausos no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – É, mas eles responderam. Eles responderam. Os Secretários que foram embora responderam as perguntas...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Alguns foram embora sem responder. Eu estava esperando a resposta dele.

O SR. FILIPE SABARÁ – Sâmia, eu respeitei a hora que você falou. Eu queria que você respeitasse a minha fala, o.k.?

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Só fiz uma correção.

O SR. FILIPE SABARÁ – O.k., obrigado. Então, com relação ao Comas, é essa a situação. Nós aprovamos, sim, o Orçamento no Conselho Municipal.

Outra questão importante, que é conceitual, inclusive, é com relação à proteção básica versus proteção especial. Eu acho que vale um aprofundamento no estudo daqueles

que comentam e da nossa parte, também, revisar essa questão, porque não são todos os serviços da proteção básica, por exemplo, que são preventivos. Não são. A gente tem, na proteção básica, das crianças até os idosos, assim como, na proteção especial, das crianças até os idosos. Então, o que vale é uma avaliação territorial, uma avaliação de demanda. Por isso é que a gente trata por público, e não somente por proteção, até porque essa definição de proteção de proteção básica e especial merece estudo e atualização, um debate mais amplo...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Ele vale uma atualização...

O SR. RICARDO NUNES – Faça o favor. Daqui a pouco vai acabar a reunião, não vamos escutar o Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Por favor, ao pessoal que gosta de gritar, eu gostaria de pedir um pouquinho de respeito para que não haja gritaria, porque o respeito é o princípio básico do diálogo.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Realmente, ao pessoal da gritaria, eu gostaria de pedir para não gritar. Continuando. Sobre a proteção básica e especial, a gente está fazendo esse estudo. Ele merece um amplo debate, inclusive nacional. Inclusive o Secretário do Estado está fazendo isso junto, (ininteligível) as audiências públicas.

Consulto a população, a participação democrática, porque é justamente isso. A gente tem serviços para infância na proteção básica e serviços para infância também na especial, que são preventivos ou que não sejam; o que importa é que a população seja atendida com qualidade. Então, eu queria só começar comentando isso.

Sobre a questão do Orçamento, não existe diminuição. O que precisa acontecer, e a gente está à disposição aqui, inclusive eu trouxe a minha própria Adjunta. A gente ficou aqui o tempo todo justamente para esclarecer. Temos todo o interesse...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Pessoal, vamos respeitar.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Em respeito aos que estão em silêncio, ouvindo, para de gritar, por favor.

Então, eu trouxe aqui a minha Adjunta. Estou aqui presente. Ouvi todos falarem. Então, a gente está à disposição para abrir. Vereadora Sâmia, Juliana e outros Vereadores, Secretários, nós temos todo o interesse em esclarecer e detalhar como foi criado o Orçamento, em parceria com a Secretaria da Fazenda. Nós temos todo o interesse na transparência e na descrição de todos os dados e detalhamentos. Era isso o que a gente queria dizer e aqui respondendo algumas perguntas, que inclusive foram repetidas.

Com relação à população em situação de rua, realmente foram criadas muitas vagas, vocês sabem, mais de 2 mil vagas; foi comentado isso. A qualidade dessas vagas, a gente vem melhorando cada vez mais.

E foi falado sobre a habitação, moradia para a população em situação de rua. Eu estive em Brasília na própria segunda feira conversando com o Ministro Bruno Araújo, das Cidades, que trabalha com Habitação junto com Fernando Chucre, que é Secretário Municipal, justamente para falar sobre habitação, repúblicas e moradias para a população em situação em rua. Então, respondendo a pergunta do Robson e de outros que comentaram sobre isso, realmente existe uma demanda para habitação na população em situação de rua, e esse serviço está sendo vinculado ao Plano de Metas tanto da Secretaria de Assistência Social como da própria Habitação, e existe uma verba que vai ser liberada pelo Ministério das Cidades. Então, a gente está olhando para isso. Isso vai ser detalhado no próprio Plano de Metas da Secretaria de Habitação.

Com relação ao dissídio, a Secretária Adjunta da Fazenda vai falar melhor sobre isso, mas isso está sendo tocado pela Secretaria de Gestão, porque não é só a SMADS que está trabalhando esse tema do reajuste do dissídio. Então, a gente está trabalhando junto com

a Secretaria de Gestão e Fazenda para definir esse assunto para que não haja, inclusive, a disparidade entre as Secretarias. Hoje existe uma disparidade entre as Secretarias no que tange aos reajustes, e a ideia é que a gente padronize isso o mais rápido possível junto com as Secretarias mencionadas.

Outra questão mencionada é sobre as mulheres. A própria Vereadora Sâmia comentou sobre mulheres. Nós estamos incrementando, estamos aumentando os serviços para as mulheres para o ano que vem. Então, não existe diminuição para serviços de mulheres. Pelo contrário, existe um aumento. Vereadora Sâmia, estou respondendo a sua pergunta agora sobre mulheres. Não é verdade que tenha havido um corte no serviço de mulheres. Estamos aumentando os serviços para mulheres em 2018.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Era da pasta de Direitos Humanos.

O SR. FILIPE SABARÁ – É que alguns serviços da pasta de Direitos Humanos são operados por nós. Eles fomentam a política e nós operamos. Então, nós estamos aumentando a política para mulheres.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – É que tem uma parte que é específica da Direitos Humanos, alguns centros de referência, casas abrigo e CCMs. Por isso que eu perguntei.

O SR. FILIPE SABARÁ – O.k., obrigado. Também, essa foi a mesma questão com relação aos idosos. Nós também estamos aumentando e incrementando serviços para idosos tanto na proteção básica como na especial. Aí, entra de novo a discussão: “Ah, estão priorizando a especial ou a básica?”. Nós estamos priorizando os serviços que atendem as populações que demandam mais, e os idosos demandam bastante. A população está envelhecendo, por isso nós estamos dividindo os investimentos entre proteção especial e básica, já que as duas proteções atendem a população idosa. Então, vale, para o pessoal que está comentando, um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Sobre a questão, novamente, do reajuste, já foi falado.

A questão do SPVV, estamos aumentando também. Alguém comentou que está

havendo uma diminuição, o que não é verdade. Nós estamos aumentando, inclusive foi falado aqui...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem ele concluir.

O SR. FILIPE SABARÁ – A gente vai aumentar... Só para vocês terem os dados exatos, para o Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, são 160 novas vagas em 2018. São dois novos serviços, 160 novas vagas nesses serviços. Alguém comentou que estava sendo diminuído, não é verdade. Hoje são 1.720 vagas, e a gente vai aumentar 160.

Bem lembrando sobre a questão do concurso público. Nós temos aprovadas 300 pessoas no concurso público. O comentário das 50 pessoas que serão chamadas, para 2018 são 50 pessoas do concurso público, APPGGs, e 50 assistentes sociais. E até o final da gestão nós vamos cumprir com as outras; 207 pessoas vão ser chamadas. As 93 que já foram chamadas foram mencionadas e vamos concluir até o final da gestão. Essas 50 são 2018; depois, até o final da gestão, todas as pessoas que prestaram concurso serão chamadas. Só para acalmar as pessoas que perguntaram sobre a questão dos concursos. O dinheiro já está alocado, são 50 pessoas, e a gente vai fazer isso.

Então, essas são as perguntas principais que forem feitas.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Secretário, eu também perguntei a respeito de qual é o déficit do funcionalismo, a pasta... Porque vão ser chamadas 50, e até o final vão ser chamadas todas as 300, como o senhor colocou. Mas o senhor tem um levantamento de quanto está faltando? Porque eu tenho notícias de que alguns só tem 1 assistente social, por exemplo.

O SR. FILIPE SABARÁ – O que não é verdade também. Por exemplo, nos CRAS a gente tem um mínimo de RH, 2 assistentes sociais. É o mínimo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Mas em alguns só tem 1, que as pessoas estão em

afastamento, em licença...

O SR. FILIPE SABARÁ – Nos que houve afastamento, nós estamos substituindo. No caso, o Observatório está fazendo um estudo mais aprofundado, que deve concluir em meados de 2018. O Observatório está fazendo um estudo sobre as demandas de concursados. Isso deve ser inclusive comunicado a partir de 2018, quando haverá o novo concurso. No momento, nós estamos focando em chamar aqueles que já passaram no concurso, que têm todo o direito de serem nomeados.

Então, essas são as perguntas principais.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu tenho só uma pergunta, porque ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rapidamente, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – É que o Secretário disse que a questão da violência contra a criança vai ter um aumento?

O SR. FILIPE SABARÁ – Mais serviços vão ser abertos. Hoje a gente tem 1.720 vagas...

A SRA. JULIANA CARDOSO – A gente tem fechamento de serviços.

O SR. FILIPE SABARÁ – Não, não tem.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Tem.

- Falas simultâneas.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, na verdade, existe um equívoco da Vereadora Juliana quanto a fechamento de serviços. Não há fechamento de serviços.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Essa é uma informação que não é verdadeira. Não é verdadeira. O que há, Vereadora, é que algumas organizações, poucas, entregaram serviços por conta própria.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Por conta própria. A Secretaria não fechou nenhum

serviço e não vai fechar nenhum serviço. Inclusive, consideramos uma falta de respeito com o próprio usuário algumas organizações - inclusive vinculadas a algumas pessoas que estão gritando aqui – que entregaram o serviço irresponsavelmente, o.k.?

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – A Secretaria não aprova...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir.

O SR. FILIPE SABARÁ – ... o fechamento desses serviços. Não aprova. Em hipótese alguma, a Secretaria de Assistência Social – nem eu como Secretário nem a Secretária Adjunta -, nós não aprovamos fechamento este ano. Inclusive, lutamos com a ...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – A tática é atender o usuário.

Respondendo à Juliana Cardoso, infelizmente, alguns serviços foram entregues por organizações da turma da gritaria, e a gente não fechou nenhum serviço. Não queremos e não vamos fechar.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Secretário, eu gostaria que o senhor tivesse um pouco de respeito, porque o “povo da gritaria” são militantes muito antigos, independente da questão de partido, na área da Assistência Social. São pessoas que contribuíram e contribuem há muito tempo.

- Aplausos no recinto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas quando você fala nessa relação de serviços, aí eu já vou aproveitar: eu gostaria de sentar com o senhor e, detalhadamente, no Orçamento, a gente verificar quais são as ações que a Prefeitura vem fazendo para poder colocar essas entidades numa situação complicada.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos concluir, então.

O SR. FILIPE SABARÁ – Jair, só para responder, lembrar que todas as vezes que a Vereadora pediu, eu a recebi no gabinete e a receberei novamente.

Sobre a questão do respeito, quem quer respeito tem que dar respeito primeiro.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, realmente não é no grito que se resolve os problemas sociais da Cidade. É no respeito aos usuários, com trabalho, determinação e acolhimento das pessoas, com garantia de direitos. Não é no grito.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k. Deixe eu só fazer uma observação. Rapidamente, eu queria dizer que, em minha opinião, o debate foi prejudicado em duas questões. Primeiramente não falou o Relator. Segundo, eu diria que S.Exa. não tem muito elementos de números e de orçamento, que é o que interessa aqui, para relatar hoje.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma, calma. Mas aí eu também vou dizer que há dois culpados.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma. Pode ficar tranquilo que aqui a gente joga junto. No ano passado, eu lutei muito por vocês, garanti até o fim, como é testemunha o Vereador Ricardo Nunes.

Falar mal dos Secretários do Doria eu diria que é a coisa mais fácil do mundo hoje e vou rapidamente dizer por que, tanto é que a maioria está picando a mula: ele faz propaganda e não manda dinheiro para eles. Eu, no lugar de vocês, pediria as contas, porque é uma vergonha trabalhar com um ser humano que não oferece condições de trabalho.

Nós temos um orçamento que está superestimado no que diz respeito às despesas e subestimado no que diz respeito às receitas. É importante nós tratarmos disso, porque nós precisamos arrumar o dinheiro para resolver todos os problemas. É verdade que corta, sim, é

verdade que tentou cortar. É que vocês da Assistência se mobilizaram, descongelaram o dinheiro na raça, na luta. Isso está dito.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – As outras áreas não conseguiram. Nem a Cultura, que briga tanto, conseguiu. Então, parabéns. Esse é um aspecto positivo.

Um dado do PPA: o próprio Prefeito já disse na imprensa que ele ia arrecadar sete bilhões com as privatizações. Um dos seus Secretários veio aqui a uma das audiências públicas e disse que iam arrecadar cinco bilhões. No PPA que ele mandou, para quatro anos, consta 2,5 bilhões. Então, não tem conversa, é uma irresponsabilidade com as finanças públicas e uma mentira que é contada, e o nobre Relator é testemunha disso. Ele disse que seriam sete bilhões arrecadados em quatro anos. Depois o Secretário disse que iam ser cinco bilhões. Mas oficialmente está escrito arrecadação de 2,5 bilhões. Então, não precisamos ficar nervosos, porque são dados. O Fábio entende muito bem disso e concorda com meus dados. Eu guardo bem essas coisas.

Por isso, não precisamos ficar nervosos, porque são dados. O Fábio entende muito bem disso e concorda com meus dados. Eu guardo bem essas coisas. Então, nós precisamos discutir no âmbito geral.

Do ponto de vista dos números do Orçamento, o debate foi prejudicado, porque o Governo começou errado ao fazer uma baita exposição e uma baita propaganda sem ter dito nada sobre onde ia colocar.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso é constatação. Foram duas horas e 15 minutos de exposições de fotografias bonitas, de Power Point – sou do tempo do *slide*. Por isso, acho que o debate ficou prejudicado nesse aspecto. Mas também ficou prejudicado porque ainda temos 18 falas e eu quero fazer um encaminhamento para passar depois a palavra para o Vereador Zé Turin e para o nobre Relator, porque essas 18 falas prejudicadas

hoje seriam as primeiras já garantidas na audiência geral do dia 22. Nós não temos data. Se fecharmos para o dia 22, o Relator não vai ter nem 15 dias para compilar tudo isso. Fizemos isso com a Cultura. Então, para não prejudicar essas 18 falas, elas já serão as primeiras garantidas na audiência geral do dia 18.

Vou convidar o Secretário Filipe para vir.

O SR. FILIPE SABARÁ – Sempre que você quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dia 22, você se compromete a vir?

O SR. FILIPE SABARÁ – Eu gostaria de pedir, se pudesse, para evitarmos as gritarias.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, calma. Essas coisas, nós resolvemos. Isso é a vida, é da vida.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Calma.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Uma vez o Simão Pedro, que era Secretário de Obras, veio aqui e ficou sete horas. Nós precisamos ter paciência com o Orçamento, porque a gente o discute por três meses e 12... Então, eu faria esse encaminhamento usarmos a primeira hora, uma hora e meia. Eu vou convidar o Secretário.

(NÃO IDENTIFICADA) – O Secretário Caio virá; viremos todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós teremos o Secretário de Finanças, o Caio Megale.

(NÃO IDENTIFICADA) – Também. Nós vamos ter o chefe geral do dinheiro, e a Secretária Adjunta vai voltar.

(NÃO IDENTIFICADA) – E toda a equipe...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, dia 22. Na última audiência geral, as primeiras 18 inscrições estarão garantidas.

Aos conselheiros tutelares, quero fazer um agradecimento pela paciência pela segunda vez, porque houve uma publicação que nós tivemos que reproduzir, que não deu tempo, porque mudou o Secretário e nós tivemos que dar um respiro. É a segunda vez que vocês aqui comparecem e são prejudicados na fala.

Teremos também a presença das Prefeituras Regionais.

Agora eu preciso garantir a palavra ao Vereador José Turin.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, deixe-me falar somente uma coisa.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu concordo. Nós vamos corrigir.

Tem a palavra o Vereador José Turin.

O SR. ZÉ TURIN – Boa tarde a todos. Na figura do Presidente Jair Tatto, cumprimento os Colegas Vereadores, as demais autoridades e os Secretários. Bem rapidamente quero agradecer ao Relator Geral da Comissão, Vereador Ricardo Nunes, e ao nosso Presidente, que a mim confiaram a relatoria da Cultura. O nosso gabinete está à disposição de vocês para que possamos discutir...

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde, gente. Eu estou inscrita e não vou falar. Eu esperei até agora, tenho diabetes, estou me sentindo mal e se eu não falar hoje, o prédio vai ser solicitado para outra coisa e na outra audiência não vai adiantar mais.

Nós idosos estamos precisando de ILPI de dinheiro. Eu sei onde tem um prédio, com primeiro andar, segundo andar e terceiro andar, e já entrou verba para reforma. Agora eu estou proibida de falar, apesar de até agora, bem às 10h, todo mundo falou? É esse o respeito pelo idoso? (Palmas)

Aliás, temos que falar sobre o respeito à mobilidade reduzida dos idosos e das pessoas com deficiência. Por isso eu subi pelo outro lado, porque eu tenho este lado dormente

por causa de uma cirurgia que eu fiz em 2010 e não posso subir por aqui. Então, eu tenho direito à voz. Quem manda aqui não é a Mesa, é a assembleia.

Vocês querem que eu fale?

- Manifestações no recinto.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Então eu falo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Olha, da outra vez em que eu estive aqui, eu falei desse prédio do qual tinham tirado uma entidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – É o prédio da Praça da Bandeira, nº 15, onde era uma UBS, que teve o forro caído e agora está sendo reformado. Nunca vi prédio que está sendo reformado não ter placa com o nome do engenheiro e do arquiteto nem a data do começo e do término da obra nem o que vai ser lá.

Nós idosos estamos precisando de ILPI e é um ótimo local, próximo à saída do Prefeito e próximo também do metrô.

É só isso que eu quero pedir, antes que acabe a reforma.

Muito obrigada. O idoso está aqui para falar, não só para escutar, não.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Praça da República, 15?

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, das Bandeiras, nº 15.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós vamos verificar e, pontualmente, discutir.

O Comas solicitou uma observação ao final por ter sido citado. Então, ao final o Comas vai se pronunciar com relação à ausência de reuniões.

Tem a palavra o Vereador José Turin.

O SR. ZÉ TURIN – Seguindo a fala do Relator Ricardo Nunes, nós estamos aqui

exatamente para ouvi-lo e eu, como Relator da Cultura, necessito da ajuda de cada um de vocês, assim como o Relator disse agora há pouco. Por isso estamos aqui para ouvi-los. Não estamos definindo nada hoje, e os Secretários estão aqui para ouvi-los e, obviamente, realizarmos todos os remanejamentos financeiros necessários que possam vir a beneficiar o setor de cada um de vocês.

Só lembrando que, obviamente, estou aqui graças a Deus em primeiro lugar, aos votos conquistados dentro do trabalhado social e ao comércio, do qual faço parte, já que é meu meio de sobrevivência.

Agradeço a Deus por ainda ter minha mãe, com 88 anos e meu pai, com 94 anos, ambos moradores de Santo Amaro, assim como eu e minha família. Por isso, conheço um pouquinho. A gente não faz baderna, mas conheço de perto a situação de cada um de vocês que dependem do social. Por isso, mandei emenda para a Secretaria de Assistência Social para reformar neste ano pelo menos dois CCAs que estão fechados.

Faço um trabalho voluntário há muito anos antes mesmo de ingressar nesta Casa. Então, no que eu obviamente puder fazer, trabalhar com os Secretários e com o Relator do Orçamento, Vereador Ricardo Nunes para podermos favorecer vocês em todos os setores, podem contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador José Turin.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes, Relator do Orçamento.

O SR. RICARDO NUNES – Eu queria muito agradecer a todos vocês que aqui vieram. Se vocês não tivessem comparecido, não teria sentido esta audiência pública, que é para escutar e receber as opiniões e sugestões.

Queria agradecer também aos Secretários. Hoje foi um dia muito importante porque todos os Secretários compareceram a esta audiência. Tive que me ausentar durante alguns minutos por ocasião da CPI da Dívida Ativa. Hoje foi a última reunião, quando convocamos uma empresa grande que deve 360 milhões para a Cidade, e por isso tive que descer e voltar.

Quero fazer uma observação sobre um caso específico que foi muito abordado: o fechamento de serviços da Assistência Social, que é uma área pela qual tenho uma paixão enorme e cujo orçamento vou fazer de tudo para melhorar. Falaram que a Secretária tinha fechado um CJ na Rua João Bernardo Vieira, nº 267. Pensei comigo que não era possível que a Secretaria tivesse fechado um CJ e fui para lá ver. Na verdade, a entidade não quis o serviço.

Precisamos compreender que estamos aqui lutando por uma Cidade melhor e, às vezes, precisamos somente ter uma união em relação ao que desejamos para a Cidade.

Como já falei aqui, a audiência pública é para escutarmos as pessoas e fazermos as alterações necessárias no Orçamento. Para isso foi que o Presidente Jair Tatto designou um Relator e dois Sub-Relatores, o Vereador José Turin, que está se dedicando e se empenhando para fazer o melhor para a Cultura, e o Vereador Rodrigo, para a área da Secretaria de Serviços. Tudo para que possamos fazer um trabalho que atenda aos anseios da Cidade.

Então, é isto: temos uma oportunidade enorme de receber as demandas nas audiências públicas e fazer as alterações necessárias. No entanto, às vezes, acabamos nos perdendo por conta de algumas questões político-partidárias, e temos que separar as coisas. Temos que aproveitar este momento da audiência, momento em que os Vereadores não pertencem a nenhum partido, são somente defensores da cidade de São Paulo e de todos vocês.

Não poderia deixar de encerrar, Presidente Jair Tatto, sem falar isto: a audiência pública é uma oportunidade maravilhosa para mudarmos o que tiver que ser mudado no Orçamento. Por isso, vamos aproveitar. Ainda há mais algumas, além da última geral, e o Presidente Jair Tatto vai informar quais são as próximas. Vamos fazer uso desse nosso direito, porque tenho certeza de que se vocês vierem aqui falar e comprovarem que é necessário mais dinheiro para lá ou para cá, não vai ser o Secretário que vai definir, seremos nós que vamos definir e votar. A decisão, portanto, está com vocês, só precisamos organizar os

encaminhamentos sem fazer observações que não contribuem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora vamos ouvir o Comas.

(NÃO IDENTIFICADA) – Gostaria de agradecer à Mesa por ouvir o Conselho e de pedir respeito ao Secretário quando se referir ao Conselho. Quero dizer ao senhor que quando desmarcou a reunião, a sociedade civil compreendeu, e quero deixar claro para esta Casa que o Secretário nunca esteve presente numa reunião ordinária do Conselho com ata.

O SR. FILIPE SABARÁ – Não é verdade.

(NÃO IDENTIFICADA) – É verdade, sim. Não há nenhuma ata do Conselho e qualquer pessoa desta Casa pode pedir as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, que não têm a presença do Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então o Conselho se esqueceu de redigir a ata então.

- Manifestações no recinto.

(NÃO IDENTIFICADA) – O que o senhor pediu foi uma reunião apenas com a sociedade civil, e foi o que aconteceu.

O Secretário também falou dos conselheiros da sociedade civil, que tem neste momento apenas dois. Quero perguntar ao senhor onde estão os conselheiro do Poder Público.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Participaram da construção do Orçamento.

(NÃO IDENTIFICADA) – Não, onde estão aqui, porque a sociedade também participou da construção do Orçamento. Cadê os conselheiros do Poder Público?

O SR. FILIPE SABARÁ – É que aqui é audiência para a sociedade civil; os conselheiros do Poder Público participaram da reunião prévia.

(NÃO IDENTIFICADA) – Quero perguntar ao senhor, Secretário, se tem conhecimento das agressões que os conselheiros do Poder Público têm feito aos conselheiros

da sociedade civil e ouvintes, pedindo interdição judicial ao Conselho. Se o senhor tem ideia da gravidade que é interditar o Conselho. Quero perguntar ao senhor, Secretário, por que enviou o orçamento à Câmara sem ser o orçamento do Conselho.

O SR. FILIPE SABARÁ – Bom, respondendo, o orçamento que foi apresentado aqui foi exatamente o apresentado...

(NÃO IDENTIFICADA) – Não é, Sr. Secretário. Inclusive tem um e-mail da Sra. Gitani, que diz: “Informo que o orçamento encaminhado à Câmara de São Paulo, elaborado de acordo com os parâmetros da Secretaria Municipal da Fazenda, o mesmo que foi apresentado no Conselho, e que o Comas não aceitou”. Foi aprovado outro.

O SR. FILIPE SABARÁ – Foi aprovado exatamente este.

(NÃO IDENTIFICADA) – Não, não foi. O senhor não se atendeu à Resolução 1127, de 2016, art. 1º e inciso II, que “deverá ser materializada na peça orçamentária a ser encaminhada à Câmara”.

Eu gostaria de protocolar aqui nesta mesa o ofício, as resoluções do Comas, e o comunicado do Comas, que esta Mesa e o Sr. Relator se atentem, por gentileza, a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem mais precisaria fazer uma breve comunicação?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Nadir.

(NÃO IDENTIFICADA) – Só tem mais uma coisa, o Secretário também não tem se atentado à Resolução 788, de 20 de março de 2014, que obriga a ser enviada trimestralmente a prestação de contas; a prestação de contas de 2016 aconteceu na semana passada, para ser mais exata.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Sra. Nadir.

SRA. NADIR SILVA MORAES– Boa tarde. Eu sou do Comusan. Fomos eleitas e

estamos em recondução até hoje; nós estávamos com essa convicção e continuamos. Estávamos hoje com uma reunião plenária para aprovação de um documento para ser entregue nesta audiência, que foi protocolado apesar de toda uma discussão que disse que a gente não era mais e, portanto, não poderíamos aprovar um documento. Nós resolvemos e aprovamos esse documento como Comusan e como sociedade civil.

Quero dizer aqui que somos o Comusan até o momento da eleição. Ele foi entregue e vai ser entregue também para todos os Vereadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Agradeço a todos a participação e compreensão de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.
